

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Carlos Roberto Santos Vieira

“É COMO UMA RESPIRAÇÃO, CONTRAI E DISTENDE”.
ELABORAÇÕES DISCURSIVAS, CORPORAIS E SOCIABILIDADES: UMA
ETNOGRAFIA NO CIRCUITO COMERCIAL DO 4º DISTRITO EM PORTO
ALEGRE - RS

Porto Alegre

2021

Carlos Roberto Santos Vieira

“É COMO UMA RESPIRAÇÃO, CONTRAI E DISTENDE”.
ELABORAÇÕES DISCURSIVAS, CORPORAIS E SOCIABILIDADES: UMA
ETNOGRAFIA NO CIRCUITO COMERCIAL DO 4º DISTRITO EM PORTO
ALEGRE - RS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador(a): Profa. Dra. Ângela Beatriz Busato Scheffer

Coorientador(a): Profa. Dra. Elaine Di Diego Antunes

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Vieira, Carlos Roberto Santos "É COMO UMA
RESPIRAÇÃO, CONTRAI E DISTENDE".
ELABORAÇÕES DISCURSIVAS, CORPORAIS E SOCIABILIDADES:
UMA ETNOGRAFIA NO CIRCUITO COMERCIAL DO 4º DISTRITO EM
PORTO ALEGRE - RS / Carlos Roberto Santos Vieira. -2021.
185 f.

Orientadora: Ângela Beatriz Busato Scheffer.

Coorientadora: Elaine Di Diego Antunes.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-
Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Administração. 2. Economias Colaborativas. 3.
Etnografia. 4. Corporeidade. 5. Circuitos Comerciais.
I. Scheffer, Ângela Beatriz Busato, orient. II.
Antunes, Elaine Di Diego, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Carlos Roberto Santos Vieira

“É COMO UMA RESPIRAÇÃO, CONTRAI E DISTENDE”.
ELABORAÇÕES DISCURSIVAS, CORPORAIS E SOCIABILIDADES: UMA
ETNOGRAFIA NO CIRCUITO COMERCIAL DO 4º DISTRITO EM PORTO
ALEGRE - RS

Trabalho de conclusão de curso de doutorado apresentado à Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Administração.

Aprovado em 24 de junho de 2021

BANCA EXAMINADORA

Ângela Beatriz Busato Scheffer - Orientadora _____
Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Arlei Sander Damo _____
Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Andrea Poletto Oltramari _____
Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Lucia Helena Alves Muller _____
Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTO

Este trabalho é inteiramente dedicado a meus professores, aqueles da sala de aula mesmo e aqueles que todos os dias me ensinaram a ser uma pessoa que foi capaz de entregar essa tese.

Em especial, quero agradecer as professoras Ângela Scheffer, minha orientadora, e professora Elaine Antunes que iniciou esta jornada comigo e não largou minha mão em nenhum momento. Também ressalto a diferença feita pela professora Maria Tereza Flores-Pereira pela revisão atenta e pelo emocionante gesto de parceria e amizade demonstrado nos olhares sociológicos dirigidos ao texto e que me ensinaram muito sobre o diálogo entre a Administração e as Ciências Sociais.

Além disso, agradeço às organizações que viabilizaram esta pesquisa como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul e a própria UFRGS por todos os suportes oferecidos.

Às pessoas é difícil agradecer em função de, por esquecimento ou injustiça, deixar importantes personagens de fora, mas é impossível não agradecer meu eterno amor e revisora Flávia Helena, minha incansável colega de trabalho, líder inspiradora e que geminariamente não cansa de apostar em mim, Darcila Munró Cezar. Também agradeço minha família e todos os meus grandes amigos. Aqui agradeço e peço minhas mais humildes desculpas a estas pessoas pelos meus destemperos recentes, pelas minhas ausências nos últimos quatro anos, pelos maus humores irritantes e pelas choradeiras intermináveis. Só vocês sabem o que passam na minha mão.

Agradeço a todos vocês.

RESUMO

A presente tese de doutorado tem o objetivo de buscar a compreensão das interrelações sociais, discursivas e a identificação da criação de valores que constroem um circuito comercial e uma rede de sociabilidades denominada 4º Distrito em Porto Alegre – RS. Para tanto foram utilizados quatro eixos teóricos principais a saber, as (i) sociabilidades de Simmel (1983), (ii) os circuitos comerciais de Zelizer (2005), as (iii) teorias do discurso de Laclau e Mouffe (1985) e (iv) o *embodiment* de Csordas (1988). Com paradigma interpretativista, a presente pesquisa tem a Administração como ciência base, a Antropologia como conhecimento dialógico, a etnografia como método e a observação participante como técnica. O argumento central deste trabalho é que a rede de interrelações sociais observada ocorre em uma dinâmica que envolve as sociabilidades do território a partir de uma disputa pela hegemonia de discurso dentre os diversos grupos que vivem no campo de pesquisa. Nesta busca por hegemonia, há uma ampla criação de valores, baseados na crença que existe um projeto que se diz “novo” e “alternativo” ao atual mundo do trabalho em organizações tradicionais e no mercado imaginado pelo liberalismo político brasileiro. Além disso, o campo empírico demonstrou que a prática colaborativa, de forma geral, não dá conta dos desafios da gestão do mundo no qual todos estamos inseridos e como consequência diversos dilemas vêm à tona, como o retorno à prática da “tradicional” gestão por processos, à concentração do poder, os limites da sociabilidade chamada de Economia Colaborativa e ao declínio de algumas iniciativas frente à objetividade da gestão de recursos, tão negada no imaginário da colaboração.

Palavras-chave: Economias Colaborativas. Circuitos Comerciais. Sociabilidades. *Embodiment*. Teoria do Discurso.

ABSTRACT

This doctoral thesis aims to seek an understanding of social and discursive interrelationships and the identification of the creation of values that build a commercial circuit and a network of sociability called the 4th District in Porto Alegre - RS. To do so, four main theoretical axes were used, namely: (i) Simmel's sociability (1983), (ii) Zelizer's commercial circuits (2005), (iii) theories of the speech of Laclau and Mouffe (1985) and (iv) the embodiment of Csordas (1988). With an interpretive paradigm, the present research has Administration as a base science, Anthropology as dialogical knowledge, ethnography as a method and participant observation as a technique. The central argument of this work is that the observed network of social interrelations occurs in a dynamic that involves the sociability of the territory from a dispute for the hegemony of discourse among the diverse groups that live in the field of research. In this search for hegemony, there is a wide creation of values, based on the belief that there is a project that says "new" and "alternative" to the current world of work in traditional organizations and in the market imagined by Brazilian political liberalism. In addition, the empirical field has shown that collaborative practice, in general, does not address the challenges of managing the world in which we are all inserted and, as a consequence, several dilemmas arise, such as the return to the practice of "traditional" management by processes, the concentration of power, the limits of sociability called Collaborative Economy and the decline of some initiatives in view of the objectivity of resource management, so negated in the imaginary of collaboration.

Keywords: Collaborative Economies. Commercial Circuits. Sociabilities. Embodiment Discourse Theory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fases e desafios metodológicos das pesquisas	81
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Guia de sobrevivência cultural	15
Figura 2 - Aplicativo Globonews	16
Figura 3 - Vila dos Papeleiros 4º Distrito Porto Alegre - RS	34
Figura 4 - Mapa da cidade de Porto Alegre	39
Figura 5 - Bairros que fazem parte do 4º Distrito	39
Figura 6 - Mapa cartográfico	50
Figura 7 - Casa em estilo alemão	52
Figura 8 - Casa em estilo neoclássico	52
Figura 9 - Vila Flores, vista externa	53
Figura 10 - Vila Flores, vista interna	53
Figura 11 - Obras de Arte 4º Distrito Porto Alegre - RS	54
Figura 12 - Produção de moda da Humanus I	58
Figura 13 - Produção de moda da Humanus II	58
Figura 14 - Retorno à colaboração	64
Figura 15 - Palestra finanças para EC	68
Figura 16 - Mapa Distrito C	70
Figura 17 - Programa político PSDB	98
Figura 18 - Estatuto PSDB	99
Figura 19 - Logo Pacto Alegre	102
Figura 20 - Eixo de ação Pacto Porto Alegre	103
Figura 21 - Cervejeiros 1	107
Figura 22 - Cervejeiros 2	107
Figura 23 - Cervejeiros 3	107
Figura 24 - Cervejeiro 4	108
Figura 25 - Rótulo de cerveja 1	110
Figura 26 - Rótulo de cerveja 2	110
Figura 27 - Site As Batucas	116
Figura 28 - Vila Flores recebe carnaval de As Batucas neste domingo	117
Figura 29 - Visão interna Vila Flores	154
Figura 30 - Visão externa Vila Flores	154
Figura 31 - Apresentação Banda Celta	161
Figura 32 - Convite para reunião	162

Figura 33 - Anúncio redes sociais	164
Figura 34 - <i>Live</i> Armazém Sonoro	176
Figura 35 - <i>Live</i> Sorriso Negro	176

SUMÁRIO

PRÓLOGO	12
1 INTRODUÇÃO, APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS DA TESE	13
1.1 RELEVÂNCIA DO ESTUDO, PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS	22
1.2 DEMAIS DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E PERCURSOS METODOLÓGICOS ..	25
1.2.1 As escolas clássicas da etnografia	26
1.2.2 Antropologia Contemporânea e Urbana	26
1.2.3 Diálogos entre a Administração e a Antropologia	31
1.3 APROXIMAÇÃO: UMA VISÃO GERAL DO CAMPO DE PESQUISA	33
2 A VIVÊNCIA NO 4º DISTRITO E A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NA EC: CIRCUITOS E SOCIABILIDADES	36
2.1 O CIRCUITO COMERCIAL DO 4º DISTRITO EM PORTO ALEGRE	37
2.2 AS SOCIABILIDADES NO 4º DISTRITO	38
2.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA – A RELAÇÃO AFETIVA E PSICOLÓGICA COM OS CADERNOS DE CAMPO	44
2.4 NÃO LUGARES E LUGARES DE PASSAGEM	48
2.5 O QUE EU VIVI NO CAMPO DE PESQUISA	54
2.6 ALGUMAS POSSIBILIDADES E LIMITES DAS SOCIABILIDADES NO CIRCUITO COMERCIAL DE EC	74
3 O COLABORATIVISMO VIVIDO NO CORPO - MÃOS E OLHARES SOLIDÁRIOS	76
3.1 FASES DE ANÁLISE <i>EMBODIMENT</i>	81
3.2 O CORPO NÃO É OBJETO É ATOR – A FASE PRÉ-OBJETIVA	83
3.2.1 A Fase Manifesta	88
3.2.2 Terceira Fase - O <i>embodiment</i> como Paradigma	90
4 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA, AS SOCIABILIDADES E A CRIAÇÃO DE VALOR NO 4º DISTRITO	93
4.1 O PODER PÚBLICO E SUA VISÃO SOBRE O 4º DISTRITO: O ETERNO CICLO DE DESCONTINUIDADE DE PROJETOS	97
4.2 CERVEJEIROS - CRIANDO VALOR FAZENDO O ARTESANAL	105
4.3 OS GRUPOS POLÍTICOS - PAIS E MÃES PELA DEMOCRACIA	114

4.4 AS INCORPORADORAS: NÓS TEMOS UM PROJETO PARA O 4º DISTRITO!	121
5 REFLEXÕES FINAIS OU O QUE MOVE UM ETNÓGRAFO ADMINISTRADOR?	127
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE A - ETNOGRAFIA DAS ECONOMIAS COLABORATIVAS DO 4º DISTRITO EM PORTO ALEGRE - O ANTES E O DEPOIS DA PANDEMIA DE COVID-19	144
REFERÊNCIAS	180

PRÓLOGO

Perante o desafio de atravessar o imenso deserto da revisão de literatura, dos problemas de pesquisa, que se revelam e se escondem, das metodologias que, ao mesmo tempo, restringem a prática e libertam a escrita, é que se constrói o que se pode chamar de uma tese. Sendo assim, o que resta é começar a elaborar o trabalho com o máximo de referências possível e com a intuição construída por todos esses anos de disciplinas, seminários, reuniões e um sem fim de atividades que, ao serem olhadas de forma interdisciplinar, são chamadas de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É possível que o volume e a profundidade dos textos em Administração, as instigantes leituras do admirável mundo novo da Antropologia e a vivência intensa do campo etnográfico, com seus cadernos de campo amassados e manchados, tonteiem um pouco este pesquisador e causem curiosidade no leitor atento. No entanto, toda essa vertigem precisa de uma concretização objetiva, ou seja: um texto se impõe. E quando isso acontece, o que espera o administrador-etnógrafo do outro lado da travessia é um documento a ser elaborado, revisado, elogiado, criticado, analisado sob os mais diversos vieses epistemológicos, ontológicos, todos os “lógicos”. Um documento refeito várias vezes, para que, no final, tenhamos a tão sonhada tese a ser entregue ao mundo, mas sem, antes ter sido atentamente analisada pelo olhar de seus orientadores e orientadoras, no meu caso tenho duas oficiais, e pelas considerações da banca, que sempre deixa a impressão de que todos poderíamos ter ido mais longe, e de que outras tantas literaturas não foram incluídas e que alguma parte do texto está em descompasso com todo o resto. Tudo isso é esperado, faz parte do processo de formação de um acadêmico e nos deixa tensos, felizes, estáveis e instáveis emocionalmente (tudo ao mesmo tempo).

Ok. O jogo é esse, a história é essa e aqui começa a que eu tenho para contar.

1 INTRODUÇÃO, APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS DA TESE

Este trabalho dirá respeito à busca de compreensão das interrelações sociais, das elaborações discursivas e da identificação de criação de valores os quais constroem um circuito comercial de Economias Colaborativas e uma rede de sociabilidades denominada 4º Distrito em Porto Alegre - RS.

Para Simmel (1983), a sociabilidade ocorre a partir da interação dos indivíduos motivada por impulsos ou força de propósito. A sociabilidade faz com que as pessoas vivam umas com as outras, interajam entre si e formem uma unidade ou, mais precisamente, vivam em uma sociedade. Para o autor, a sociabilidade é uma forma lúdica arquetípica de toda a socialização humana, cujo interesse e objetivo é a interação em si mesma. Mais adiante, os conceitos de sociabilidade, principalmente os ligados a sociologia de Simmel (1983) que diz respeito à forma e ao conteúdo, serão melhor discutidos, relacionados e atualizados em relação ao campo de pesquisa específico deste estudo.

Já a Teoria do Discurso (TD) originada da linguística de Saussure (1987) e as ideias pós-estruturalistas de busca pela hegemonia do discurso político de Laclau e Mouffe (1985) serão referências básicas para a compreensão da luta pela hegemonia de poder a partir de discursos observados no campo. De uma forma geral, para além dos signos, significantes e significados possivelmente compartilhados socialmente, os discursos são, antes de tudo, campos de luta, a partir do discurso, entre indivíduos e grupos contingentes (LACLAU; MOUFFE, 1985). Ao longo deste trabalho, além das Economias Colaborativas (EC) que são o foco principal de estudo, outros arranjos organizacionais, como coletivos políticos e empresas privadas também terão suas produções discursivas textuais e corporais analisadas em perspectiva, viabilizando assim o atingimento dos objetivos aqui propostos¹. O corpo, elemento de análise que emergiu de forma importante no campo, na presente tese será entendido como aquele que vive a cultura em si próprio, incorporando-a, é desta perspectiva que fala o *embodiment* de Csordas (1988) e Flores-Pereira, Davel e Cavedon (2008).

¹ Os grupos que emergiram do campo de pesquisa foram os próprios colaborativos, o Poder Público, os empresários do 4º Distrito, os moradores do bairro, os coletivos de luta política e as incorporadoras de imóveis, dentre outros. Com todos estes grupos foi possível dialogar durante a prática etnográfica e constituir um caleidoscópio de visões que formaram um painel de dados bem diversificados que servirá de base para as análises que estão nas seções que seguem neste trabalho.

Então, do ponto de vista dos diálogos teóricos, esta tese terá como eixos principais, as sociabilidades de Simmel (1983), as teorias do discurso de Saussure (1987) e Laclau e Mouffe (1985), assim como o *embodiment* de Csordas (1988) e Flores-Pereira, Davel e Cavedon (2008) nos estudos brasileiros sobre essa temática.

Ainda sobre diálogos, é importante ressaltar que a Administração é uma disciplina essencialmente prática e seus temas de análise são, em sua maioria, relacionados a variáveis encontradas dentro de organizações e que influenciam seus objetivos e resultados. Já a Antropologia tem tradição reflexiva, histórica, teórica, dialética e possui no interpretativismo uma forte corrente de autores e pesquisadores. A partir desses distanciamentos, se busca nesta etnografia uma dialogicidade entre a Administração e a Antropologia, aproximando suas teorias e convergindo as abordagens, tanto as analíticas quanto as reflexivas, para possibilitar uma estratégia dialógica de interpretação do campo empírico.

O lócus desta pesquisa está voltado ao 4º Distrito de Porto Alegre no Rio Grande do Sul que, do ponto de vista territorial, trata-se de um conjunto de bairros, mais especificamente o Floresta, o São Geraldo, o Navegantes, o Humaitá e o bairro Farrapos. A população é de aproximadamente 70 mil pessoas e apresenta como característica fundamental a diversidade populacional, econômica e geográfica². A origem do 4º Distrito tem relação com o desenvolvimento industrial dos anos 1950 no Brasil. Este território é foco de políticas públicas para o chamado desenvolvimento urbano, recebe interesse da expansão imobiliária pelo setor privado, assim como é endereço de escolha de diversas iniciativas comerciais, coletivas, comunitárias, criativas e de colaboração. É neste nesse conjunto de bairros que se encontram as iniciativas de EC cujo conceito, funcionamento, sociabilidades, discursos e corporalidades serão analisados ao longo desta tese.

² Site da Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em:
http://www2.portoalegre.rs.gov.br/inovapoa/default.php?p_secao=1369. Acesso em: 5 maio de 2019.

A escolha deste campo tem relação com as especificidades das relações econômicas socialmente construídas pelos diversos agentes do circuito comercial (ZELIZER, 2005). Este território é formado pelas iniciativas privadas que povoam a região, pela ação e discurso do Estado, principalmente a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, pelas pessoas que agem neste processo, nos seus diversos momentos, e principalmente pela ideia, ou sonho no sentido de aspiração, de um modelo “diferente” de produção que permeia a elaboração simbólica e discursiva sobre o 4º Distrito e que lhe confere valor.

As diferentes perspectivas destes agentes sobre o mesmo objeto (território), o 4º Distrito, serão descritos e detalhados ao longo deste texto. Estes olhares podem perceber o território como uma grande estrutura que precisa de políticas públicas para seu efetivo funcionamento, atendendo o maior número possível de demandas sociais (LACERDA; MELLO, 2020).

Por território pode se entender como a expansão sociológica do espaço. O ambiente físico, ao ser relacionado com a ocupação, altera e expande o que a sociedade faz e pensa dele, adquire status de campo de luta da Economia e da Cultura. O território não tem caráter simplesmente passivo, ele não fica no seu lugar fixo, mas se constitui em um dado ativo e deve ser considerado como um fator social a partir de produções discursivas e simbólicas que lhe agregam valor objetivo (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1994).

Em sequência às especificações terminológicas que serão utilizadas nesta pesquisa, a presente tese entende que a abordagem do colaborativismo pode ter vários olhares, principalmente quanto às construções de relações sociais discursivas. Diversos campos disciplinares vêm demonstrando interesse nestes assuntos como no da visão da antropologia econômica (BELK, 2007, 2014; ZELIZER, 2005), a sociologia (SCHOR *et al.*, 2016), a ciência da informação (HAMARI; SJÖKLINT; UKKONEN, 2016) e os estudos organizacionais e de gestão (MURILLO; BUCKLAND; VAL, 2017; PETICCA-HARRIS; DEGAMA; RAVISHANKAR, 2020).

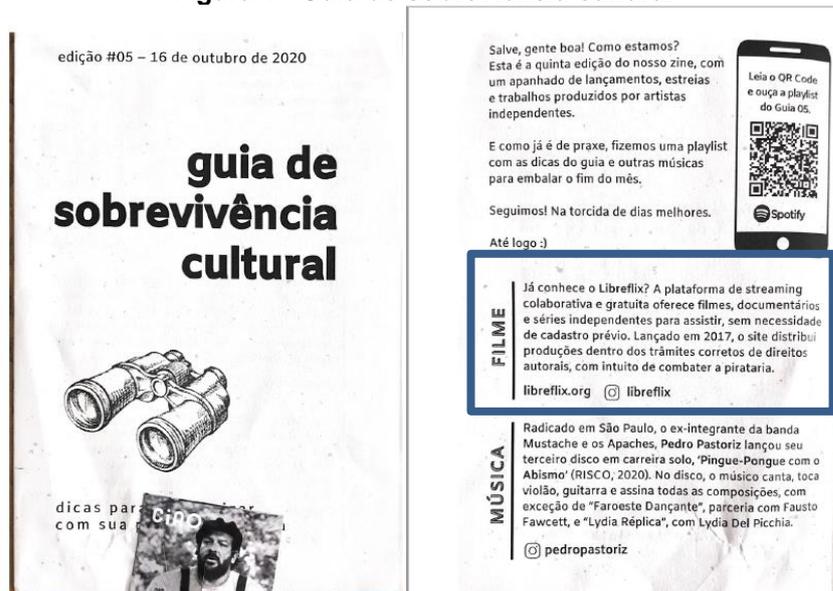
A presente pesquisa, com viés crítico e interpretativista (BURRELL; MORGAN, 1979), se contrapõe epistemologicamente à visão funcionalista e positiva de Botsman e Rogers (2010) por entender que as organizações são processos que surgem das ações intencionais do ser humano, individualmente ou na interação com outras intenções que se constituem uma realidade social e uma rede de representações complexas e subjetivas que interagem com o mundo e dão sentido a ele (VERGARA;

CALDAS, 2007) e não somente meros fenômenos do mercado neoliberal. Por representações e cultura Van Maanen (1995) diz que nos relatórios de pesquisa não há a cultura e sim a representação da cultura, ou seja, o que é vivenciado é onde está a cultura. As pesquisas e seus textos tentam falar sobre e colocar o leitor no lugar do pesquisado e seus simbolismo.

Em meio a essa diversidade de olhares, o escopo escolhido desta etnografia é a cultura que se constitui das diferentes representações no tempo e no espaço estudado. Sendo assim, a vida cotidiana será o ponto de partida para as definições aqui descritas. Ingold (2017) diz que a etnografia busca descrever a vida como é vivida e experimentada por um povo e seu cotidiano, sendo assim, esse será o método de escolha para o atingimento dos objetivos ora propostos.

Nesta busca da definição de termos desta tese, se pode observar que a expressão “colaborativo” vem sendo utilizada com diversas intenções e com diferentes níveis de atingimento de pessoas. Em um outro exemplo de circuito comercial de entregas locais também em Porto Alegre, a embalagem a seguir denomina uma plataforma de hospedagem de vídeos como colaborativa pelo fato de por serem livres e aberta às postagens.

Figura 1 - Guia de sobrevivência cultural



Fonte: Imagem gerada pelo autor.

Em um outro exemplo, agora em âmbito bem mais abrangente, uma emissora de televisão por assinatura chama de colaborativo um projeto chamado “NA RUA” que recebe fotos e pequenos vídeos de qualquer pessoa, diz fazer a checagem da veracidade do fato e se propõe a publicar estas mídias caseiras na programação para informar seus assinantes.

Figura 2 - Aplicativo Globonews



Fonte: Elaborada pelo autor, adaptada do aplicativo da Globonews.

No site da emissora, o projeto se declara como um aplicativo que:

[...] conecta jornalistas e pessoas, para criar o diálogo a partir de pautas e furos de reportagens propostos pela população. O jornalismo **colaborativo** (grifo nosso) é um movimento global. Todas as pessoas são hoje produtoras de conteúdo. Você também pode colaborar. Envie vídeos, fotos, áudios e textos. Com o Na Rua GloboNews, você traz os fatos e a gente transforma em notícia. Grave vídeos curtos de até dois minutos, áudios de até cinco minutos e quantas fotos quiser. Para melhor utilização do aplicativo, o ideal é a ativação da geolocalização do celular e das notificações por *push*. Dessa maneira, os repórteres da GloboNews podem entrar em contato com você e com todos os colaboradores próximos ao local das notícias e apurar as informações. O sistema de login é muito simples, usando apenas a conta do Facebook, para facilitar o processo. Não será postado nada na sua rede social.³

³ Aplicativo Globonews. Disponível em: <https://appadvice.com/app/na-rua-globonews/1073171850>. Acesso em: 7 set. 2020.

A partir destes dois exemplos, é possível notar a complexidade que o termo “colaborativo” carrega consigo e a grande dificuldade que o conceito de EC pode impor a um trabalho acadêmico se a decisão for determinar de forma inequívoca o constructo. O colaborativo não é uma palavra com sentido singular, mas que para a presente pesquisa prescinde de definições teóricas mais objetivas.

Neste sentido, as EC que podem ser entendidas como uma atitude coletiva e organizada de compartilhamento de conhecimento, experimentação de outras formas de relação com o contexto, otimização de espaços e, principalmente, pelo espírito relacional das pessoas que convivem e trabalham em espaços colaborativos (VIEIRA; ANTUNES, 2019). Este conceito é muito semelhante ao de empresas sociais (ES) de França Filho (2001), cuja organização abarca atividades comerciais, mas com finalidades sociais, culturais ou artísticas. Na realidade, uma imbricação entre economias convencionais, solidárias e criativas que tem na confiança (VACLAVIK; MACKE; ANTUNES, 2018) e no compartilhamento, principalmente de visão de mundo e criação de valor a partir desse olhar, seus pilares de conceituação.

A escolha por um conceito central, para além da necessidade de definição de termos, também tem relação com a polissemia da palavra ‘colaborativo’. No meio acadêmico, no qual normalmente essa ideia é encontrada próxima a estudos sobre a definição de conceito de Shared (BELK, 2010), as Economias Colaborativas são citadas com muita frequência em estudos semelhantes à presente tese, assim como as definições de Economia Criativa (BENDASSOLLI *et al.*, 2009), Economia Solidária (FRANÇA FILHO, 2001). Também o denominado cooperativismo de plataforma (SCHOLZ, 2016), que se propõe a realizar uma crítica a todos os tipos de “uberização” de ativos livres como carros, cômodos residenciais, pequenos deslocamentos urbanos etc. é citado próximo aos limites teóricos das EC.

A “economia do compartilhamento” é retratada como um prenúncio para a sociedade pós-trabalho com o slogan “O que é meu é seu”, um tipo de visão positiva da economia do compartilhamento que pode ser um eufemismo para relações de trabalho precarizadas. A economia do compartilhamento desencadeia um processo antissindical, passando por cima dos mais diversos tipos de trabalhadores (SCHOLZ, 2016). O referido slogan nasce das ideias alinhadas ao marketing de Botsman e Rogers (2010) que encaram o compartilhamento, na visão destes autores, não como um modismo da Administração, mas como um novo modo de vida na qual todos

ganham. Mas enfim, do que se está falando na referência à colaboração e aos colaborativos?

Para esta tese, as pessoas com quem dialoguei, e que se pode chamar de colaborativos, se reuniram, em seu discurso e autodefinição, para trabalhar em iniciativas comerciais denominadas colaborativas no 4º Distrito em Porto Alegre. Estas pessoas dizem partilhar diferentes competências, vários conhecimentos, a posse de ativos livres, espaços de convivências e variados modos de ver o mundo. Diferentemente da Economia do Compartilhamento (BELK, 2010), na qual a base está na redução de custo e no aumento de receita por meio de uma mediação tecnológica que simplesmente disponibiliza uma plataforma, ou aplicativo, que aproxima os fornecedores dos clientes que desejam ter somente um uso temporário e não a posse definitiva de determinados ativos livres (VACLAVIK; VIEIRA; ANTUNES, 2018).

Os colaborativos advêm de determinadas realidades e locais datados em um momento histórico no qual o trabalho formal está em transformação e um circuito comercial se apresenta disponível em Porto Alegre, especificamente no 4º Distrito. Estas pessoas optam por um modo de viver e pensar *sui generis* e que serão melhor conhecidas no decorrer do texto. Em uma visão do campo etnográfico, foi possível perceber a predominância de uma faixa etária relativa ao adulto jovem naquelas pessoas que se envolviam em negócios no estágio inicial e uma idade entre os 40 ou 50 anos nos colaborativos à frente de empreendimentos mais estruturados administrativamente. Questões quanto à representatividade por gênero são aparentemente paritárias e a escolaridade tem a prevalência dos cursos superiores em andamento ou concluídos.

Avançando nas definições conceituais, além das EC, é importante aqui delimitar os contornos do que será chamado de circuito comercial (ZELIZER, 2005). A questão começa com o objeto de estudo: o que chamamos de EC no 4º Distrito e o que ocorre neste território e nas suas sociabilidades que o tornam um ponto focal para estudo?

Há pelo menos dois autores que podem auxiliar nesta discussão. Cada um em uma área de conhecimento. O primeiro autor é Magnani (2002) que, pela Sociologia, fala do termo *estrito* denominado circuito e a segunda é Zelizer (2005) que, pela Antropologia Econômica, conceitua os circuitos comerciais.

Magnani (2002) no campo dos estudos sociais delimita uma família de categorias composta pelas ideias de (a) pedaço, (b) trajeto, (c) mancha e, por fim, (d) circuito.

- a) Pedaço que é um lugar maior que o particular, como o “dentro de casa”, mas que contém um intermediário entre o público e o privado. “Pedaço é onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla do que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade”. (MAGNANI, 2002, p. 21). Para ser “do pedaço” é necessário frequentar estes territórios com alguma frequência e utilizar seus equipamentos, como os bares, salões e lojas. Não é suficiente passar, é preciso viver estes lugares. Ser “do pedaço” no 4º Distrito pode ser traduzido como a frequência às casas colaborativas, aos restaurantes onde são feitas as refeições dos colaborativistas e na vivência das mudanças repentinas do ambiente das ruas.
- b) Trajetos e pórticos, deslocamentos entre manchas e lugares vazios que separam as manchas, como muros, terrenos sem casas e servidões.
- c) Manchas são pontos de referências incluídas no pedaço e se diferenciam por ceder lugar a cruzamentos não previstos, como exposições itinerantes e feiras de rua com calendário esporádico.
- d) Circuito que para Magnani (2002, p. 44) é:

[...] o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais”.

Na perspectiva da Antropologia Econômica, Zelizer (2005) conceitua uma forma específica de arranjo econômico denominado circuito comercial. Segundo a autora, diferentemente das relações comerciais entre iniciativas de compra, venda, troca de produtos ou prestação de serviços que estão baseadas unicamente nos interesses de melhoria de eficiência na acumulação de capital ou, em casos mais extremos, na manutenção e sobrevivência de negócios que se relacionam entre si, os

circuitos comerciais são identificados por um conjunto distinto de relações sociais entre indivíduos específicos. Além disso, outras premissas do Circuito Comerciais são:

- Atividades econômicas compartilhadas realizadas por meio de relações sociais, muito mais que meramente financeiras ou operacionais;
- Sistemas de contabilidade sui generis e comuns para avaliação de trocas, por exemplo, formas especiais de dinheiro;
- Significados compartilhados que as pessoas atribuem as suas atividades econômicas. Essa definição é particularmente importante para a presente tese;
- Um limite imaginário bem definido que separa os membros dos não membros do circuito.

Do ponto de vista dos interlocutores, quando perguntados sobre o que é 4º Distrito, houve a descrição típica de um circuito. Segundo eles, este circuito é um conjunto de iniciativas organizadas em função da motivação de “fazer algo diferente aqui no bairro”. Além disso, a delimitação destas EC é em um bairro inscrito no 4º Distrito, especificamente o bairro Floresta, e que possui um itinerário próprio, sendo objeto de visitas guiadas para demonstrar especificidades encontradas pelos organizadores locais.

Ainda segundo os interlocutores, diversas características de circuitos comerciais foram identificadas principalmente aquelas ligadas aos significados, às relações sociais e quem é e quem não é colaborativo. Dos cadernos de campo:

Todo mundo que é do 4º Distrito a gente vê que é diferente, ou já trabalhou em empresa e não gostou, ou ficou desempregado, mas não quis botar uma carrocinha de cachorro-quente. Sei lá... todo mundo pensa aqui em sair um pouco desta lógica do trabalho e do dinheiro pelo dinheiro. Estão cansados disso, querem fazer parte de alguma coisa que lhes dê sentido no que fazem, poder crescer, ganhar para tocar a vida é claro, mas de um jeito diferente. É por isso que a Prefeitura vem aqui, a Universidade vem aqui, as pessoas querem participar, mas também não querem dar uma parte. Isso não é colaboração. Colaboração exige reciprocidade. Tem gente que é assim... nasceu com ideia de primeiro dar, depois receber e outras que preferem receber na frente depois pensar como retribuir.

É possível notar nesta fala de um colaborativo de uma das iniciativas de EC do 4º Distrito, denominada Distrito C, o sentido construído de especialidade do comércio oferecido neste território, assim como os que são e os que não são colaborativos como uma categoria natural, a priori no indivíduo e que determina sua forma de trabalhar, comprar, vender e ganhar seu sustento. O 4º Distrito seria um outro tipo de território se não houvesse este significado coletivo de dar valor a esta ideia de colaboração. A ideia compartilhada contrapõe a racionalidade do capitalismo e coloca em jogo um “sentimento” definido em Zelizer (2005) como uma das formas características de um circuito comercial e que dialoga com as sociabilidades de Simmel (1983).

Iniciando estes limites, as EC e todas as variações de termos sobre mercados e circuitos comerciais semelhantes (ZELIZER, 2005), parecem, a princípio da discussão, serem formas também de justificação do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) e se constituem como práticas discursivas e simbólicas, sintetizadas em ações econômicas e culturais de grupos mais ou menos organizados que constroem uma prática social que abarca muitos olhares e pretende gerar valor.

1.1 RELEVÂNCIA DO ESTUDO, PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

É nesta geração de valor e na compreensão das interrelações que se pode desvelar alguns novos pontos de reflexão e que se constitui a relevância desta tese, tanto do ponto de vista do avanço teórico, como de análise empírica aqui desenvolvidos. Quanto ao incremento teórico, essas duas vertentes da Sociologia têm um estreito relacionamento no diálogo com a Administração. Enquanto Zelizer (2005) define circuito comercial como um sentimento maior que a troca, por sua vez, o mesmo fenômeno é também explicado por Boltanski e Chiapello (2009), mas com a ampliação do circuito quando seus integrantes extrapolam seus limites em busca de novas formas de atuação e entram nas redes, típicas do neoliberalismo e do cenário de polícrises e desemprego dos anos 1980 e 1990. Já quanto às novas análises empíricas, as EC, em um primeiro e menos atento olhar, podem ser confundidas como algo “novo” ou “diferente”, mas que pode se configurar somente como uma forma de enfrentamento das condições conjunturais de crise, desemprego e prevalência do neoliberalismo nas relações econômicas, tanto enquanto circuitos como também nas redes de relacionamentos, concretizadas nas frequentes formações de networking tão

apregoadas, principalmente nos cursos, universitários ou não, e de gestão desde os anos 1980.

Além da caracterização das EC, o cotidiano dos colaborativos se coloca como principal substrato para buscar o atingimento dos objetivos do trabalho. Desde o início das práticas de observação participante para esta etnografia, alguns elementos emergiram do campo de forma inesperada e com uma força explicativa, para mim, muito relevante. No campo, os gestos corporais que fizeram parte da análise das sociabilidades observadas apresentaram características bem peculiares. Logo nas primeiras observações, foi percebido que as mãos dos colaborativos ocupavam uma forma e um lugar no espaço muito específicos. As mãos eram receptivas, acolhedoras, apresentavam gestos um pouco mais lentos e faziam parte de um tipo de discurso que, em um primeiro momento, pareceu convidar para um aprendizado. Em uma das observações, ocorrida na mesma época de um curso sobre Finanças para colaborativos, ministrado por este pesquisador, os gestos ficaram mais expressivos e carregados de conteúdo na observação e apareceram como um dos primeiros elementos de interpretação das sociabilidades no campo.

Talvez o que tenha chamado à atenção nestes gestos tenha sido a forma com a qual colaboravam na construção do discurso que faz parte dos valores incorporados pelos colaborativo, ou seja, para colaborar é preciso que o outro esteja livre para também entrar com sua parcela de investimento na colaboração. A solidariedade proposta pelos interlocutores é característica destes circuitos comerciais (ZELIZER, 2005) e é construída também por um conjunto de interrelações sociais, assim como pela incorporação das crenças e valores locais que determinados gesto com as mãos conseguem traduzir com bastante acurácia.

Sendo assim, o problema que esta pesquisa apresenta é: **Como se constituem as interrelações sociais no 4º Distrito no que tange às EC? Como são construídos os diferentes valores neste território e neste circuito? Qual são as formas e conteúdos das sociabilidades observadas no campo de estudo?**

A partir destas ideias iniciais, esta tese tem como objetivo principal **a busca de compreensão das interrelações sociais, das elaborações discursivas e da identificação de criação de valores os quais constroem um circuito comercial de Economias Colaborativas e uma rede de sociabilidades denominada 4º Distrito em Porto Alegre - RS.**

Estas elaborações simbólicas e discursivas, podem representar interesses particulares e que têm como cenário o ambiente econômico e social das policrises contemporâneas. Enquanto objetivos específicos serão abordados os seguintes:

- a) Compreender como ocorrem as interrelações sociais das EC do 4º Distrito;
- b) descrever e interpretar a luta pela hegemonia nos discursos de diversos grupos que vivem o 4º Distrito pela lente interpretativa das Teorias do Discurso e das Sociabilidades e
- c) compreender como o corpo dos colaborativos vive, manifesta valores e dessa forma vive o território e se relaciona socialmente a partir da concepção de *embodiment*.

Além dos objetivos específicos, no apêndice A desta tese encontra-se um artigo aprovado e apresentado pelo pesquisador no Seminário de Administração da Universidade de São Paulo em 2019. O artigo está nos anais deste Seminário e a apresentação foi realizada dia 11 de julho 2019. As observações da banca examinadora do SEMEAD/2019 já estão incluídas no texto, assim como as atualizações a respeito da epidemia de COVID-19 decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. O enfoque da pesquisa foi dado a partir das interrelações sociais e formas cotidianas de enfrentamentos da pandemia captados nas redes eletrônicas de relacionamentos dos participantes do circuito comercial de EC.

Como uma das principais justificativas, além desta contribuição teórica esperada, é a importância da busca de uma possível representação sobre “o quê” e “como” os colaborativos constroem a sua própria relação e discurso com o circuito colaborativo do 4º Distrito.

Desta forma, este texto produzido será fragmentado e produto de observações, também entrecortadas no tempo, entre os anos de 2015 e 2019 em diversas iniciativas de Economias Colaborativas do 4º Distrito em Porto Alegre. A presente tese terá o seguinte desenho de pesquisa: a Administração como ciência base, a Antropologia como conhecimento dialógico, a observação participante como técnica e a Etnografia como método. O objeto deste estudo será a produção simbólica dos participantes destas iniciativas no campo específico, já citado brevemente e que será detalhado

durante o texto e os relacionamentos entre os achados de campo, registrados em cadernos físicos e eletrônicos, entrevistas, interações reais e virtuais.

Estas etapas e fases de desenvolvimento foram escolhidas a partir da leitura de diversas etnografias e estão propostas nesta tese como um percurso possível e já experimentado por outros etnógrafos, inclusive na Administração como Cavedon (1999; 2003); Flores-Pereira, Davel e Cavedon (2008); Chiesa e Fantinel (2014); e, Alcadipani, Hassard e Islam (2018).

Ao contrário de um estudo mais estruturado, com cronograma rígido e identificável de forma clara, esta etnografia, como as demais, é realizada durante todo o processo de pesquisa com suas fases e etapas entrelaçadas e com segmentos pouco definidos. Não obstante a falta de definição das fases, as questões éticas, como autorização para pesquisa e retorno das produções acadêmicas para o campo foram devidamente observadas.

1.2 DEMAIS DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E PERCURSOS METODOLÓGICOS

1.2.1 As escolas clássicas da etnografia

Os trabalhos etnográficos mais clássicos são caracterizados pelo papel do pesquisador como um cronista e historiador, cujas fontes de informação são o comportamento e memória de seres humanos (MALINOWSKY, 1978). Concepções como Peirano (2014) questionam o clássico e nos provocam com o texto “Etnografia não é Método” (!). A autora esclarece que apenas entender a etnografia com método, a esvazia de significado ou a condena à pouca teoria. No decorrer do texto, Peirano (2014) nos redime e nos tranquiliza ao dizer que uma boa etnografia não fala “de” mas “com” os interlocutores e que hoje reavaliemos e ampliamos o universo pesquisado com o propósito de expandir o empreendimento etnográfico, contribuindo para desvendar novos caminhos que nos ajudem a entender o mundo em que vivemos (e não outrem exótico como nos tempos de Malinowski, Evans-Pritchard e Radcliffe-Brown) (PEIRANO, 2014).

A etnografia é o método de escolha, por excelência, do estudo das culturas. As origens das pesquisas sobre os hábitos, crenças e costumes de um povo advêm da expansão europeia do século XVII, quando das buscas de novos mercados, cujas

expedições marcaram a história e a construções dos primeiros conceitos do que chamamos de estranhamento cultural. Para buscar este conceito de cultura, por precaução, tendo em vista as dimensões do assunto e da limitação do presente estudo, foi necessário referenciar as ideias de Geertz (1978). O autor afirma que o conceito de cultura está alinhado ao pensamento de Max Weber, quando dizia que a cultura é uma teia de significados e suas análises, ou seja, um movimento afastado dos métodos experimentais e positivos e aproximado do interpretacionista.

Com este conceito de cultura sedimentado na sua teoria, e que lhe dá base aos seus estudos, Geertz (1978) diz que mais especificamente a etnografia é uma prática que estabelece relações, seleciona informantes, transcreve textos, levanta genealogias, mapeia campos e cria diários, dentre outras atividades que visam interpretar as culturas. Em um de seus trabalhos mais conhecidos, “Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galos Balinesa”, ao final do texto o autor adverte que as brigas de galo, os rituais religiosos e as segregações sociais construídas por aquele povo, não explicam totalmente as práticas de viver da população estudada. “A cultura de um povo é um conjunto de textos, eles mesmos conjuntos, que o antropólogo tenta ler por sobre os ombros daquele a quem eles pertencem”. (GEERTZ, 1978, p. 78).

Para outros estudiosos clássicos da Antropologia Social, um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom senso e intuição psicológica (CAVEDON, 1999).

1.2.2 Antropologia Contemporânea e Urbana

As questões ligadas aos circuitos comerciais podem conter diversas abordagens. Uma das possibilidades pode dizer respeito ao lugar desses fenômenos nas cidades. Seriam os circuitos sistemas fechados determinados pela geografia, pelas sociabilidades delimitadas, pelas relações específicas entre um número identificado de pessoas, como os comerciantes que têm estratégias comuns em um determinado bairro de uma cidade, ou seriam estes (os circuitos) células arbitrariamente delimitadas de um todo para possibilitar uma análise social? Como

discutir a noção de pedaço, trajeto, mancha, pórtico e circuito sem isolar conceitualmente o objeto de estudo?

Em busca de evitar este olhar de “túnel”, míope e fatiado, Magnani (2002) reflete sobre algumas possibilidades da etnografia urbana, dizendo que há, no mínimo, duas formas de entender as cidades. A primeira é relativa e diz respeito aos agentes desordenados de desenvolvimento que acabam por produzir inevitavelmente uma ideia de que o urbano é um sinônimo de caos; a segunda projeta cenários marcados por uma fantasiosa construção imagética e discursiva que é resultado de conflitos sociais, de simulacros, de não-lugares (CERTEAU, 1998), de redes e de pontos de encontro virtuais. Esta última é a cidade que se delinea a partir da análise de alguns arquitetos, críticos pós-modernos, identificada como o protótipo da sociedade pós-industrial.

A primeira definição é mais relacionada ao capitalismo selvagem, a segunda, mais identificada com o capitalismo tardio. Porém, ambas as definições levam a academia e o senso comum a pensarem nas cidades como ambientes deteriorados e que, por isso, devem ser cenários de privatização da vida coletiva, segregação, evitação de contatos, confinamento em ambientes e redes sociais restritas, situações de violência e toda a sorte de representações que constroem uma visão de cidade, pois todas se assemelham neste forma de pensar, como um lugar cosmopolita que possui equipamentos e instituições que possibilitam seu adequado funcionamento, mesmo que caótico ou pós-moderno.

Em tese, uma “cidade global” possui, “dentre outros signos, uma rede de hotelaria de padrão internacional, um sistema de transporte seletivo, sofisticadas agências de serviços especializados, sistemas e empresas de informação de ponta”. (MAGNANI, 2002, p. 13). Ainda segundo este autor, esta visão cosmopolita da cidade diminui o papel do ator local, aquele que vive, não o mundial, e sim o local e faz parte do que constituiu especificamente aquele ambiente físico e simbólico. Inclusive estes agentes locais, em meio a processos centralizados de gestão do espaço, começam a fazer parte de projetos de planejamento estratégico, oriundos da gestão empresarial. Nada mais lógico para um território que segue as regras do mundo privado. O cidadão é um ator ligado à produção e ao consumo destas cidades imaginadas do que se chama de grandes centros. Já os moradores como os conhecemos, como são nossos vizinhos e nós mesmos, que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos e conflitos constituem o elemento que em definitivo dá vida à

metrópole. Eles não aparecem, e quando aparecem são uma parte passiva e excluída de um intrincado processo urbano.

No cotidiano estes moradores constroem suas relações e ocupam espaços em todas as instâncias cidadinas, é aí que a etnografia auxilia a resgatar as práticas políticas apagadas pela imagem resplandecente de uma metrópole cosmopolita, normatizada e higienizada. A atuação do morador não está obrigatoriamente ligada ao negócio que acontece na cidade e sim na sua política, no fazer e no decidir diário do que é certo e que é errado.

Cercado pela questão dos grandes centros urbanos, como o etnógrafo vai exercer sua necessária atitude de estranhamento e exterioridade, já que esse mesmo faz parte da “cultura nativa” da cidade e é por ela totalmente enredado e absorvido desde seu nascimento?

Uma primeira possibilidade de enfrentar esta questão é ter como premissa que a presença de transumâncias, de minorias sexuais e de gênero, identificação étnica, preferências culturais e crenças e de grupos articulados em torno de opções políticas, assunto que merecerá um capítulo desta tese, pode levar a uma reflexão a partir de multiculturalismo não fragmentado em relação ao objeto, mas na possibilidade de sistemas de trocas com diferentes códigos, com interlocutores distantes da “minha parte conhecida da cidade” possibilitando assim arranjos, iniciativas e experiências completamente diferentes para o pesquisador “de dentro”. (MAGNANI, 2002).

A segunda possibilidade da resolução da questão do “nativo” que quer estudar sua própria tribo diz respeito a este mesmo “de dentro”, complementando pelo “de longe” como são percebidas as clássicas etnografias realizadas em povos denominados exóticos. Exótico em relação a quem? Longe partindo de que ponto central?

A simples estratégia de acompanhar um desses "indivíduos" em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas etc. É neste plano que entra a perspectiva de perto e de dentro, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de agentes sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos. (MAGNANI, 2002, p. 17).

Enfim, a preocupação em externar esta forma de pensar a etnografia urbana que aqui está em desenvolvimento reside no desafio de situar o foco nem tão de perto,

que se confunda com a perspectiva particular do etnógrafo, e nem tão de longe, a ponto de distinguir um recorte abrangente, mas indecifrável e desprovido de sentido.

Posta esta perspectiva ontológica também são pretensões desta tese compreender as interrelações sociais, discursivas e simbólicas que constroem uma rede de sociabilidades (SIMMEL, 2006) do campo urbano já mencionado. Para isso, poderiam ser utilizados diversos métodos e técnicas de pesquisa.

Em outra perspectiva, as escolas chamadas funcionalistas da Antropologia, desenvolvidas pelos primeiros etnógrafos, que segundo Feldman-Bianco (1987) utilizavam dados procedentes de respostas às indagações formuladas pelo pesquisador sobre situações hipotéticas ou temas abrangentes, cujos resultados apresentavam graves perigos metodológicos. As hipóteses funcionalistas levavam o pesquisador a não separar as suas abstrações das respostas dos informantes. Essas hipóteses poderiam ter sido muitas vezes resultado de abstrações e da adoção de categorias e conceitos não problematizados. As conclusões eram publicadas sem que o “como”, o “quando”, o “porquê” e as circunstâncias históricas que geraram aquelas etnografias. Mesmo assim estes primeiros trabalhos contribuíram em muito para tornar compreensíveis costumes e culturas aparentemente exóticas, bem como para problematizar o que poderia parecer, à primeira vista, familiar e passível de explicações fáceis, ao passo que também ajudaram a criar estereótipos que se transformaram em verdadeiros e dados como certos até hoje.

Em uma tentativa de resolver alguns destes impasses, em particular nas sociedades contemporâneas, avançando as tradições advindas das perspectivas teóricas de Durkheim (1995) e da insistência de Malinowski (1978) em caracterizar a cultura como um todo integrado composto de partes interdependentes, um dos primeiros etnógrafos que incluiu o indivíduo no centro da análise foi Van Velsen. Seu legado amplia e muda a ênfase desta orientação, ao sugerir que, ao invés de fundamentar-se em casos para ilustrar suas generalizações, o antropólogo deve utilizar-se dos registros, de situações concretas e do comportamento de indivíduos específicos como parte constituinte da análise de processos sociais (FELDMAN-BIANCO, 1987).

Esta interseção das situações inscritas no processo social também é preconizada por Carvalho (2001) ao dizer que a vertiginosa ampliação dos panoramas dos estudos da cultura nos últimos anos exige a inserção de novas abordagens teóricas e principalmente multidisciplinares. Campos de estudo como a Psicanálise,

as artes visuais, o Marxismo, os estudos de gênero e, por consequência, a Administração, subverteram pela raiz os pressupostos anteriores da ordem cultural e questionaram as bases etnográficas clássicas.

Nos estudos aqui referidos, a cultura é o objeto de estudo da Antropologia que apresenta diversos recortes na contemporaneidade, como pesquisas sobre manifestações folclóricas, interesse por populações tradicionais, circuitos, cartografias, sociabilidade etc. Uma destas abordagens específicas é a cultura do trabalho, a qual utiliza o método etnográfico como escolha, que é o caso de Eckert e Rocha (2005) ao organizarem diversos olhares sobre o trabalho por meio da coordenação de um conjunto de etnografias que elegem o tempo e a organização da cidade como substrato de discussão. Nesta obra, as autoras, após uma consistente historiografia da urbanização e industrialização brasileira, afirmam que atualmente a heterogeneidade e desigualdade são elementos constitutivos da paisagem urbana e que remetem a experiências de movimentos sociais que, do formal, se articulam para a formação de carência coletiva. Estes tempos idiossincráticos e desestruturados do que se chamava de trabalho formal, agora com a crise fazem emergir novas modalidades de trabalho com a mesma velocidade da informalidade. Este cenário todo, segundo as autoras, nos leva a um quadro globalizado neoliberal de reestruturação produtiva, desregulamentação e de radical precarização social.

Segundo Silva (2009), ao pensar na figura do etnógrafo e seu campo, a etnografia contemporânea se torna o relato de um percurso, de linhas sinuosas, no qual os agentes sociais transitam e se deslocam nos ambientes e territórios. Ao contrário de relatos generalizantes, uma etnografia inscrita no contexto da sociedade contemporânea pode ser um inventário de particularidades.

Enquanto os clássicos talvez tenham falado “dos” “nativos”, nas abordagens contemporâneas, incluindo as que dialogam com a Administração, os etnógrafos ao falar com as pessoas que habitam ambientes, territórios e circuitos podem se referenciar àquelas como “interlocutores”. Esses são indivíduos que são vistos como capazes de dialogar e fazer parte de um sistema de comunicação no qual o pesquisador não somente observa e escuta, mas interage com a pessoa que está a sua frente, ou seja, constrói um processo de trocas e de interlocução. Neste sentido a observação participante será a técnica de escolha para esta pesquisa. Para Ingold (2017) a escolha de termos diferentes de “nativos”, “informantes” ou “pesquisados”

trazem as noções rudimentares das primeiras etnografias e que os estudos mais contemporâneos podem preconizar o estudo “com” as pessoas e não “sobre” elas.

Dentre os conceitos dos manuais funcionalistas, as formas de aplicação e as prescrições de uso das observações participantes são bastante presentes nos meios acadêmicos (GIL, 2010; LAKATOS; MARCONI, 1991). Essas observações são descritas como um conjunto de ações no campo de pesquisa pelo qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. Para uma etnografia menos atenta, essa poderia ser uma técnica possível para interagir com os interlocutores e obter informações que se transformariam em análises e interpretações. No entanto, Velho (1980) nos distancia dos manuais e nos insere no cotidiano do prédio onde mora. A partir deste cenário, íntimo e pessoal, o autor nos faz refletir sobre o familiar e o exótico, o poder que o pesquisador conhece e chama de familiar e o que ele desconhece por seu traço de classe e chama de exótico. Segundo o autor, vale a pena insistir neste caráter relativo da noção de familiar e exótico, especialmente na nossa sociedade:

Há, sem dúvida, cenários e grupos dentro do próprio país ou até dentro da própria cidade de que muitas vezes nem ouvimos falar, que não são temas dos órgãos de comunicação de massas, às vezes por censura, muitas vezes por simples desconhecimento. Desta forma, há indivíduos, situações, grupos de outras sociedades e culturas que nos são mais familiares do que muitas facetas e aspectos de nosso próprio meio, sociedade. Evidentemente coloca-se o problema de criticar essas noções e imagens mais ou menos estereotipadas que nos chegam através desses veículos e perceber como quanto podemos conhecer sobre essas realidades espacialmente distantes. De qualquer forma o familiar, com todas essas necessárias relativizações é cada vez mais objeto relevante de investigação para uma Antropologia preocupada em perceber a mudança social não apenas ao nível das grandes transformações históricas, mas como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas. (VELHO, 1980, p. 181).

Dando concretude ao que já foi discutido anteriormente no estudo de Magnani (2002), com relação a esta pesquisa, o exótico e o familiar se misturam. O desafio enfrentado é fazer a observação, ou seja, estranhar, distanciar, interagir e ver como um estrangeiro o objeto de pesquisa.

1.2.3 Diálogos entre a Administração e a Antropologia

Na Administração, talvez o início do diálogo com a Antropologia ocorreu via análise da cultura organizacional nos anos 1970 e 1980, concretizados nas obras de Edgar Schein, Susan Wright e Geertz Hofstede. Para Mascarenhas (2002), a cultura organizacional é um tema consolidado em Administração. No entanto, o autor entende que existe uma contraposição nas práticas e formas de refletir teoricamente entre a Administração e a Antropologia.

Cavedon (1999) aponta para uma maior convergência entre as duas disciplinas e cria um campo de pesquisa bastante rico para que a Administração compreenda e construa diálogos mais relevantes teórica e empiricamente com a Antropologia. Segundo a autora, há duas visões básicas do estudo das culturas na Administração, a primeira, de paradigma funcionalista, entende a disciplina como a busca por equilíbrio do sistema, na medida da equalização entre os objetivos do capital e do trabalho. Além disso, este primeiro paradigma acredita que os diferentes grupos de profissionais que atuam nas organizações são todos movidos pela mesma razão. A segunda visão, tal como é definido dentro do campo da Sociologia, Cavedon (1999) mostra as muitas limitações do funcionalismo e aponta as possibilidades dos estudos críticos como o estabelecimento de uma concepção sociológica e histórica, dialética e acionista das organizações. As repercussões destes dois paradigmas nos estudos das culturas podem ser diversas, mas segundo Cavedon (1999, p. 13):

[...] em se tratando de estudos administrativos, é possível verificar-se aspectos da sociedade brasileira determinando comportamentos dentro do espaço organizacional que muitas vezes passam despercebidos aos olhos dos administradores muito mais afeitos a aspectos positivistas do que a questões relacionais.

Um último aspecto que considero relevante ser abordado, justificado e esclarecido nesta introdução a respeito das escolhas para a presente tese é o estilismo linguístico que será adotado em todo o texto a partir deste ponto. Como diz Peirano (2014), a etnografia é uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, em resumo, é a própria teoria em ação.

A etnografia se dá na ação, a *priori* o etnógrafo está “fazendo coisas” com as palavras. Muitos significados são produzidos numa conversa, além dos que são verbalizados no fazer etnográfico.

Por isso, é interessante quando o etnógrafo revê histórias contadas e relembra o contexto - i.e., a escolha do lugar, as pessoas presentes ritmo da voz, os personagens citados na narração - e observa que aquilo que parecia um simples relato pode ser uma reivindicação, um ato de legitimação, uma declaração de posse dirigida não necessariamente ao etnógrafo, mas aos demais presentes. (PEIRANO, 2014, p. 13).

Desta forma, continua Peirano (2014) questionando o que é necessário para que se caracterize um texto etnográfico, seria necessário interpretar, traduzir, elaborar o diálogo que esteve presente na pesquisa de campo nos seus aspectos relevantes. Tudo o que foi experiência antes precisa agora adquirir uma forma escrita. Assim, o que se se espera do resultado é uma contribuição, uma pergunta ainda não articulada ou a expansão de uma postura teórica deixada de lado por outrem. Para esta tarefa, não há receitas preestabelecidas. A criatividade é a regra porque ela ajuda a refletir, na forma, na essência da descoberta e na teoria etnográfica.

Toda esta elaboração teórica explicativa até aqui desenvolvida vem justificar a narrativa em primeira pessoa, tão pouco comum nos textos de Administração, mas que deste ponto do texto em diante terá papel preponderante no estilo linguístico de escolha.

Em continuidade, a proposta a seguir visa apresentar uma organização preliminar de trabalho no campo do 4º Distrito em Porto Alegre - RS.

1.3 APROXIMAÇÃO: UMA VISÃO GERAL DO CAMPO DE PESQUISA

A primeira fase de aproximação do campo ocorreu ainda em 2015, quando iniciei o registro eletrônico das visitas a um dos pontos de referência de minha pesquisa, o Vila Flores, casa colaborativa sediada no 4º Distrito em Porto Alegre. Estas visitas aconteceram semanalmente até o final do ano em questão. No ano de 2016 até 2017, o relacionamento com o Vila Flores e sua comunidade aconteceu basicamente pelo acompanhamento do *newsletter* (jornal eletrônico) do site do “Vila”, como é conhecido, e nas redes sociais. Em 2018 e 2019 fui incluído no sistema de mensagens eletrônicas da comunidade. Esta forma virtual e exploratória de participação me permitiu realizar perguntas e intervenções iniciais que mais tarde seriam complementadas por entrevistas em profundidade e demais intervenções, como participações em eventos, por exemplo. Entre 2017 e 2019, mais interações

etnográficas foram realizadas em outras iniciativas colaborativas no 4º Distrito, assim como entrevistas e observações participantes e não participantes foram realizadas com objetivo de sanar dúvidas conceituais e qualificar ideias que ainda mereciam atenção. Neste território, existem mais de 100 iniciativas de EC que se propõem a produzir e comercializar de forma colaborativa desde obras de arte, passando por moda, estilo e indo até produtoras de áudio e conteúdo para a internet.

As mudanças de mercado econômico e do trabalho a partir dos pós II Guerra e as alterações na geopolítica mundial impostas pela crise do petróleo dos anos 1970, assim como, a busca por redução de custos, em função da escassez de commodities globais, inclusive de mão de obra e a identificação e categorização do que a Administração mais instrumental começaram a se constituir o que se chama de crise do modo de produção pós-fordista ou pós-moderna, principalmente nas produções teóricas e empíricas, como assessorias e mentorias e das Escolas gerencialista de gestão. De um modelo industrial, produtor de bens de produção e consumo, o mundo passou a perceber um capitalismo financeiro que exigia outras soluções que não o grande investimento na máquina que alimenta os grandes mercados de consumo material. O fluxo de capitais se tornou a nova oportunidade de acumulação (CASTELLS, 2000).

No campo desta pesquisa, podem ser notados alguns destes elementos. No 4º Distrito, a partir das observações participantes e não participantes, assim como dados secundários obtidos durante o período de coleta de dados, em função de seu histórico de bairro industrial, é possível inferir que ainda há ocorrência de empresas de transformação e produção de bens de capital e consumo. Estas organizações usam mão de obra intensiva e legalizada, têm organização fordista e resistem a um mercado em desregulamentação constante, globalização de fornecedores e clientes, forças de mercado desproporcionais e alterações sociais e legais que pressionam, no alicerce, os custos e a estabilidade de sua estrutura.

Também neste mesmo território ocorre uma miríade de oferecimento de pequenos serviços comerciais como oficinas mecânicas familiares, bares, restaurantes, lojas de antiguidades no que se chama circuito “oficial”. Já no que chamo de circuito “não oficial” há oferecimento de serviços sexuais, reciclagem desumanizada do lixo dos bairros no entorno do 4º Distrito e um processo de gentrificação caracterizado pelo isolamento e invisibilização de populações em “condomínios” sem assistência do Estado no âmbito da Educação, da segurança e da

Saúde. Esses territórios se autorregulam a partir do embate de suas forças internas, restando ação estatal somente quando o assunto é força policial.

Figura 3 - Vila dos Papeleiros 4º Distrito Porto Alegre - RS



Fonte: Jornal Zero Hora. Disponível em: <https://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/no-antigo-centro-industrial-de-porto-alegre-abandono-e-promessas-se-misturam-a-quem-serve-a-revitalizacao/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

A partir deste ponto, além do presente capítulo 1 que apresenta os objetivos, problemas e metodologia, no capítulo 2 serão debatidas e compreendidas as formas como se dão as interrelações sociais a partir das teorias dos circuitos comerciais e sociabilidades. No capítulo 3, buscarei entender como os sujeitos das EC do 4º Distrito incorporam a cultura do território e se tornam corpos-discurso. No capítulo 4, buscarei identificar o que revelam os diversos olhares que os agentes sociais direcionam a um mesmo ente, que é o objeto desta pesquisa: o 4 Distrito de Porto Alegre, a partir do discurso dos colaborativos e, por fim, no apêndice A, pelo método netnográfico, buscarei compreender de que forma os componentes das EC entendem suas relações com o trabalho e a própria colaboração durante os anos entre 2017 e 2019 na forma de um artigo já publicado e aqui adaptado. Como atualização, foi inserida no apêndice A, a intenção de avaliar os diversos impactos da pandemia de COVID-19 nas EC do 4º Distrito em Porto Alegre - RS no II semestre de 2020.

2 A VIVÊNCIA NO 4º DISTRITO E A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NA EC: CIRCUITOS E SOCIABILIDADES

O objetivo deste capítulo será apresentar o campo de pesquisa desta tese e ao mesmo tempo iniciar o processo de compreensão das interações sociais que lá ocorrem a partir de dois eixos teóricos. O primeiro dirá respeito ao conceito de circuito comercial de Zelizer (2005) e o segundo às sociabilidades de Simmel (1983). Os dois autores são de épocas e campos de conhecimentos diferentes. Enquanto a autora americana é antropóloga contemporânea de viés econômico, o autor alemão nasceu no século XIX, deu continuidade à obra de Kant e abriu espaço para uma sociologia não positivista. Apesar das distâncias teóricas e temporais, ambos podem auxiliar nas questões de compartilhamentos de sentimentos e significados que foram observados por mim no campo de pesquisa.

2.1 O CIRCUITO COMERCIAL DO 4º DISTRITO EM PORTO ALEGRE

O 4º Distrito em Porto Alegre, para além das definições geopolíticas oficiais, também é um território que contém e compartilha circuitos e sociabilidades. A ideia compartilhada contrapõe a racionalidade do capitalismo e coloca em jogo um “sentimento” definido em Zelizer (2005) como uma das formas características de um circuito comercial.

Viviana Zelizer diz que alguns trabalhos em Antropologia, sem utilizar o termo “circuitos” se remetem ao fenômeno, como por exemplo, Paul Bohannan e Frederick Pryor. Os autores descreveram determinadas sociedades que apresentam um "circuito de troca" nos quais em uma esfera de transferência, os bens não podem ser negociados pelo mesmo valor. Por exemplo, pode-se obter B por A, C por B, e A para C, mas não A para B, B para C ou C para A. No entanto, nas sociedades contemporâneas o dinheiro suplantou essas esferas, tornando-se um meio de troca universalmente acessível (ZELIZER, 2005).

Os circuitos se espalham, se contraem, se formam e desaparecem alheios à vontade de um grupo gestor. Circuitos comerciais têm algum nível de organização coletiva e definem quem é e quem não é do circuito, diferentemente das redes que enquanto mais amplas e orgânicas, mais atingem seu objetivo de prospectar novas

oportunidades de atuação para seus participantes. Circuitos Comerciais apresentam limites físicos e simbólicos bem definidos, trocas baseadas em relações interpessoais, emprego de canais de comunicação específicos e laços de compartilhamento de significados entre os participantes.

A autora afirma que se pode avançar teórica e empiricamente, dando continuidade às pesquisas desses e outros antropólogos. Muitos fenômenos sociais aparentemente comuns e corriqueiros, podem revelar circuitos comerciais, “como é o caso dos boxeadores profissionais, redes de troca de favores russas, jardineiros amadores franceses, gerentes de hotéis australianos e uso de remessas por migrantes, como é o exemplo de Wacquant (2002)”. (ZELIZER, 2005, p. 5).

Em outros de seus trabalhos^{4 5}, a autora exemplifica de duas formas os circuitos. O primeiro é a remessa de valores por estrangeiros que moram nos Estados Unidos para suas famílias em países com menor poder comercial, como os africanos e sul-americanos. No segundo, a autora refere cuidadores de crianças que colocam o afeto à frente da diária como *babysisteres*.

Ainda segundo a autora, simples relações comerciais, como uma amizade com o gerente do Banco ou a conversa diária com o caixa do supermercado, não são circuitos comerciais, visto que essas prescindem de diversos requisitos, como compartilhamentos de significado. Estas meras relações podem ser denominadas de redes, já que não são tão bem delimitadas e organizadas como os circuitos.

A obra de Zelizer é a teoria de escolha da presente tese. Isso porque as trocas observadas no campo não são simplesmente trocas econômicas. Neste capítulo, a descrição das observações participantes as EC do 4º Distrito serão apresentadas com o objetivo de demarcar, dentre outras, uma característica marcante das relações econômicas que foi observada durante meu fazer etnográfico. Esta característica tem relação com um tipo de significado compartilhado que as pessoas atribuem as suas atividades econômicas. Mais adiante, haverá diversos casos citados deste compartilhamento de significados, como por exemplo, a ideia de “solidariedade” que as trocas contêm e que são expressas nos discursos dos colaborativos.

⁴ The Social Meaning of Money: Pin Money, Paychecks, Poor Relief, and Other Currencies, (1994).

⁵ Pricing the Priceless Child: The Changing Social Value of Children (1985).

O conceito de circuitos comerciais de Zelizer dialoga com as sociabilidades de Simmel (1983), na medida em que, enquanto nos circuitos há trocas que compartilham significados, nas sociabilidades as pessoas se unem e criam associações, grupos econômicos e irmandades, por exemplo, em função de interesses e de um sentimento entre seus membros, um desejo de estarem associados e se satisfazerem com isso. Este amálgama cria um valor apreciado por aqueles que participam da socialização.

2.2 AS SOCIABILIDADES NO 4º DISTRITO

No diálogo entre as Ciências Sociais Aplicadas e a Antropologia, o tema das sociabilidades é um dos eixos centrais neste texto. Para o Simmel (1983), o estudo das sociedades tem motivos claros para ocorrer e advém de duas proposições, (i) a primeira de conteúdo, que tem relação com a possibilidade de um influenciar o outro, ser influenciado e por isso constituir uma sociedade, e a (ii) segunda de forma, que se constitui na socialização no que tange aos interesses que mantêm os indivíduos vivendo em sociedade. Esta última proposição constrói a base para a sociedade humana segundo o autor.

Outras questões sobre a sociabilidade, como as relações ‘amáveis’ entre seus membros, a forma reguladora que impede o indivíduo de demasiadamente mostrar suas particularidades e o próprio princípio da sociabilidade, que seria a democracia jogada entre o caráter individual o interesse do grupo, serão discutidos no decorrer deste texto e se constituirão como fundamento teórico que busca a densidade necessária à compreensão das interrelações sociais no campo de pesquisa. A distinção entre forma e conteúdo em Simmel (1858 -1918) nem sempre se mostra clara e tem sido foco de continuada disputa entre diferentes ensaios teóricos. Alguns críticos têm apontado que certos tópicos de Simmel mostram-se por vezes, na contemporaneidade, inconsistentes (MAIA, 2001).

Por uma perspectiva complementar, segundo Chiesa e Fantinel (2014), a sociabilidade se dá em tempos e espaços determinados, logo, não é possível pensar tal fenômeno sem uma contextualização de territorialidade.

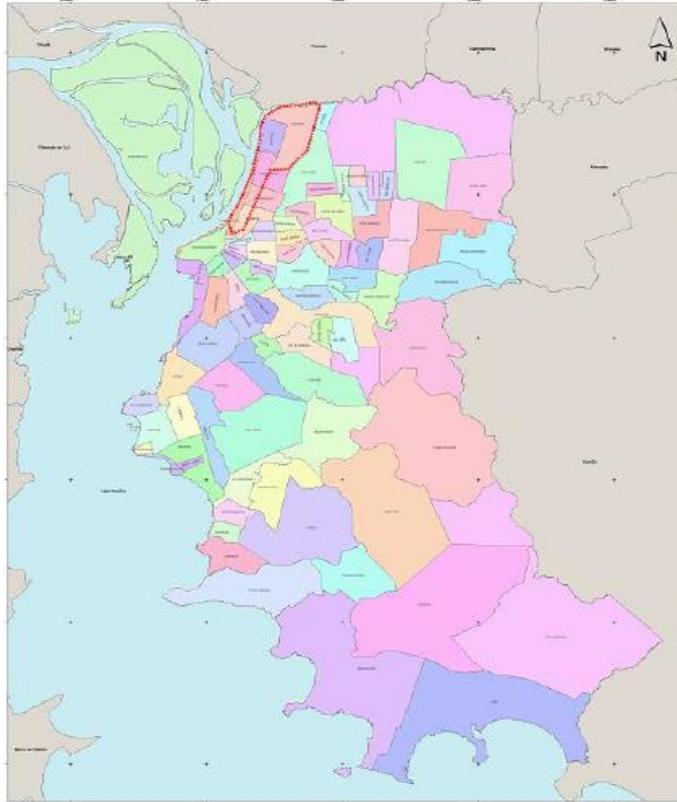
Mas o tema sociabilidade, assim como a própria sociedade e a territorialidade, não são conceitos inequívocos em seus limites teóricos e empíricos. Para Velho (1980) a base da sociabilidade está nas relações cotidianas e em níveis de interação no dia a dia que se não forem levados em consideração para além da sociabilidade “pura” simmeliana podem levar a análise a perder muitos vieses de interpretação em função do conceito datado e atualmente já revisado de sociabilidade “pura” do início do século XX.

Ainda na linha de trazer alguns conceitos de sociabilidade, a Escola de Frankfurt iniciou, na década de 1930, um debate predominantemente empírico ao redor das cidades e as tornou um ponto de observação a respeito das formas de suas mudanças no que se refere às relações das pessoas e suas concepções de ocupação e uso do espaço. A Escola de Frankfurt entendeu a sociabilidade no contexto urbano contemporâneo, tornando-a mais concreta em suas interações e associações. Estas pesquisas iniciadas no início do século XX abordaram pela primeira vez assuntos relevantes ligados à integração e à imigração, por exemplo. Também, ondas de crimes violentos, conflitos raciais e, sobretudo, diferentes e inéditos métodos de pesquisa foram inseridos nas práticas da Escola alemã de cultura. A partir destas inovações metodológicas, que consistiram em utilizar entrevistas informais, observação participante no contexto urbano, uso sistemático de histórias de vida, dentre outras. a Escola de Frankfurt deixou sua marca na história da formação da Sociologia (FRÚGOLI, 2007). De uma forma geral, uma das maiores contribuições desta Escola não se trata de investigar a relação de uma parte da sociedade com seu território, mas a relação entre uma diversidade de populações tipicamente urbanas e, por isso heterogêneas, habitando o mesmo espaço, num mesmo território.

O 4º Distrito pode ser visto com diversas lentes. Para esta tese o compartilhamento de significados do circuito comercial de Zelizer (2005) e o sentimento compartilhado de Simmel (1983) serão as bases teóricas utilizada a partir deste ponto para compreender as interrelações sociais no território de pesquisa.

Do ponto de vista geográfico, o conjunto de bairros que constituem o 4º Distrito estão localizados na Zona Norte da cidade. São eles, os bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Anchieta, São João, IAPI, Passo D’Areia, Humaitá e Farrapos. A seguir, a figura 4 localiza o 4º Distrito no mapa de Porto Alegre e a figura 5 detalha os bairros que o compõe.

Figura 4 - Mapa da cidade de Porto Alegre



Fonte: Site da Prefeitura de Porto Alegre⁶.

Figura 5 - Bairros que fazem parte do 4º Distrito



Fonte: Site Prefeitura de Porto Alegre⁷.

⁶ Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=310. Acesso em: 5 dez. 2020.

⁷ Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=310. Acesso em: 5 dez. 2020.

Esse território tem, nas referências do passado, algumas justificativas que esclarecem alguns sentidos observados cotidianamente. Segundo Mattar (2010), que fundamenta os parágrafos a seguir, o 4º Distrito é resultado de diversas ações governamentais implementadas durante o século XX e que até hoje são pontos focais na compreensão das interações sociais nesse território como, por exemplo, as EC.

Quanto à ocupação urbana do 4º Distrito é importante visitar suas origens enquanto bairro para entender o que construiu o que se chama sua “vocação” para ser um bairro industrial e por isso sempre potencial para novos empreendimentos e novos negócios. Até os primeiros anos do século XIX, a cidade de Porto Alegre resumia-se ao que se conhece hoje como o Bairro Centro Histórico. Quando da Revolução Farroupilha, em 1845, a cidade começa a ser objeto de interesse para exploração territorial, mas foi só em 1892, por ação governamental do intendente Alfredo Augusto de Azevedo, figura análoga a de Prefeito na época, que houve a divisão de Porto Alegre em 6 distritos, do 1º ao 6º. Um pouco mais tarde, em 1927, em uma reformulação urbana, os distritos foram remarcados ficando o 4º Distrito como

Limitado pelo litoral, a partir da rua Almirante Barroso até o rio Gravatahy; por este rio até encontrar o Arroio Feijó; seguindo por este até o Passo do Dornelles; d’ahi e seguindo as divisas com o Município de Viamão até o Passo do Sabão; pelo Arroio do mesmo nome até encontrar a divisa do terceiro distrito; por esta, constituída pelo becco do Felizardo, Estrada do Capitão Montanha, rua Carlos Gomes, Estrada da Pedreira, ruas Bordini, Christovan Colombo e Almirante Barroso até o litoral.⁸

Após este início, com o desenrolar dos fatos históricos do início século XX, o 4º Distrito desenvolve sua natureza de conector do interior do Estado com a cidade que se desenvolvia a partir de seu Centro. A rua Voluntários da Pátria começava a ocupar o lugar de principal corredor de locomoção como até hoje pode ser percebido. A produção agrícola, que chegava das chácaras ocupadas por colonizadores alemães que se instalaram no Vale do Cai, era comercializada e escoada para outros lugares por via térrea e fluvial no 4º Distrito, já que a proximidade do rio, os requisitos geográficos de zona baixa e as estradas abertas para o fluxo entre cidades viabilizavam a escolha dos comerciantes por este importante canal logístico. Todo este entorno mostrou-se fundamental para que fosse facilitada a instalação de um

⁸ Decreto nº 115, de 15 de dezembro de 1927. *In*: Leis, Decretos, Actos e Resoluções. Administração do intendente Octavio F. da Rocha. Porto Alegre: A Federação, 1927. p. 48. (MATTAR, 2010).

parque industrial, mesmo que rudimentar, fomentado no Brasil por vários governos federais e estaduais na primeira metade século XX (MATTAR, 2010).

A Primeira Guerra Mundial também demandou um consumo de bens pela Europa que gerou um relevante movimento de negócios e, como consequência, a implantação de aparatos urbanos no 4º Distrito como bondes elétricos e a introdução de diversos melhoramentos urbanos, como, por exemplo, um sistema viário, que facilitaria o transporte entre o bairro e o Centro da cidade. Essa via de locomoção acelerou em muito a ocupação urbana, a partir de uma nascente classe média portoalegrense.

Quanto à ocupação de pessoas e de casas, a partir de 1920 já se iniciaram a instalação de chácaras e pequenas edificações para abrigar operários no bairro, mesmo com problemas de infraestrutura, com a constante falta de água, o bairro recebeu paulatinamente mais e mais residências durante os anos 1930 e 1940. Esse movimento migratório teve consequências relevantes para a cidade principalmente em relação à qualidade de vida e ao processo de trabalho, visto que houve uma mudança do modelo agrário-exportador para urbano-industrial (LACERDA; MELLO, 2020). Os empreendimentos de moradia construídos no final do século XIX eram extremamente precários, visto que o poder público pouco ou nada exigia em obras de infraestrutura urbana. Rede de esgoto, ruas calçadas ou água encanada eram uma utopia. Uma das poucas restrições é que as casas fossem construídas em ruas pré-determinadas pelo plano do poder público (MATTAR, 2010).

Concomitante a isso, o porto de Porto Alegre era construído sobre diversos aterros no 4º Distrito, o que possibilitou que no futuro, no longínquo 1970, fossem construídas as obras de prolongamento do cais em direção à Navegantes, nova Estação Rodoviária e a Avenida da Legalidade ou antiga Castelo Branco.

Durantes estes anos, políticas expansionistas imprimiam no bairro uma atmosfera chamada de modernista na morfologia urbana. No entanto, de uma visão compacta de uma única atividade produtiva, esta modernidade trazia a noção de fragmentação também para a arquitetura urbana e o 4º Distrito não fugiu desta nova ordem estética.

A industrialização, característica precípua do território, nasceu e cresceu junto com o crescimento econômico brasileiro dos anos 50. O governo Juscelino Kubitschek, com seu plano de 50 anos em 5, entrou para a história como uma iniciativa que incluía o endividamento das empresas para fomentar investimento público em infraestrutura.

Segundo Mattar (2010), ao analisar o entorno, que viabilizou o desenvolvimento deste bairro em detrimento de outros, é possível identificar o papel central da Avenida Farrapos, que por muito anos exerceu o importante papel de canal de escoamento dos bens produzidos via terrestre ou com a junção com outros modais. Não obstante a esse fator positivo, as enchentes do Guaíba e a falta de infraestrutura ainda eram problemas do 4º Distrito. Foi só em 1938, a partir da produção por engenheiros contratados pela prefeitura de um plano denominado "Contribuição ao estudo da urbanização de Porto Alegre" que alguns problemas receberam endereçamento para solução.

Com as vias de transporte em pleno funcionamento, uma mão de obra que morava próxima aos locais de trabalho e o início das obras que solucionariam os problemas estruturais, como as constantes enchentes, foi que a industrialização recebeu maior velocidade, mas somente atingiu números expressivos nos anos 1980. A cervejaria Cristoffel e Ritter (atual Shopping Total), as indústrias têxteis como a FIATECI e a Renner passaram a interferir, com suas grandes estruturas e chaminés, no espaço urbano do 4º Distrito e empregaram cerca de 25% de todas as pessoas dispostas a trabalhar como operários industriais em Porto Alegre entre os anos de 1950 a 1970. Em outros ramos de produção de bens de consumo, na possibilidade de uma produção nacional em substituição aos importados, durante a segunda metade do século XX, a fábrica de Pregos Pontas cujos proprietários eram João e Hugo Gerdau, assim como a Wallig ocuparam grandes áreas no território para a fabricação de fogões, cofres, camas e afins (MATTAR, 2010).

Este é um resumo muito focado na relação entre o crescimento industrial e a história da construção do imaginário do bairro operário que até hoje paira sobre o 4º Distrito.

A partir dos dados históricos de ocupação do território, das observações de campo, foi possível buscar o substrato para a identificação e caracterização do circuito comercial dos colaborativos e observar suas sociabilidades. É importante para o leitor atentar para estes diferentes tipos de “diálogos” e a conseqüente alteração na forma de “ouvir” de minha parte.

Conforme demonstrado anteriormente, nesta pesquisa, tenho objetivos etnográficos, ligados à compreensão do complexo tema da cultura e que dialoga com diversos interlocutores. Como a etnografia, principalmente a urbana, é melhor apresentada se não falar “do” interlocutor, mas “com o “interlocutor” (INGOLD, 2017), o presente texto apresentará diversos exemplos da minha inclusão nas observações a partir deste ponto, se alinhando assim aos estudos de cultura e Administração.

2.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA - A RELAÇÃO AFETIVA E PSICOLÓGICA COM OS CADERNOS DE CAMPO

Sendo assim, a primeira descrição detalhada que parece pertinente realizar é uma reflexão pessoal, a qual pode gerar uma relevante reflexão teórica sobre os cadernos de campo. Como já citados no capítulo 1, os instrumentos típicos da etnografia, como os cadernos de campo, são clássicos dos estudos de Antropologia (CAMARGO, 2014). A partir desta ideia, pensei que estes instrumentos para registros de observações do campo podem exceder os conceitos de instrumentais da pesquisa científica e constituírem-se como peças afetivas e bengalas psicológicas do pesquisador em diversos momentos. Explico melhor. Para além das definições do papel pragmático do caderno de campo, minha descoberta foi além do dado físico relativo à importância de um suporte para anotações que serão resgatas, repensadas e analisadas mais adiante. O que justifica estas anotações pode ser a distância temporal entre o fato observado e a necessária teorização que exige a pesquisa. No entanto, cadernos de campo são mais que próteses da memória. Próteses no sentido que não entram na dinâmica do apagamento e renovação orgânica. Eles podem se constituir em peças anexas às lembranças e que não permitem assim que as sucessões cotidianas de fatos se esvançam, apagando o que foi observado com tanto zelo e atenção pelo etnógrafo. Em 2019, fase da pesquisa, na qual me encontrava registrando e analisando as observações participantes, recorri

metodologicamente aos cadernos. Ao revistá-los, notei que eles ocuparam um lugar que extrapola o de simples instrumento, visto que cada vez que manuseava meu caderno, ou que abria no computador uma foto ou um texto saltavam aos meus olhos, me remetendo aos momentos de pesquisa em campo, assim outras memórias eram ativadas. Por exemplo, eu precisava resgatar o que senti quando as primeiras contradições do campo começaram a surgir, fazendo eu começar a ressignificar meus preceitos quase romantizados sobre a colaboração. As longas esperas quando entrevistas atrasavam, quando fazia frio ou quando o silêncio significou para mim mais que todos os outros sons que havia percebido, começavam a fazer sentido quando voltavam em forma de memórias do caderno de campo.

Logo que somos inseridos no ambiente acadêmico, nossa orientação é buscar um potencial contribuição à ciência e à pesquisa a partir de nossas produções. Acredito que estas contribuições não precisam estar exclusivamente nas considerações finais de nossos textos. Talvez estes avanços sejam menores que nossas pretensões e possam morar na humilde observação de que um caderno de campo pode ter seu conceito expandido, principalmente quando se quer falar a respeito do que pode significar este instrumento para o pesquisador mais sensível.

Meus cadernos foram rabiscados, sujos, manchados de café, refrigerante e chá. Aquelas folhas foram maltratadas, ficaram repletas de anotações sobre outros assuntos que não foram restritos ao estrito tema da minha pesquisa. Em suas páginas constaram relatos de infindáveis compromissos com diversas tarefas que a vida então impunha e que, naquele momento, apareceram para ser registradas. O caderno de campo foi o suporte mais disponível, mais à mão, e por isso por ter sido maculado no seu lugar de instrumento científico. De tão profanado em sua função precípua, afinal havia sido comprado exclusivamente para ser o “meu caderno de campo” (quase um totem científico tratado com cerimônia) se revelou um elemento sentimental de momentos que foram vividos no campo e que hoje ao olhar para todo esse registro imagético sinto-me incapaz de, após encerrada a pesquisa, simplesmente descartá-lo ou o mantê-lo guardado na minha estante. O lugar simbólico e emocional ocupado pelos cadernos extrapola os conceitos acadêmicos e adentram em outro conceito, este expandido e com uma suposta contribuição, no campo afetivo, que estes instrumentos podem se constituir no mundo do pesquisador. E quando escrevo sobre isso, não me restrinjo aos cadernos, me refiro também às fotos, tiradas para eternizar encontros, criar memórias para serem usadas como base para ilustrar teorias ou para

produzir lembretes. Além das fotos, há os arquivos digitados, estes um pouco mais frios, mas que são indeletáveis, visto que cada vez que estas imagens e textos são visitados e revisitados, mais estes arquivos revelam outros aspectos de entrevistas e anotações que se agigantam na medida em que avançamos sobre nossas áreas de conhecimento. A cada artigo concluído, a cada novo livro que chega às nossas mãos, novas ideias sobre a mesma nota de rodapé ou sobre uma determinada entrevista entram em um mundo mais amplo de insights e reflexões, graças aos cadernos de campo.

Além deste apego emocional relatado e que pretende adicionar um ponto de inflexão teórica com os conceitos de cadernos de campo já consolidados nas teorias metodológicas, pode haver também uma inferência relativa ao papel de “bengala psicológica” que pode assumir, por vezes, os instrumentos de registro de observações de campo. Os aspectos teóricos sobre bengalas psicológicas dificilmente serão encontrados em trabalhos cientificamente significativos em Administração ou Antropologia. No entanto, na Medicina e na Psicologia esta dimensão do comportamento humano é descrita como um objeto transicional que determinadas drogas psicoativas podem assumir ante à ansiedade, por exemplo. Nem sempre se confirma uma entrevista, apesar de termos nos deslocado durante bastante tempo para o local combinado, nem sempre uma observação de campo confirma um ritual significativo e que pode contribuir para a pesquisa. Como pesquisadores, às vezes precisamos esperar, não somos recebidos em outras vezes. Precisamos então voltar, reagendar, antecipar compromissos em função dos horários dos interlocutores que na maioria das vezes contribuem espontaneamente para nossa pesquisa e por isso estão em posição privilegiada para decidir sobre determinar horários e estar em lugares de estranhamento (posição desejável etnograficamente). Mas como diz Silva (2007), em uma tese, nada se perde.

Por vezes, todas estas idas e vindas, esperas e acelerações geram sensações desconfortáveis no pesquisador que pode lançar mão de diversos artifícios para lidar com esta ansiedade ou frustração. Negações, agressividade (consigo ou com os outros), sentimento de não pertencimento (frase tipificada com o aforismo popular e que pensei uma quantidade infinita de vezes “o que eu estou fazendo aqui?”) podem ser minimizados com o uso de uma bengala emocional. Algum tipo de escape ou disfarce da ansiedade, como abraçar o caderno de campo, fingir que anota, mesmo sem ter o que anotar, fotografar aleatoriamente, enfim... utilizar todos os cadernos de

campo para reduzir a ansiedade ou disfarçar nosso desconforto durante um momento de frustração, medo ou estranhamento.

Com estas duas ideias organizadas (valor sentimental e bengala psicológica) a respeito dos cadernos de campo e a pretensa ampliação de seus conceitos, começo efetivamente a buscar os objetos deste capítulo 2, teorizar e elaborar minha entrada no campo etnográfico.

Vamos lá. A Zona Norte de Porto Alegre faz parte do funcionamento da cidade em diversos aspectos. Esta percepção pode ser obtida no trabalho de levantamento cartográfico, aqui entendido como mais do que um procedimento metodológico delimitado, a cartografia é um modo de conceber a pesquisa e o encontro do pesquisador com seu campo (ROMAGNOLI, 2009). Essa ambientação pode levar o leitor, neste primeiro momento, ao território geral no qual se insere o campo em estudo. Mais adiante, cada ambiente colaborativo também será descrito com menos viés cartográfico, no entanto, com maior riqueza de detalhes ambientais e as devidas “filigranas” das pessoas, seus olhares, gestos, palavras, ditos e não ditos. Essas descrições e análises farão parte do conjunto de ideias que darão suporte ao argumento central desta tese e servirão também de substrato imagético ao trabalho.

Minha cartografia será espacial e sentimental. O texto a seguir resgatará das minhas memórias os territórios da Zona Norte que frequentei na minha infância e que são constituintes do que hoje me fizeram olhar para o 4º Distrito e construir representação sobre este espaço urbano.

Minhas primeiras impressões da Zona Norte enquanto transeunte são originadas a partir de um trajeto que começa em uma das cidades satélite vizinha a Porto Alegre chamada Cachoeirinha. Eu morei nesta cidade durante minha infância tardia e passava regularmente pela Avenida Assis Brasil, uma das principais veias de transporte rodoviário da capital gaúcha nos anos 1970. Esta Avenida era um corredor de passagem que me levava da minha casa, em Cachoeirinha, até o Centro de Porto Alegre, onde naquela época eram feitas as compras cotidianas da minha família de classe média baixa, as rotineiras consultas médicas e o transbordo para outras partes da cidade na qual eu e minha mãe normalmente precisávamos ir e vir.

2.4 NÃO LUGARES E LUGARES DE PASSAGEM

A ocupação de espaço é um tema relevante neste trabalho, tanto no que diz respeito a uma visão ampla que é o caso do conjunto de bairros em Porto Alegre, como na ocupação dos lugares públicos e privados de ruas, casas e salas do campo de pesquisa em questão. Estes podem ser lugares oficiais como não lugares criados nas práticas do dia a dia.

Certeau (2008) aponta alguns lugares no cotidiano como espaços de enfrentamento para práticas de micro resistência, essas trazidas nas “maneiras de fazer”, tão frequentes na obra do autor, como formas cotidianas de burlar programações disciplinares. Para o autor, esta é a prática de não-lugar, no qual a criatividade dá lugar à norma e novos caminhos são criados durante os “passos perdidos”. O não lugar também pode ser observado nos novos caminhos construídos, de burla em burla, em pequenos gestos diários, como fazer percursos diferentes entre um ponto e outro da cidade, criando assim percursos fora do padrão. Um exemplo são aqueles lugares sem vegetação que se pode observar na grama do jardim de um parque, cujo trajeto original é alterado pela escolha diária de outro percurso não oficial, mas escolhido pelos que ali passam de forma transgressora.

O que conservo nas passagens destes não lugares é um cenário que faz parte na atualidade de uma cartografia inicial do campo desta pesquisa. As reminiscências me falaram de todo o tipo de prédios sem cor, de praças vazias, de pequenos comércios, de grandes indústrias alojadas ao longo de uma avenida movimentadíssima que mostrava, pela janela do ônibus, uma vida permeada pelo trabalho e pelo movimento em um não lugar (CERTEAU, 1998) para se viver, só passar ou trabalhar e que foi criado no cotidiano por quem se desloca diariamente entre um ponto e outro.

Em um olhar especificamente antropológico Augé (1994) traz uma visão de não lugar como ambientes criados pela supermodernidade, como fenômenos modificadores de nossa percepção espaço-temporal e que se caracterizam como ocupações provisórias, em trânsito, transportes do dia a dia, sem horários, sem tabelas organizadoras e extremamente efêmeros. Em outra visão, os não lugares, conforme Certeau (1998), têm referência no ambiente denominado lugar que é identitário, relacional e histórico.

De volta às minhas lembranças de infância, as diversas atividades desenvolvidas no caminho que eu rotineiramente passava no 4º Distrito traziam a nítida sensação de gravidade, seriedade e urgência da vida adulta, um desconforto com a cor cinza e a sufocante poluição dos carros que predominavam no ambiente. Onde eu morava, um bairro residencial, não havia muitos carros, no entanto, cores, afetos, cuidados e vigilância recíproca entre vizinhos para manter as crianças sob cuidados eram abundantes, caracterizando-se assim como lugares, com história, identidade e relações entre pessoas. Essas peças pictóricas surgiam das casas pintadas pelos seus donos com cores aleatórias e perpassadas pela capacidade econômica de comprar tinta para cobrir as paredes de onde morávamos. No ambiente íntimo, as cores e a limpeza, atividade regular e que minha mãe sempre teve como ofício, orgulho e valor pessoal eram os dados de comparação entre o que eu entendia como sujeira das ruas não varridas, das paredes encascurradas de fuligem, do abandono e da resignação dos trabalhadores que eu observava. Para que houvesse percepção da minha parte sobre a sujeira, é porque eu também havia produzido uma ideia de limpeza. Segundo Douglas (1976) a sujeira ou impureza são ofensas contra a ordem. Eliminando-as, não fazemos um gesto negativo e sim estamos nos esforçando para organizar positivamente nosso meio. Segundo a autora, poluição e ordem social expressam a mesma ideia genérica. Além disso, essa reflexão diz respeito também a ser e não-ser, ausência e presença, vida e morte. O trabalho sujo também fazia parte das minhas observações, fosse na forma da poluição do ar, fosse na imundice de alguns uniformes, o que eu via era um cenário indesejado que mereceria organização ou algum tipo de limpeza.

De todos os trabalhos, sujos ou limpos, que eu pude observar naquela época, dois eram particularmente importantes. O primeiro era de meu irmão que cedo decidiu conciliar estudo e atividade laboral e por isso teve a Carteira de Trabalho assinada em uma indústria de alumínio, situada no meio da Zona Norte. Das histórias que me contavam, havia personagens inanimados como perigo de cortes, acidentes e exames de saúde para detectar doenças no pulmão advindas do contato direto com o alumínio impuro em produção. Nosso ônibus, durante o itinerário que nos levava e trazia de nossas compras ou viagens para outros pontos de Porto Alegre, eu passava por esta indústria que não me lembro o nome agora. Nestes espaços, não lugares bem definidos (CERTEAU, 1998; AUGÉ, 1994), havia sempre a esperança de encontrar meu irmão, mesmo que o víssemos todos os dias quando voltava à noite. Como se

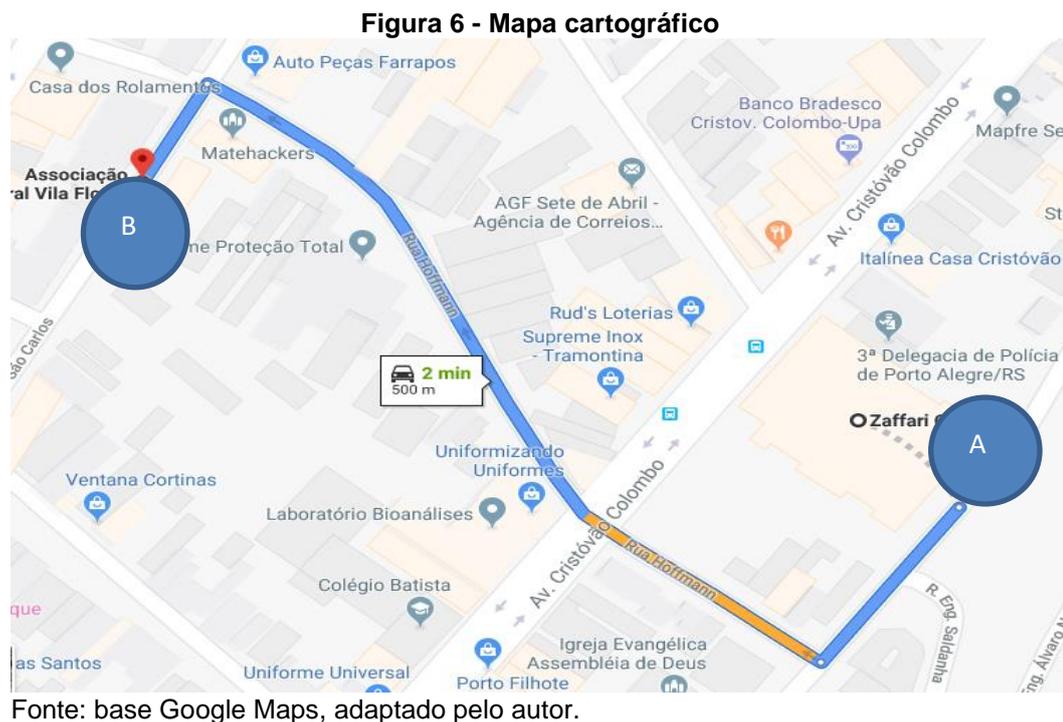
naquele cenário ele tomasse outra forma, mais velha, mais operária, mesmo sendo objetivamente o mesmo irmão do cotidiano.

Mudando o registro, em outro âmbito, no meio daquele ambiente também havia as trabalhadoras do sexo que se mostravam prontas para o trabalho, já quase no Centro da cidade. Elas se revelavam para mim com o corpo escorado em paredes da rua Voluntários da Pátria, nome que foi sinônimo de prostituição em Porto Alegre durante muito tempo. Do meu olhar, com o corpo e a intimidade de criança em segurança dentro do ônibus, naquele momento da minha sexualidade, a aura de mistério, dúvida, excitação e medo a que me remetia aquela vista breve daquelas meninas, que de forma tão explícita mostravam sua disponibilidade para o trabalho sexual, quase publicamente vulgar na rua, construíram talvez uma imagem rude de jovens muito pobres, mas que de alguma forma estavam ali fazendo sei lá o que (e às vezes pela manhã?!)... talvez eu não soubesse dizer, mas certamente foi algo importante, tanto que está aqui descrito na minha cartografia memorial da Zona Norte.

Já em uma cartografia mais contemporânea, na fase pré-operatória desta etnografia, refiz esta caminhada por lugares próximos aos explorados na minha memória afetiva recém descrita. Desta vez, minha caminhada, ou meu andar, não foi aleatório. No dia 09 de abril de 2019, houve um repertório que orientou meus caminhos, foi caracterizado pela obediência às regras da cidade e pautado pelo medo (fundado ou não) da violência que circunda o espaço. Além deste repertório, fui orientado por caminhos que fazem parte da inscrição dos projetos colaborativos do Estado (mais especificamente a Prefeitura de Porto Alegre) que fizeram do fato urbano da construção de moradias muito típicas da região em um conceito de cidade. Esta junção é ao mesmo tempo planejar a cidade e dar efetividade ao pensamento para a coletividade.

Minha orientação obedeceu a um itinerário com base na minha busca por reconhecer, as casas que compõem o grupo de construções ditas criativas ou colaborativas e que apresentaram singularidades e tipicidades.

A partir do mapa que me deu coordenadas e itinerários mais amplos, fiz o caminho que cotidianamente me leva ao meu local de análise mais granular que é o Vila Flores⁹, indicado na figura 6. Como não poderia percorrer todo o itinerário, fiz o caminho do meu ônibus, o T5 da empresa Carris, até o Vila Flores, conforme representação a seguir do outro mapa que atualmente nos traduz o mundo em função das alterações tecnológicas contemporâneas: o Google Maps.



Marquei na figura 6, o ponto A e o ponto B para dar ao leitor menos avisado do lugar, qual o caminho percorrido de uma forma esquemática, mas meu andar pela cidade foi na busca de um olhar simbólico muito mais que lugares físicos. Neste percurso, houve dois tipos de análises interessantes que podem abrir uma discussão sobre cartografias possíveis, envolvendo as Economias Colaborativas e o 4º Distrito com seus projetos de desenvolvimento.

A primeira delas foi minha sensação de medo e de desconfiança que, mesmo já há mais de dois anos frequentando estas mesmas ruas, ainda determina meus percursos, horários e posturas perante o meu corpo e o dos outros. Sempre em situação de alerta, em função de uma violência que pode ocorrer a qualquer momento,

⁹ Casa colaborativa sediada no 4º Distrito em Porto Alegre - RS.

minha caminhada foi modificada pela minha postura corporal de medo. Em cada outro circulante eu via um potencial agressor.

Talvez todo o processo de construção de um Distrito Criativo (uma parceria entre a comunidade, o Estado e o interesse imobiliário) esteja construído a partir deste mesmo medo, só que em outras esferas: o medo do outro diferente, receio de uma desertificação comercial da região ou da invasão de pessoas que impusessem uma gentrificação¹⁰ por parte do Estado e desejada pela comunidade conforme observações que serão descritas mais adiante nesta tese. A hipótese seria que, com a construção de uma rede comercial, mesmo colaborativa, a utilização deste espaço da cidade reduziria estes medos coletivos. Este pode ser um ponto de partida a ser elaborado teoricamente que pode ajudar a compreender a figura 6 que indica onde há uma forma “diferente” de viver o 4º Distrito em pontos de segurança advindos de “novas” formas econômicas viáveis e rentáveis cuja implantação reduziria os problemas sociais indicados pela sociedade e pelo Estado. Mas minha sensação de insegurança permaneceu durante o itinerário, mesmo pensando em tudo isso.

A segunda análise que fiz durante o itinerário, além da sensação de medo, foi a coincidência de estilos de casas que abrigam as novas e antigas atividades econômicas na região. As construções baixas, de estilo alemão do meio do século XX, precariamente pintadas e implantadas naquele espaço como se fizessem parte de um contínuo de sinais apontando para uma pretensa homogeneidade de pensamentos sobre viver e morar, remeteu-me para a renovação que a cidade pensada pode estar prestes a passar. O desejo é ao mesmo tempo de renovar e manter símbolos de um passado que precisa se reinventar (e sabe-se lá o que isso significa) ao custo de não acompanhar o valor do espaço na cidade. As imagens a seguir mostram algumas das casas que encontrei pelo meu itinerário e que me fizeram pensar nesta conservação/renovação/cidade pensada. (Dos cadernos de Campo do Autor)”

¹⁰ A gentrificação é um processo de enobrecimento ou elitização de determinadas áreas da cidade (LESS; SLATER; WYLY, 2007; PEREIRA, 2014), as quais, ao se tornarem alvo de políticas de renovação urbana, reinventam-se como espaço de residência, consumo e lazer, atraindo uma nova gama de moradores de renda mais elevada e provocando a saída da população mais carente devido ao aumento do custo de vida.

Figura 7 - Casa em estilo alemão



Fonte: O autor.

Figura 8 - Casa em estilo neoclássico



Fonte: O autor.

Ao sair do individual e ir para o pensamento coletivo, ao pesquisar como a cidade tratava a Zona Norte em meados do século XX, é possível identificar no discurso oficial um elogio do poder público ao desenvolvimentismo apregoado pelo Estado brasileiro dos anos 1970 (MATTAR, 2010). A poluição em todas as suas formas, no ar e no que víamos nas paredes das edificações, não era tratado como um problema. Para dar um salto na atual cartografia, tanto o manejo das questões ambientais, mais especificamente a poluição do ar e a visual, assim como a prostituição no 4º Distrito tornaram-se alvo de discussão coletiva, privada e pública.

2.5 O QUE EU VIVI NO CAMPO DE PESQUISA

Figura 9 - Vila Flores, vista externa



Fonte: <http://vilaflores.org/>.

Numa primeira visita, ao entrar em uma das várias iniciativas colaborativas que fiz observações participantes, o Vila Flores, eu percebi desde a entrada no prédio de três andares, cuja construção data do meio do século passado, um ambiente de espírito telúrico, quase bucólico, mas claramente acolhedor. Havia água, frutas disponíveis e locais sempre povoados de pessoas trabalhando, conversando e imersas em livros ou telefones. A arquitetura do lugar, revelada também nas redes sociais do empreendimento, auxiliava nesta percepção de coletivo, visto que um pátio interno até hoje liga todas as janelas a todas as portas. As pessoas que ali trabalhavam, se enxergavam e podiam saber o que estava acontecendo. Situação muito diferente dos departamentos, das plantas arquitetônicas, das salas individuais e as “bairros” das empresas de caráter privado, do governo e iniciativas de diversos setores já mimetizadas pelo fenômeno da “gaiola de ferro” advinda da ideia da burocracia de Max Weber.

Figura 10 - Vila Flores, vista interna



Fonte: <http://vilaflores.org/>.

O posicionamento colaborativo é citado como prática e forma de vida na comunidade em análise neste trabalho. Esta iniciativa promove diversos eventos de EC, incluindo espaço *coworking*, atividades culturais e principalmente eventos artísticos voltados à comunidade local. Segundo o site da comunidade colaborativa a Associação Cultural Vila Flores é uma associação sem fins lucrativos, existente desde 2013 e formalizada em 2014. O “Vila” é a entidade responsável pela programação cultural do espaço e pela articulação junto ao poder público, à iniciativa privada e à sociedade em prol dos interesses da comunidade artística e criativa do Vila Flores, buscando promover a integração com a comunidade do entorno.¹¹

O início do exercício de compreensão dos significados estabelecidos nesta comunidade, começou quando da minha primeira visita ao Vila Flores no ano de 2015 e que gerou os primeiros registros de cadernos de campo. Este início rudimentar de interesse apresenta algumas anotações preliminares de cadernos de campo em elaboração de forma eletrônica e manual. Estes instrumentos iniciais consistiram nas minhas notas sobre as experiências de campo, combinadas com artefatos da cultura da comunidade como fotografias e obras de arte. As instalações artísticas a seguir são exemplos que fazem parte desses registros.

Figura 11 - Obras de Arte 4º Distrito Porto Alegre - RS



Fonte: O autor.

¹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/vilaflorespoa/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

No decorrer da minha interação com o campo, foram registradas anotações manuais, de aproximadamente 60 *newsletters* enviadas pela comunidade, fotografias autorais, mensagens instantâneas arquivadas e o histórico do site do Vila Flores. Além disso, cartografias começaram a fazer parte destes registros. Acredito que será de grande importância durante o desenvolvimento da tese observar a produção etnográfica a partir de imagens, sons e mapas. Autores como Certeau (1998), Elias (2000) e Marcus (1998) podem auxiliar na busca de itinerários urbanos e interpretação simbólica de imagens. Essas relações têm o potencial interpretativo e viabilizam a compreensão das interrelações sociais construídas entre os participantes das EC.

Ainda sobre o ano de 2015, eu conversava sobre o andamento do semestre com meu colega Bruno, então professor coordenador de uma instituição de ensino superior onde eu lecionava há alguns anos. Para além de assuntos cotidianos do semestre letivo, ele me falava sobre seu trabalho paralelo à docência e um dos assuntos disse respeito a sua iniciativa empreendedora. Este negócio focava na produção de moda em uma comunidade no 4º distrito em Porto Alegre. Essa comunidade tinha como principal característica a colaboração entre seus membros participantes.

Na sequência, marcamos a primeira visita a esta iniciativa colaborativa. A ideia é que minha experiência profissional e acadêmica na área financeira e comercial pudesse, de alguma forma, ser incluída como colaboração no negócio de moda que o meu colega estava, na época, buscando desenvolver e consolidar.

Fui ao encontro do Bruno no Vila Flores alguns dias depois. Neste primeiro contato com o campo, além do entorno que me impressionou pela arquitetura e pelo silêncio do lugar, ocorreu nossa primeira reunião. Neste encontro em um final de tarde de quarta-feira, no corredor de um dos prédios na frente do ateliê de moda, estavam presentes mais um sócio do empreendimento e outro colaborativo, o Daniel, que já participava ativamente das resoluções dos problemas financeiros, de estoque, de processo e de comunicação que ali começamos a discutir. O ambiente tranquilo, as questões colocadas com muito cuidado e o acolhimento de todas as ideias dos participantes são fatos objetivos que, após uma reflexão feita a partir da leitura longitudinal e relacional dos cadernos de campo, trouxe à superfície alguns elementos que começavam a permear a busca de discursos e significados produzidos pelas pessoas que fazem parte do circuito ora em discussão.

Nesta reunião, foi possível perceber um elemento que observei durante quase todo o tempo. Existe, em minhas anotações, desenhos e notas de margem, alguns símbolos que quando colocados em perspectiva desvelaram uma linguagem verbal e não-verbal típica das simbologias que “casam” perfeitamente com aquele ambiente. O uso do corpo (principalmente as mãos), da voz e do olhar como instrumento da colaboração são elementos constituintes do fazer colaborativo. As mãos são sempre explicativas, pois sempre estão abertas e em movimento no ar como se complementassem um discurso de generosidade e aprendizado, o corpo sempre pouco movimentado e aconchegado nas cadeiras, a voz baixa e afetuosa assim como o olhar que transparece tranquilidade foram marcas corpóreas daquela reunião e de muitas outras que ainda estariam por vir. Dada sua importância para o atingimento dos objetivos aqui propostos, a questão do corpo e o *embodiment* como vivência da cultura incorporada será abordado com maior detalhamento no capítulo 3 desta pesquisa.

Esta sequência de reuniões no final do ano de 2015 e início de 2016 tinha um objetivo muito claro: organizar pragmaticamente uma iniciativa que havia iniciado com espírito mais colaborativo, de autogestão, o que se pode chamar de “outra forma de montar um negócio”, segundo os colaborativos. Só que naquele momento, fui informado que havia uma necessidade de acelerar o negócio em termos financeiros, administrativos, estratégicos, de gestão de pessoas e tudo mais que uma organização, digamos, “tradicional” apresentava. Esta necessidade surgiu do desgaste que o tempo e a falta de resultados financeiros trouxeram a todos os envolvidos na iniciativa. Tanto meu colega de trabalho, quanto seu sócio, um rapaz com menos de 30 anos ligado à área de design, moda, estilo, poesia e artes, estavam investindo, há mais de 2 anos, tempo e recursos neste projeto e o retorno, segundo eles, era muito baixo. O desejo “era de viver disso de forma mais plena” (dos cadernos de campo). O convite para eu participar desta reunião também tinha um motivo: minha experiência como professor das áreas de gestão e vivência como profissional do sistema financeiro davam esperança àquelas pessoas que eu poderia colaborar com ideias e soluções em marketing e vendas para apressar o processo de aceleração desejado para a iniciativa.

Este pedido foi realizado já na nossa primeira reunião que ocorreu em uma tarde quente de um dia útil da primeira semana de dezembro de 2015. Nesta circunstância eu ainda me acostumava a estar fora da organização na qual trabalhei por quase 30 anos. Em função do meu ingresso no doutorado, aulas e demais atividades, afastei-me da atividade como bancário, na forma de licença não remunerada, e iniciei uma vida de estudante durante o dia e professor à noite a qual tive que me adaptar durante os primeiros meses. Uma rotina totalmente alterada e que me impunha transitar entre pessoas com outros objetivos, outros olhares sobre o mundo e principalmente sobre o trabalho e suas dimensões. Nesta iniciativa que eu estava começando a observar e ao mesmo tempo participar como colaborativo, o tempo era outro.

Dos cadernos de campo:

Cheguei cedo. Ansioso para esta novidade que está sendo participar de uma coisa tão diferente de tudo que já trabalhei até agora. O Vila é um lugar difícil de entrar. Como está exposto à violência do bairro, acredito que todas as portas estejam fechadas por causa disso. Tentei contato algumas vezes com o Bruno e depois de muitos minutos ele desceu. Muito simpático, como sempre, atencioso, com gesto aberto, sorriso. Subimos três longos lances de escada que apresenta uma edificação com ar retrô, mesmo com alguns defeitos trazidos pelo tempo que precisariam de reforma. O clima é bem quente, faz calor em dezembro em Porto Alegre. Chegamos no showroom da Humanus, tudo muito organizado: araras com camisetas. Armários abertos com bermudas. Adesivos da marca. Móveis aparentando ser novos e pensados para ambientar quem entra em um mundo que percebi simples, visto os móveis com traços retos e feitos de pinus reciclado, ao mesmo tempo com um forte recado de modernidade e potencial de crescimento empresarial. Nossa tarde iniciou com a aproximação das peças de roupas e do modelo de negócios utilizado. Nossa conversa, novamente tinha um traço de acolhimento, tranquilidade e quietude.

Tanto o gesto acolhedor como este silêncio que se fizeram presentes em muitos momentos da observação mereceram a meu ver um olhar mais apurado e por isso estarão analisados em particular no decorrer dos capítulos desta tese. Retornando a esta observação inicial, continuamos a tarde recebendo pessoas novas, às quais eu estava sendo apresentado como potencial colaborador e que viria com todo um currículo acadêmico e profissional no sentido de trazer soluções ao negócio. Fui apresentado em um tom, ao mesmo tempo sério e caloroso, a dois homens de aproximadamente 25 anos. Um deles, sócio da Humanus responsável pela parte fabril e criativa. Jovem de formação humanística, era a alma por traz dos desenhos de filósofos e personagens das camisetas reproduzidas nas figuras 12 e 13. O segundo,

estava em uma situação bem parecida com a minha, recém-formado em Economia pela UFRGS não tinha maiores relações de sociedade com o empreendimento, mas participou conosco da reunião como um assessor financeiro.

Figura 12 - Produção de moda da Humanus I



Fonte: <https://www.instagram.com/usehumanus/?hl=pt-br>.

Figura 13 - Produção de moda da Humanus II



Fonte: <https://www.instagram.com/usehumanus/?hl=pt-br>.

A Humanus, este empreendimento de confecções cujo apelo comercial é a qualidade dos tecidos, dos acabamentos e principalmente as mensagens de humor estampadas nas peças, apresenta diversas questões na área de gestão que expõem um dilema que habita os ambientes colaborativos, criativos e demais empreendimentos que se autodeclaram colaborativos. Algumas destas questões têm relação com a falta de empregados legalizados, o modelo de negócio construído no dia a dia, com o trabalho feito a muitas mãos e que não só busca um retorno financeiro para seu sustento cotidiano, mas que também constroem um discurso sobre um sentido e uma forma, segundo os interlocutores, colaborativa de realizar projetos com viés “social”.

Quanto ao produto que a Humanus oferecia, a qualidade, as frases e tipografias das camisetas têm um papel fundamental. Aforismo e poesias nas estampas, assim como o alto padrão do algodão de todas as peças construíam um desejo de engajamento no discurso político do “fazer pensar” e do ser “diferente”. Essa proposta, por outro lado, traz em si enfrentamentos no que se refere à gestão (como a relação produção, qualidade e preço e custos, por exemplo) que se originam e problematizam a ideia de ser “diferente”, produzir as peças de alta qualidade e em linha com os modelos colaborativos.

Nesta mesma reunião, conheci toda esta proposta como projeto colaborativo e alguns de seus problemas de gerenciamento. Fui apresentado ao que eu ainda não havia tido contato direto, uma iniciativa colaborativa a qual eu elaborava visões idealizadas. Também fui inserido aos dilemas administrativos que ali se faziam presentes. E esse era o pedido endereçado a mim: com minha experiência empresarial e acadêmica equacionar estes dilemas. As questões não eram fáceis na minha avaliação. Havia problemas de custos fabris, em função da baixa quantidade de peças fabricadas e distribuídas, ocorriam diversas quebras da cadeia produtiva daquelas peças de vestuário, dificuldades com a delimitação de público-alvo e, principalmente, uma deficiente geração de caixa que em seu ciclo não dava conta de um mínimo equilíbrio financeiro. Tudo isso naquela tarde veio para cima da mesa. “Não é fácil” (Dos cadernos de campo).

O Daniel, colaborativo recém formado em Economia na UFRGS, no meio da reunião, saiu um pouco de seu silêncio e tranquilidade, característicos de uma cultura de negócios pouco voltada para a rapidez de respostas, produtividade acelerada e resolubilidade instantâneas (típicas do discurso empresarial contemporâneo e neoliberal), e nos mostrou no computador planilhas complexas e que poderiam apresentar diversas visões dos processos financeiros e de produção que ali estávamos discutindo, não fosse por um detalhe: os números eram ínfimos. Os valores e quantidades nem de longe poderiam dar conta das necessidades de manutenção do negócio e de seus indivíduos colaborativos.

“Os números são pequenos, as planilhas têm tudo, é profissional o trabalho. O Daniel é muito bem preparado. Mas o que falta aqui é planejamento, é fazer uma matriz SWOT, um plano de ação e uma implementação por fases. Estes números têm que crescer no mínimo 1.000 % para que se chegue a um mínimo de faturamento. Mas acho que posso colaborar.” (Dos cadernos de campo).

Nesta interação tão próxima às pessoas que viviam no meu campo de pesquisa, pude pensar, viver e colaborar com eles à medida que este trabalho tivesse continuidade. A anotação na margem do caderno de campo trouxe muito do meu sentimento naquele momento. Eu tinha sido convidado a um projeto que me deixava muito feliz por estar iniciando minha pesquisa e que me desafiava a conhecer como a colaboração funcionava. Eu estava passando a ser “um deles” efetivamente e sentia que não podia falhar. Se eu havia, então, me tornada “um deles”, teria que me comportar também com mais calma, falando mais baixo, com um andar quase flutuante, suave e com tempos mais dilatados de entregas. Tudo isso contrastava diametralmente com o mundo empresarial que eu havia vivido desde os 18 anos de idade e que me mostrava a EC como ela realmente se apresentava: com seus contornos únicos, suas formas de atuação peculiares, suas idiossincrasias culturais e principalmente suas contradições e discursos sobre si mesma que serão desvelados ao longo deste texto.

Sobre “ser um deles” a etnografia de Wacquant (2002) a respeito um aprendizado com lutadores de boxe nos bairros de Chicago pode auxiliar a entender as prerrogativas necessárias para adentrar no campo. Segundo o autor, para poder se inserir naquele espaço marcadamente negro (e masculino), foi indispensável um processo de negociação lento e cuidadoso o que resultou em um estudo centrado justamente no gênero do pesquisador e se concretizou a partir desse lugar. Esta centralidade ocorreu pela construção da masculinidade que também é objeto de análise. Isso se justifica na medida que o boxe é feito para os homens, sobre os homens e de propriedade dos homens. Quanto ao gênero feminino no ringue, esta condição aparece como um gênero fisicamente ausente, mas simbolicamente onipresente nos treinos e no ringue, assim como no universo do boxe. Sendo assim, o gênero do pesquisador contou muito para a realização da pesquisa.

Com as prerrogativas atendidas para ser “um deles” (pesquisador, professor, de classe média e ser conhecidos por alguns colaborativos), os próximos passos de minha interação com o campo foram promissores. De posse de todos os dados, criei as matrizes que julguei adequadas, fiz planejamentos e criei formas de chegar a públicos-alvo que pudessem dar “volume” ao negócio. Aqui se apresenta uma questão tratada pelos interlocutores com bastante frequência e talvez seja um aspecto que auxilie no argumento central desta tese. Há um discurso sobre a colaboração que

entra em choque com a realidade a todo o momento. Ao mesmo tempo que a fala sobre a ajuda mútua, o coletivo, a construção de um bem comum que é parte constituinte do ser colaborativo, a realidade do mundo que cerca estas iniciativas impõem restrições a esta forma de pensar e agir.

Aqui é como ser fosse uma respiração, às vezes precisamos contrair e voltar a ter uma estrutura administrativa que controle os aluguéis, pague as pessoas, atenda o telefone, dê conta de pagar as coisas e em outras situações abrimos demais à decisão coletiva. No início, tudo era decidido no coletivo. Ai um não concordava e se sentia excluído em função de sua opinião não ter sido acolhida por todos, pelo simples fato de ser a sua opinião. Diziam que a gente não era colaborativo como ele imaginava, no final era tudo igual e se magoava. Às vezes, é preciso decidir, ter instrumentos e estrutura para decisão monocrática mesmo. Temos festas com mais de 2.000 pessoas aqui em um fim de semana. Não dá para parar tudo, toda a hora e reunir todo mundo para decidir. Às vezes é preciso ser pulso firme e voltar um pouco atrás no coletivo e fazer como sempre foi: na decisão centralizada. A respiração, de novo..., às vezes passamos um pouco também deste limite da centralização administrativa e temos que voltar a nos reunir para lembrar que aqui colaboramos e não temos a verdade ou a melhor forma para todos de fazer as coisas... É difícil... (Dos cadernos de campo).

Nesta contradição e construção de discurso, mesmo com instrumentos de gestão advindos da cepa estadunidense da Administração, apresentei a todos as minhas planilhas e ideias em outra reunião realizada dias depois. Na minha concepção, talvez houvesse a expectativa que eu mostrasse coisas jamais vistas, soluções técnicas utilizadas nas grandes empresas que trabalhei e que de alguma forma “resolvessem” os problemas. Acredito que gostariam que eu fosse como se um Diretor Comercial da iniciativa. Mas acho que frustrei a todos. Na minha percepção e pela reação dos meus colegas de reunião, nada de novo foi mostrado que já não houvesse sido pensado. Mesmo que de forma mais desestruturada, tudo já havia sido pensado e avaliado, mas pelo respeito e acolhimento típico desta forma de ser e pensar o trabalho, fui ouvido e respeitado. A avaliação foi que tudo poderia ser feito, desde que feito!

Estas e as demais duas ou três reuniões foram avaliativas e avançaram conforme nosso entrosamento ia aumentando. Juntaram-se a nós neste processo uma outra figura que se apresentava na contramão de tudo que pensávamos. Um empresário jovem, o que se pode chamar de “descolado” pelo seu cabelo bem cortado, roupas contemporâneas e botas *fashion* chegou até nós por indicações de relações pessoais e outros trabalhos comuns já realizados. Nada estranho entre os colaborativos, mas minha estranheza foi quanto ao seu discurso.

Sua intervenção foi cirúrgica:

Eu entendo tudo que vocês estão falando e concordo... é legal e tal... mas a pior coisa que tem em Porto Alegre é o tal do Brique do Desapego. Isso não faz a economia girar. Tem que vender para fazer tudo. Agora ninguém mais compra nada, só troca no brique. O que vocês querem fazer tem que pensar em escala, em lojas que vocês coloquem lá e tem que valer à pena. Ah... tudo é legal, ecológico é tal..., mas não se paga. Olha só, primeiro tem que fazer a conta do algodão para cortar, da costureira, de quantas costuras tem que dar. Isso tudo faz diferença no lucro que vocês querem ter. Tudo é muito bonito, mas sem lucro a gente não come, né? Eu já fiz muito isso, querer fazer uma coisa diferente e ver que no final não funciona. A gente tem que mandar na costureira, dizer o que ela tem que fazer e tocar aquilo para girar. Vender. Não ter vergonha. Trabalhar no domingo na feirinha. Tudo isso faz parte. Mas nestas quantidades e com tudo que vocês querem fazer, não vão conseguir. (Dos cadernos de campo).

Começava para mim o processo de amadurecimento advindo da imposição do real frente à forma idealizada de pensar colaborativa, com tom de humor nas camisetas, da qualidade do que se entrega à comunidade na forma de peças de vestuários que podem fazer a diferença. O interlocutor que aquele dia nos falava disse que “há um mundo que exige contas frias”. Meu cérebro parou e minha expressão mostrou meu desapontamento. Como esta pessoa tinha compromissos que fizeram ele deixar a reunião mais cedo, ficamos nós e continuamos a conversa. O Bruno, um dos sócios da Humanus foi certeiro na sua intervenção: “Esse é também um modo de pensar que temos que, assim como tudo que ouvimos, levar em conta. Não que esteja certo ou errado. Temos que refletir”. Talvez um traço dos colaborativos seja a aceitação do múltiplo, do diverso, da convivência do que é feio e bonito, do sujo e do limpo, do feijão e do sonho (em referência ao livro “O Feijão e o Sonho” da Editora Ática, clássico das escolas do ensino fundamental nos anos 1970).

Durante estas reuniões, talvez na primeira, conheci Antônia, filha do João, que faz parte da família Flores que é proprietária do imóvel onde se instala o Vila Flores. Nós fomos apresentados pelo Bruno e eu queria conhecê-la já sabendo que havia ali alguém que poderia me ajudar a compreender o Vila Flores. Começamos a conversar em um dos corredores do terceiro andar e nossa conversa não decepcionou no quesito “itens observáveis”. Antônia parece uma figura saída dos anos 1970 e sua atmosfera hippie. Ao cumprimentá-la recebi um olhar direto, um sorriso acolhedor que foi originado em um rosto sem maquiagem e me transpareceu uma sensação de simplicidade e tranquilidade. Ela falava de forma serena, a voz era baixa, mas firme quanto ao que dizia. Nesta conversa, o tempo não empurrava para lugar nenhum.

Vivemos tranquilamente o presente. Antônia me falou algumas questões sobre origens e funcionamento do local, mas o que, neste momento, mais me chamou à atenção, para além do discurso conotativo, foi a forma com que a conversa transcorreu. Os gestos utilizados, as cores, os silêncios falaram mais alto que as palavras. O local, ao mesmo tempo rústico e tranquilo, me trouxe uma série de elementos para pensar os valores que a colaboração constrói como discurso. Será que toda esta atmosfera de tranquilidade e calma não seria uma forma de gerar valor? Começavam naquele momento algumas reflexões registradas nos cadernos e que auxiliaram no entendimento desse momento de chegada ao campo. No capítulo 3 haverá a exploração mais detalhada desses gestos e silêncios. Acredito que eles podem contribuir no atingimento dos objetivos desta tese.

Nas últimas anotações de campo desta observação em particular, registrei que era quase Natal. Fizemos uma cerimônia de encerramento de ano com direito a espumante e tudo mais. Era turno da tarde, final de ano, muitos compromissos, e se colocava naquele momento um agradecimento a quem estava, como eu, realmente fazendo parte daquele projeto. Conversamos amigavelmente, sem pressa, sem tarefas a cumprir. Eu não poderia supor, mas esta seria minha última participação efetiva na Humanus como colaborador. Férias se aproximavam, artigos para entregar na UFRGS, disciplinas exigindo trabalhos de conclusão e, em função de tudo isso, eu fui me afastando. Sempre justificando minhas ausências, mesmo assim me afastando. Ao sair do Vila Flores naquela tarde, e acumulada a todas as manhãs e tardes que havia ficado no pátio interno do prédio, chamado de “Redondo”, os sons começaram a fazer sentido, assim como as sensações do vento, das cores das paredes e da presença esperançosa das flores cultivadas pelo jardineiro do lugar. Tive que deixar tudo aquilo por um bom tempo. Deixar não só o projeto Humanus, mas também um silêncio que me falava de um jeito diferente de trabalhar, de ausência de milhares de ocupações e da tranquilidade para produzir algo diferente de uma tarefa empresarial e que fizesse sentido para mim.

Figura 14 - Retorno à colaboração

Fonte: O autor.

Durante este tempo fora, refleti sobre o que havia vivido. Sobre meus valores e sobre o que minha pesquisa poderia trazer de avanços na Administração. Sempre conversando com o Bruno, me sentia desconfortável por ser devedor de um projeto que não entreguei. Mesmo assim, no meio do ano seguinte, 2016, quando retomei minhas conversas com ele, a Humanus havia mudado de lugar. A loja havia saído do terceiro andar e ido para o térreo, onde talvez os negócios fossem facilitados pela visibilidade ao público que circula pelo Vila. Tudo havia mudado e ao me explicar, me justificar, quase pedindo desculpas (se é que não pedi) aprendi um pouco mais sobre EC: “mas Carlos, colaborar também tem isso. Às vezes as pessoas estão mais disponíveis, menos disponíveis, não temos compromissos contratuais entre quaisquer de nós, e isso faz parte. Temos que saber que este negócio é assim e está tudo bem” (dos cadernos de campo). Respirei aliviado, havia sido perdoado por mim mesmo pelo abandono.

A figura 14 é o registro do meu retorno ao campo. Este retorno ao relacionamento com o Bruno também tinha um outro objetivo, era hora de viver o campo de maneira mais ampla, o que ocorreu no final de 2016 e nos anos de 2017 e 2018.

No final do ano de 2016, na sequência de minha conversa com o Bruno, iniciei um ciclo de visitas constantes a diversas iniciativas de EC no 4º Distrito. Além das vivências de campo, que foram realizadas com inúmeras observações participantes no campo (as mais significativas serão detalhadas a seguir), também houve o acompanhamento em dados secundários que abordaram de diversas formas as iniciativas colaborativas. Os dados secundários em etnografias são complementares

às observações e auxiliam na busca de entender as interrelações sociais e os discursos de determinados grupos.

Além da relação direta com a Humanus, em junho de 2018, fui chamado para realizar uma palestra sobre Finanças para alguns colaborativos. A iniciativa foi minha e ofereci esta intervenção como contrapartida a tantas entrevistas e observações que eu estava fazendo em diversos eventos. Foi como se eu estivesse dando um retorno, uma troca ao campo, com diz Reinhardt (2006, p. 135) ao falar sobre a reciprocidade em Mauss “O ‘dado’, depois de Mauss, sai do registro do “simplesmente dado”, entrando num circuito de trocas que engloba inclusive o pensamento e a posição de falado cientista”. A necessidade desta palestra veio das dificuldades de conhecimento de gestão prática por parte de alguns colaborativos, como a questão do gerenciamento financeiro do cotidiano dos empreendimentos de pequeno porte.

Na linha funcional da Administração instrumental, Assaf Neto (2003) diz que finanças são uma prática de gestão voltada ao controle operacional e estratégico dos fluxos de passivos e ativos de uma organização. No mundo colaborativo, há uma construção de discurso que nega, em termos, a lógica única do lucro e inclui no contexto as relações pessoais, a solidariedade e as formas particulares dar sentido ao trabalho como parte de seu trabalho e projeto de vida. Os chamados projetos de Boltanski se incluem aqui como forma de estar conectado a um mundo que perdeu empregos e oferece oportunidades autônomas e que exigem se estar permanentemente presente em diversos pontos de conexão de pessoas. Estes projetos, por vezes, têm que fazer frente ao mundo que os rodeia e do qual não podem se dizer independentes, e nem se dizem. Dos cadernos de campo:

A gente precisa de um tipo de orientação para o que a gente nunca conheceu. Esta coisa de lidar com o dinheiro é o que é mais difícil para nós. Essa coisa de banco, de conta... isso não é com a gente. A gente gostaria de fazer nosso trabalho e o dinheiro aparecer para pagar as contas e sobrar para gente viver, dentro do que a gente acredita. Mas o que a gente faz é único, é quase que uma arte. Um vestido aqui demora semanas para ficar pronto. Aí querem pagar 50 “pila” achando que é trapo. Ai a gente fica sem entrada de dinheiro, aí não temos para pagar as pessoas, nossas despesas, tudo é caro. Menos o tecido que a gente pega de resto da fábrica para reciclar. Ajudar o mundo, sabe?

Eu já tinha uma certa experiência no campo dos circuitos do 4º Distrito, sendo assim a ênfase do meu curso foi “Finanças para Economias Colaborativas”. Houve muito interesse dos colaborativos em participar da palestra. Este interesse foi percebido pelas respostas aos convites enviados pela rede social utilizada para divulgar a palestra. Envolvi-me no trabalho na preparação do material e planejamento da forma pela qual eu poderia ser útil àquelas pessoas. De alguma maneira, naquele momento também eu estava me conectando à rede de relacionamentos, vivendo um “projeto” e me inserindo com trabalho neste circuito comercial. Ao invés somente dar o curso, eu naquele momento estava sendo, mais uma vez, “um deles” e vivendo esta realidade. Em resumo, sentindo “na pele” o viver colaborativo.

Na noite da apresentação fazia um frio aterrador em Porto Alegre. Eu cheguei em uma das casas colaborativas onde o encontro foi marcado. Fui recebido pelo pessoal do escritório com o qual tive algumas conversas muito acolhedoras antes do evento. Mesmo sendo professor há algum tempo e já ter experimentado diversas interferências parecidas com esta, a realidade que se descortinava à minha frente naquela noite tinha uma tensão especial para mim.

Após a recepção, fui até a sala onde ocorreria o curso. Era um espaço térreo, com muitos materiais deixados de outros eventos, como restos de obras de arte, roupas de amostra, alguns entulhos esquecidos pelo desuso. O local era amplo e o que não faltava era espaço entre mesas, grades, cadeiras, lugares para realizar tarefas etc. Ao entrar logo pensei que não teríamos problema com o material didático, inclusive de projeção, sendo assim, era só o trabalho de organizar uma sala de aula, arranjo que era o mais próximo possível da minha realidade, e começar.

Organizei tudo com o auxílio do pessoal do escritório da iniciativa colaborativa e as pessoas chegaram no seu tempo. Aliás, é importante registrar uma passagem do meu caderno de campo utilizado naquele momento, não só como suporte de escrita, mas também como apoio psicológico que me auxiliou no disfarce da minha ansiedade. Enquanto eu escrevia, eu parecia ocupado e assim dissipava um pouco minha apreensão pela ameaça de não aparecer ninguém ou haver outro problema de última hora que frustrasse todo o investimento que fiz. Dos cadernos de campo.

O lugar está todo preparado para eu começar. Projetor ligado, chás servidos, pessoal falando baixo e sem pressa. Entre os silêncios e pausas nas conversas sobre o cotidiano e as dificuldades do trabalho, havia sempre um tempo todo próprio. A forma com que as pessoas se comunicam tem toda uma peculiaridade que tem como parte explícita a voz um pouco mais baixa que a que usamos para realizar transações comerciais ou do trabalho dito “formal”. Há muitos silêncios que não pesam e os atrasos são vistos como o “tempo de cada um”. Estas demoras não são vistas negativamente e sim como parte de um olhar particular sobre como viver e produzem um significado que pode construir um imaginário de tranquilidade e falta de pressa. Em muitas observações observei esta baixa tensão pelo tempo que é tecido ponto a ponto, sem pressa, em cada encontro ou trabalho ali desenvolvido. Parece uma cidade do interior, um jeito próprio de viver o trabalho e a realidade. É preciso não ter urgência. Todos se tratam com muita camaradagem e carinho, além disso as mãos tocam os ombros, os braços uns dos outros o que me parece uma tentativa de aproximação e afeto.

A palestra já podia iniciar, havia a presença de quatro pessoas dos negócios do local mais uma do escritório para me dar suporte. Comecei às 19h 45min minha conversa com a pequena plateia. Não que tenha sido uma frustração somente quatro pessoas na audiência, mas a sensação que deveria chegar mais pessoas permeou toda a palestra. Fiz considerações sobre Finanças em pequenas empresas. Algo muito simples para iniciar a falar com meus interlocutores. Durante nosso diálogo a percepção que tive e que mais chamou minha atenção foi o antagonismo apontado pelos presentes quanto à questão de preço e quantidade produzida. Soube por um dos depoimentos feitos que uma única peça constituída de retalhos de outras produções de tecidos requer desenho, planejamento, estudo de moda e principalmente horas de trabalho, dita por eles mesmos, muito qualificada. Esta competência de fazer o vestido exigiu anos de estudo e investimento no negócio. A questão é que os clientes que se constituem a maioria dos frequentadores de feiras nas quais as componentes da audiência de minha palestra costumam expor seus produtos não têm disponibilidade para pagar o preço que elas consideram justo e que cubram as despesas de produção. Além disso, problemas de gestão enfrentados por qualquer pequena ou microempresa no Brasil são semelhantes ao enfrentados pelos integrantes das EC.

Dos cadernos de campo:

Figura 15 - Palestra Finanças para EC



Fonte: O autor.

Interlocutora 1 - Tem horas que a gente não sabe o que faz. Tem que vender por um determinado preço, só que ninguém paga o que vale.

Interlocutora 2 - A gente estuda para fazer estas roupas, tem que pensar no corte, tem que costurar tudo com forro e tudo mais. Aí coloca para vender na feirinha e as pessoas acham que é 30, 40 “pila”. Quando a gente dá o preço de quinhentos, houve de tudo e fazem cada cara... Aí a gente não consegue manter um negócio de qualidade, vendendo desse jeito.

Nesta noite, conversei junto com as interlocutoras sobre os problemas dos negócios em um ambiente colaborativo. Houve também falas a respeito dos porquês da manutenção das atividades. Minha intervenção naquela noite, apesar de cansativa e ter sido feita sob muito frio, transcorreu tranquila. O evento foi encerrado com uma conversa amigável e muitos agradecimentos por eu ter compartilhado meu conhecimento, sendo recíproco assim com aqueles que eu estava entrevistando e observando.

Ao refletir sobre aquela noite, pude perceber que a questão da solidariedade e dos projetos com algum tipo de auxílio governamental faziam parte dos desejos dos colaborativos, mas o que mais me chamou à atenção foi que pude observar mais uma vez a interferência de pessoas externas, com atividade formal, na viabilização do negócio. Desde as minhas primeiras observações, pude perceber que há um traço de condição econômica (o que pode ser um traço de Classe teoricamente visitado no capítulo 3), mesmo com imprecisões quanto às definições mais basilares do marxismo quanto a isso, percebi pelas observações que o discurso de ser colaborativo traz em si alguns predicados anteriores relativos ao sujeito. Um deles é que exista quase

sempre algum anteparo de segurança financeira que garanta alguma estabilidade para o início dos negócios, na maturação da ideia e principalmente na manutenção da atividade quando esta depende do que pode ser chamado de “firmeza de propósito”. Caso o padrão de vida de alguns dos integrantes das iniciativas colaborativas dependesse, obrigatoriamente, de uma renda perene, capaz de manter gastos fixos de pessoa física, talvez esta atividade não seria a mais adequada. Haveria uma rejeição inicial a estes projetos, tendo em vista que há muita dificuldade em se inserir e se estabilizar em um mercado como o circuito que se apresenta nas iniciativas colaborativas no 4º Distrito. Esta presença de traço de classe pode ser observada também quando identifiquei que não havia jovens ou mesmo adultos jovens entre os interlocutores que não apresentassem algum tipo de “segurança” que garantisse renda nos momentos que não houvesse entrada de receita nos projetos.

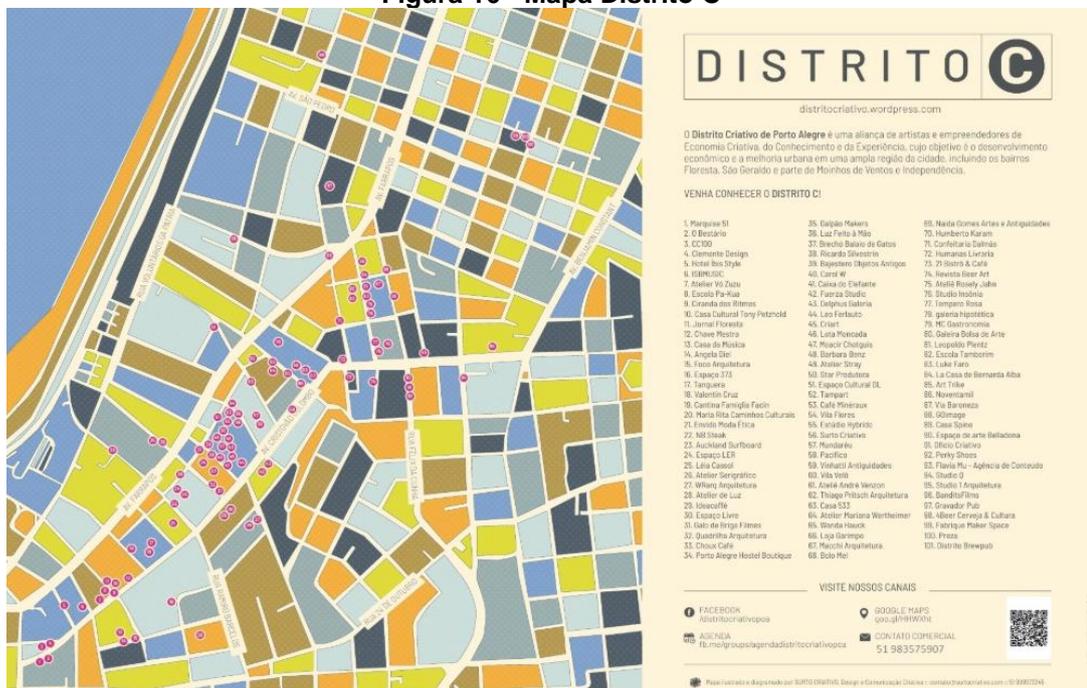
Para ser mais claro, o traço de classe que aqui me refiro pode ter relação com diversas atividades que estão fazendo frente às polícrises do capitalismo. Boltanski e Chiapello (2009) afirmam que existe um encorajamento intenso para a aquisição de risco individual e transformação dos empregos formais em iniciativas individuais e desarticuladas com outros setores econômicos e organizacionais.

O que foi também percebido entre os interlocutores de casas de arte, comércio de experiências ou de conhecimento, foram pessoas com determinados bens à sua disposição, como carro, viagens de férias e relatos de moradia em bairros de classe média ou média/alta em Porto Alegre. A exceção a estes moradores de bairros de alto padrão, são os trabalhadores envolvidos como empregados ou prestadores de serviços contratados pelas iniciativas de EC e sem registro de vínculo formal na Carteira de Trabalho. Pelas observações, foi possível perceber que estas pessoas dependiam direta e imediatamente de uma renda mensal que era provida por algum tipo de gestor colaborativo ou pessoa de relacionamento mais próximo, como uma relação de amizade. Dos cadernos de campo:

Interlocutor – Aqui nós temos cinco mulheres que são MEI (microempresa individual) que mensalmente emitem nota fiscal com valor fixo. Isso dá bastante estabilidade a estas pessoas e permitem que tudo seja administrado a tempo. Temos muitos encontros, festas e serviços aqui para serem feitos e é preciso uma estrutura de escritório.

Além das iniciativas citadas anteriormente, há mais de 100 casas que se dizem colaborativas no 4º Distrito. A conexão organizada entre elas pode formar diversas redes. Uma destas rede é o Distrito Criativo que se apresenta como um conector dessas mais de 100 iniciativas colaborativas e criativas no 4º Distrito. Há uma conexão entre seu gestor geral e estas iniciativas. Segundo um dos interlocutores “Acredito que o Distrito Criativo consegue ter uma visão mais geral das relações entre nós e o Estado, as empresas privadas... tudo”. Em uma das publicações do Distrito Criativo, uma revista denominada Distrito C, há uma visão cartográfica do ponto de vista desta organização sobre o território que está reproduzida a seguir:

Figura 16 - Mapa Distrito C



Fonte: <https://distritocriativo.wordpress.com/>.

Durante entrevista com um dos integrantes do Distrito C, pedi a ele que me explicasse este mapa, sendo que me surpreendeu a forma escolhida pelo entrevistado para esta descrição. Antes de falar em localização, pontos centrais, possibilidades de sinergias entre as iniciativas criativas e colaborativas, meu interlocutor falou das cores do mapa e como ele havia artisticamente sido confeccionado. Ele foi no detalhe dos pantones (referências industriais de cores padronizadas) e o que cada uma delas significava para ele. A harmonia dos tons, a simetria dos quarteirões traduzidos em quadriláteros esteticamente dispostos e a impressão de beleza artística pretendida foi

o assunto central e não o que eu esperava ouvir, como o funcionamento dos mercados colaborativos compostos por economias que o próprio projeto pretende fomentar.

Sobre o Distrito Criativo ou Distrito C, é interessante observar a opinião do principal articulador do projeto, Sr. Jorge Piquet. Durante as observações de campo no ano de 2018 participei de algumas das iniciativas colaborativas que constam no mapa, mas que não são “pontos de encontro” de EC, como por exemplo, uma rede de restaurantes que fica na rua Comendador Coruja. A ideia dos diversos estabelecimento de alimentação e atividades culturais daquela rua é uns ajudarem os outros. Segundo Jorge, quando falta um conjunto de cadeiras em um lugar, o outro empresta, quando falta algum espaço o outro cede o seu e assim vai se formando, ao invés de um ambiente de competição, uma rede de colaboração que quebra, segundo ele, a lógica vigente de sempre “um ganhar, esse modelo se esgotou” (dos cadernos de campo).

Em um sábado ao meio-dia, com um grupo de amigos participei de uma feijoada, regada a samba de um grupo chamado “As Pretas”. No dia que fiz essa observação, minha lente teórica ainda eram as relações de trabalho (RT) refletidas pelas teorias da Administração, nas quais estava muito imerso em função do escopo inicial desta tese que, em função de sugestões de ajustes na Banca de Projeto, alterou um de seus pilares teóricos que eram inicialmente as RT. As teorias de Fischer (1987) e demais autores importantes desta área de alguma forma eu tentava fazer diálogos o tempo todo, como por exemplo, ao buscar saber qual era o contrato de trabalho, se houvesse, dos garçons, dos copeiros, dos seguranças, enfim. Quais seriam os papéis do Estado e dos sindicatos que por vezes pudessem estar ali presentes e assim se encaixariam nos construtos dos autores que ora estudava. Mas, graças aos cadernos de campo e ampliação do olhar sobre o território e seus atores, pude perceber que não só as teorias de RT estavam ali presentes como também todo um mundo de discursos, dicotomias, diferenças de olhares sobre o mesmo objetivo, significações, circuitos e redes que se foram desvelando ao longo do trabalho etnográfico.

Quanto às relações de trabalho, elas falam sobre a relação entre o tamanho da estrutura, formalização (ou não), organização dos trabalhadores, poder e presença do Estados que não se diferenciam muito do mundo corporativo como o senso comum conhece como “empresa com CNPJ”. O que pude perceber, não só neste lugar visitado, mas em outras iniciativas de EC no 4º Distrito é que a lógica do empreendedorismo e suas relações típicas de trabalho, como informalidade e alta

participação do empreendedor na operação do negócio, também se aplica a este tipo de organização criativa. Durante a observação, pude anotar nos cadernos que as pessoas a que fui apresentado como as proprietárias do espaço, trabalhavam muito em todas as frentes daquele evento, como no Caixa, na recepção, no serviço e em tudo que fosse demandado.

A partir destas várias observações nestes quase três anos de trabalho no campo de pesquisa foi possível observar que o circuito comercial específico construído no 4º Distrito e que recebe diversos nomes, como criativo, empreendedor, cervejeiro ou colaborativo, tem relação com o enfrentamento ao mercado de trabalho por parte de alguns interlocutores que acompanhei. Algumas destas pessoas ao longo da vida não encontraram mais lugar no mercado formal e–construíram o sonho do colaboracionismo.

Na procura de fazer frente aos desafios cotidianos, uma parcela dos colaborativos, com maiores condições de se colocar e estabilizar-se, seja por financiamentos ou outro tipo de doação e investidores anjos¹² aparece aqui se coloca no mercado com iniciativas que comportam diversos nomes e discursos (BOTELHO; DIDIER; RODRIGUEZ, 2006).

Posta esta realidade identificada no campo de pesquisa, criou-se no 4º Distrito em Porto Alegre um circuito comercial (ZELIZER, 2005) cujas características já foram detalhadas no capítulo 1 desta tese. Este circuito e suas características construíram sociabilidades na medida que os colaborativos, e suas diversas origens e formas de viver, vivem juntos e com formas particulares de se relacionar e se interrelacionar. Não obstante ao fato que neste mesmo território existam trabalhadores formais e informais como vigilantes, porteiros, prestadores de serviços, faxineiros e garçons cuja forma de viver e trabalhar no bairro também merecem atenção por suas particularidades, para melhor análise das interrelações.

¹² O termo “anjo” foi originado nos inícios de 1900, e referia-se aos investidores que faziam investimentos de risco para apoiar as produções teatrais da Broadway. Hoje, o termo investidor anjo refere-se a uma pessoa com alguma riqueza líquida que aceita tomar riscos, inclusive pessoais e familiares para realizar aporte financeiro em determinado negócio.

2.6 ALGUMAS POSSIBILIDADES E LIMITES DAS SOCIABILIDADES NO CIRCUITO COMERCIAL DE EC

Entre os colaborativos, os gestos abertos, a voz em um tom um pouco mais baixo e as palavras utilizadas com maior frequência como solidariedade e colaboração instituem uma sociabilidade (SIMMEL, 1983) identificada no campo de pesquisa a partir da interação entre os colaborativos. A interação nas EC tem características próprias como a convivência com a inexistência de contratos formais de trabalho e no compartilhamento de ideias, forma de viver o território e sobretudo um propósito de vida “alternativo” em relação ao imposto por uma parte do mercado formal de emprego. Segundo algumas anotações de campo, a redução na qualidade de vida que ocorre como consequência de um vínculo empregatício mais sólido e uma posição social um pouco mais privilegiada foram trocadas por uma interrelação entre iguais para obtenção de vantagens subjetivas como tranquilidade e “paz de espírito”.

Além disso, a proposta colaborativa de negócio também diz trazer em si uma forte motivação de propósito comum, cuja essência é buscar não repetir algumas características do comércio formal, como a falta de uma chamada solidariedade entre os integrantes do circuito e principalmente uma propensão à colaboração em detrimento à competição. A unidade de análise encontrada e chamada Economia Colaborativa no 4º Distrito, além dos elementos de circuito comercial de Zelizer (2005) no que diz respeito à forma, tem na sociabilidade de Simmel (1983) um conteúdo muito interessante de análise que remete a um ponto que julgo central no argumento desta tese que é a construção de um discurso de criação de valor.

Esta criação de valor é resultado de uma dinâmica que ocorre a partir da existência deste circuito comercial, caracterizado teórica e empiricamente nesta tese, e que tem nas sociabilidades sua forma de interrelações. Tendo como base uma forma de ser e viver, como expressam os colaborativos, como “alternativa” e “solidária” aumenta o valor de troca dos produtos físicos e simbólicos produzidos. Não me refiro somente a valor financeiro nem que este processo seja consciente ou planejado estrategicamente para tanto. Essa construção é parte constituinte de uma rede de projetos e interrelações capazes de capturar os corações e mentes do circuito comercial de colaborativos e de um público aberto à também juntar-se a esta sociabilidade. O valor criado se concretiza na existência e movimentação do próprio circuito e na comercialização de produtos e construções simbólicas do

colaborativismo. Esta dinâmica, do circuito que constrói os laços de sociabilidade e que gera valor que sustenta o circuito, faz o ciclo sempre recomeçar e abre oportunidades para outros projetos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Finalmente, o campo de pesquisa ora em discussão revela contradições interessantes para análise. A sociabilidade baseada na solidariedade, quando inserida na realidade dos circuitos comerciais do capitalismo, se depara com as exigências de funcionamento do mercado e tem que lidar com suas próprias limitações e potencialidades. As principais limitações percebidas foram quanto às decisões de gestão, de forma pragmática, não dão conta de ser, na raiz, democráticas e participativas o tempo todo. A burocracia weberiana se impõe e espanta as aspirações quase anarquistas das EC. O sistema tem que contrair frente à realidade que se impõe, mas também se expande pelas articulações de um discurso que se refere às aspirações solidárias e coletivas.

As observações que registrei em cadernos, e que colaboraram para buscar os objetivos deste estudo, até o momento não receberam um encerramento oficial. No momento em que escrevo esta tese, estamos em meio à pandemia e continuo realizando observações participante nas redes sociais das Economias Colaborativas do 4º Distrito, cujo detalhamento será realizado no apêndice A desta tese.

Novas estruturas do circuito comercial colaborativo surgem em diversos pontos no 4º Distrito e tentam, inseridas na sociabilidade, manter viva a ideia de ser uma alternativa ao trabalho fordista das grandes corporações. Nos próximos capítulos serão abordadas outras dimensões destas contradições, convergências e limitações que podem revelar outros olhares sobre o mesmo território.

A seguir, no capítulo 3, as sociabilidades e o circuito comercial denominado EC no 4º Distrito e que são vividas no corpo dos colaborativos nos seus gestos e movimentos, serão analisadas pelas lentes do *embodiment* e outras teorias do corpo que possam auxiliar no atingimento dos objetivos desta tese.

3 O COLABORATIVISMO VIVIDO NO CORPO - MÃOS E OLHARES SOLIDÁRIOS

O objetivo desta seção é refletir sobre o comportamento dos corpos quando incluídos em um determinado ambiente. O que ele, o corpo como sujeito e objeto de estudo, pode falar, para a Antropologia, sobre a cultura, sobre a incorporação dos valores construídos e para a Administração? Mais especificamente, neste terceiro capítulo vou buscar entender como o campo da Ciências Sociais, mais especificamente o *embodiment*, pode explicar sobre a vivência da cultura no corpo dos sujeitos das EC do 4º Distrito e como são entendidos os corpos nas organizações (CROSSLEY, 1996).

Marcel Mauss (1974) indica o corpo como parte do Fato Social Total em suas dimensões sociológicas, psicológicas e fisiológicas (LEVI-STRAUSS, 1974). Mauss (1974) tenta superar, ao abordar o Fato Social, o dualismo entre corpo e alma, tornando-o um único ente que pertence a um indivíduo que faz uso deste corpo. Além disso, entende que não é possível encontrar um corpo natural, que ocorra no espaço e se movimente sem ter sido influenciado nos gestos e demais expressões da cultura com a qual ele se relaciona, os corpos ao mesmo tempo são ferramenta e matéria prima da coletividade que os envolvem.

Para Mauss (1974), portanto, os gestos mais “naturais” são fabricados por normas coletivas. Há uma construção social do corpo e do gesto, mas que se impõe de modo específico a cada indivíduo, de acordo com suas condições de estar no mundo. Para o autor, seguindo tradições da filosofia ocidental, o corpo é visto como uma relação sujeito-objeto na qual suas ações expressas são resultado de um “caldo” cultural comum.

Já Merleau-Ponty (1992), em dois de seus livros mais importantes que foram *The Structure of Behavior* (1965) e *Phenomenology of Perception* (1962), traz em sua teoria a subjetividade que atravessa a carne e compõem a condição corpórea em sua plenitude. Para o autor, as percepções e as apreensões do mundo são estruturadas num corpo biológico, ao mesmo tempo em que elas são definidas pela sociedade e pela cultura típicas de cada grupo. Para Merleau-Ponty (1992), distante da relação sujeito-objeto, o corpo é parte integrante do mundo no qual ele (o corpo) produz, de forma ativa e engajada, seus significados (CROSSLEY, 1996).

Sem a pretensão de esgotar teoricamente a discussão, é importante apresentar o conceito de *habitus* em Bourdieu (1989). Para o autor francês uma das manifestações do *habitus* é a incorporação, ou seja, o aprendizado pelo corpo, no qual a ordem social se inscreve por meio de confrontos permanentes. Desta forma, o resultado da razão prática no individual e no coletivo pode produzir este fenômeno descrito por Bourdieu e que na Administração pode ser análogo, ou sinonímico, ao conceito de *embodiment*. Mais adiante este constructo terá suas dimensões mais bem definidas. Assim como Merleau-Ponty (1992), Bourdieu (1989) afirma que a exterioridade do comportamento é uma extensão do que acontece no interior do ser humano. No entanto, Bourdieu (1989) avança na discussão e se distancia Merleau-Ponty (1992) ao lançar o conceito do corpo obediente e suas manifestações não unicamente como uma condução histórica ou da interioridade e sim como um artefato que interioriza as relações de poder e mecanismos de controle ao longo dos processos de socialização (CROSSLEY, 1996; FLORES-PEREIRA; DAVEL; CAVEDON, 2008).

Na busca de um posicionamento teórico para a presente pesquisa, para além dos autores anteriormente citados, a escolha pela abordagem do corpo tem relação com um fator preponderante que é a busca de continuidade dos estudos do corpo e da cultura nas organizações no Brasil. Nesses estudos, percebe-se que ainda há uma centralidade na discussão do corpo como representação, abordando-o como uma relação sujeito-objeto, no caso específico dos estudos brasileiros, um objeto da cultura (FLORES-PEREIRA; DAVEL; CAVEDON, 2008; ALMEIDA; FLORES-PEREIRA, 2013). Para avançar nestes conceitos, o corpo pode ser entendido como aquele que vive a cultura em si mesmo, incorporando-a. É dessa perspectiva que fala o *embodiment*.

O texto de Csordas (1988) intitulado *Embodiment as a Paradigm for Anthropology*, inicia esclarecendo que o “corpo, para além de um objeto de estudo da Antropologia, receberá a centralidade teórica de um paradigma, ou seja, “uma perspectiva metodológica consistente que encoraja a reanálise dos dados já existentes e sugere novas questões para pesquisas empíricas”. (CSORDAS, 1988, p. 5). As ideias deste autor foram tratadas como centrais na presente pesquisa por terem sido também utilizadas como basilares em outros trabalhos que pretendo dar continuidade como Flores-Pereira, Davel e Cavedon (2008) cuja contribuição foi trazer as questões do corpo para o campo da Administração.

No texto de Csordas (1988), no seu primeiro tópico ele apresenta duas cenas do campo empírico, ambas ligadas a rituais de cura religiosa ocorridas no Estados Unidos. A primeira analisa a dualidade entre o humano e o demoníaco em manifestações ocorridas em um mesmo corpo e observada em rituais de Cristãos carismáticos pentecostais. A segunda cena acompanha a reunião de católicos em localidades afastadas das Igrejas, encontros estes voltados à cura e que produzem uma glossália que é uma forma de expressão verbal aparentemente ininteligível e que emerge dos corpos nos rituais observados. A glossália é objeto de estudo das teorias da linguagem, semiótica e análise textual. A ocorrência e análise desta expressão linguística, no contexto trazido pelo autor, auxilia a compreender que, para além de ser utilizada pelos fiéis para expressar um fervor religioso, que a linguagem coloquial poderia não ter vocábulos para expressar, palavras ininteligíveis são elaboradas para construir o Reino de Deus na Terra. Em certa medida, esta linguagem subverteu, pelo poder do uso da língua, as dominações britânicas no pós I Guerra, contexto histórico no qual foram feitas as observações do texto em discussão.

Além das manifestações verbais, na etnografia de Csordas (1988) são descritas manifestações corporais vistas como resultado das ações de expulsão de demônios. Neste estudo, o autor relata rituais nos quais as pessoas vomitam, contorcem-se no chão, assoviam e reviram os olhos para cima da cabeça, gritando como uma hiena.

Como análise baseada no *embodiment*, mesmo que as manifestações sejam vivenciadas de forma espontânea, essa não é pré-cultural, visto que a manifestação física do “expulsão de espíritos malignos” ocorre em relação ao ambiente cultural das pessoas. Para além de uma perspectiva fenomenológica, essas manifestações físicas devem ser analisadas como um componente somático da experiência e o simbolismo do mal no norte dos Estados Unidos (CSORDAS, 1988 in FLORES-PEREIRA, DAVEL E CAVEDON, 2008).

Sendo assim, os gestos, as representações da língua, a própria língua (racional ou glossália) são um posicionamento no mundo (CSORDAS, 1988). Criar linguagens e comportamentos, expressos em gestos, elaboram significados que são transcendidos nos nossos aparatos anatômicos (MERLEAU-PONTY, 1992 CSORDAS, 1988). Segundo Csordas (1988) o corpo é base, o terreno sobre o qual é construída e manifesta a cultura.

A partir desta epistemologia, os gestos e posturas dos colaborativos podem auxiliar na compreensão das interrelações sociais do território especificado na presente pesquisa. Esses gestos e posturas corporais compuseram um mosaico possível para melhor compreensão dos fenômenos ora em foco. Por exemplo, durante as observações participantes foi constante a presença de um abraço, um olhar que me pareceu acolhedor, uma conversa com mais calma e uma escuta atenta ao que eu falava quando da minha chegada. O abraço e a forma de olhar podem se caracterizar nos estudos da corporalidade como gestos.

Para realizar as análises dessas gestualidades utilizarei o anteriormente referido texto de Csordas (1988) o qual inaugura a ideia de que a cultura é mais do que uma representação, um pensamento, algo da mente, mas também é vivenciada e incorporada, trazendo então o paradigma do *embodiment* para o campo da Antropologia.

Em específico nas EC do 4º Distrito eu percebi e anotei diversas vezes determinados arranjos corporais e gestuais que, em dado comparativo, se distanciavam das expressões corporais da maioria das organizações privadas brasileiras. Nestas organizações, digamos “convencionais”, o corpo pode servir para impingir no outro um poder coercitivo. Na colaboração a coerção de um outro sobre si pode afastar o indivíduo e quebrar a lógica do circuito. Dos cadernos de campo:

Eu fique mais de três meses afastado do projeto que me dispus como pesquisador a participar como colaborador. No início me empolguei e achei que estar lá todos os dias, em detrimento de várias atividades profissionais e de estudo, iriam qualificar muito a minha pesquisa. Só que a quantidade de compromissos que tive que dar conta por questões práticas e urgentes, como remuneração e tarefas a serem entregues, me impediram de investir na Humanus. Na minha volta, foi como se nada tivesse acontecido, fui recebido sem qualquer tipo de reprimenda ou contrariedade aparente. Sentamos para conversar de forma muito tranquila. Expliquei o que aconteceu. O Bruno me ouviu atentamente, sem me interromper em nenhum momento. Quando terminei, ele com o braço direito estendido e a mão semiaberta, me mostrando parte do peito, disse: mas a colaboração também tem disso, nem sempre as pessoas estão disponíveis o tempo todo, e está tudo bem. É desta forma que entendemos o nosso tipo de negócio.

O estranhamento desta forma frequente de expressão dos colaborativos emerge em função do dado comparativo, como citado em Flores-Pereira, Davel e Cavedon (2008), ao apontar e balançar o dedo indicador ao colega, o observado demonstrava incorporar um comportamento autocrático que está profundamente ligado ao simbolismo de autoridade no Brasil. Não que inexista autoridade nos ambientes colaborativos. O que ocorre, segundo os relatos, é que o exercício explícito do poder centralizado e da Administração burocrática weberiana, em um primeiro momento, é evitado ou negado de forma consciente e explícita, mas com o crescimento das atividades econômicas advindas do funcionamento do circuito comercial do 4º Distrito se impõe a lógica da organização “convencional”, que muitas vezes é extrínseca. Alguns exemplos destas invasões impostas podem ser o recolhimento de notas fiscais e o relacionamento com organizações privadas que são clientes ou fornecedores de EC. Estas relações interorganizacionais exigem processos e burocracias. Além disso, segundo os próprios interlocutores, com o crescimento das atividades colaborativas, não é possível tomar decisões consultando a todos o tempo todo e a premência da centralização da decisão emerge em meio às várias demandas de um evento ou um negócio de médio ou grande porte. Mesmo nas EC, estes eventos, intervenções sociais e negócios precisam gerar resultados mais robustos, sejam eles financeiros, de captação de clientes ou de assistência à comunidade. Um grande evento de venda de produtos advindos da forma de produção colaborativa, parcerias estruturadas com o poder público para ensino de populações vulneráveis ou a distribuição de material de saúde para profissionais do sexo, que exercem atividade na região do 4º Distrito, exigem uma organização que, segundo os interlocutores, não funciona sem uma decisão centralizada.

Apesar de algumas contradições entre o solidário e o autoritário, o gestual que aqui chama à atenção, por incorporar as representações colaborativistas, foi obtido nas observações participantes durante os estudos de campo e fazem parte de todo um complexo de expressões vividas e expressas no corpo da maioria dos interlocutores. A forma de andar um pouco mais lenta, a voz com volume levemente reduzido para não sobressair sobre um certo silêncio do ambiente, um olhar direto nos olhos do interlocutor que compõem com um sorriso acolhedor se constitui um todo gestual que faz sentido na medida que são expressões do que é vivido deste circuito comercial específico do 4º Distrito em Porto Alegre. Estas iniciativas dependem de outras relações que não aquelas baseadas pela dominação burocrática de Weber

(1991). Estas relações podem estar incorporadas e encontrar sua forma de expressão na dinâmica das mãos dos meus interlocutores durante algumas das observações e exigem uma interrelação teórica que auxilie, com base na coleta empírica, a interpretar a cultura do circuito de EC do 4º Distrito. A observação e análise deste gestual foram estruturadas a partir de uma metodologia apropriada especificamente ao *embodiment* descrita a seguir.

3.1 FASES DE ANÁLISE *EMBODIMENT*

A pesquisa sobre o *embodiment* em Administração apresenta potencialidade e desafios. Segundo Flores-Pereira, Davel e Almeida (2017) muitos estudos de Administração que abordam o tema do corpo realizam uma discussão teórica, seja no campo da filosofia, para pensar um contexto social, no campo organizacional ou no viés de compreender o trabalho e suas dimensões na sociedade. Outra parte, além do enfoque teórico, utiliza recursos empíricos para realizar a discussão.

O questionamento dos autores neste trabalho foi: Quais são os principais desafios metodológicos ao nos valer da corporalidade como dispositivo empírico para a construção do conhecimento? Após a parte empírica da pesquisa, que consistiu em realizar entrevistas com professores envolvidos no assunto, o resultado apresentado foi a formulação, descrição e discussão de 9 desafios metodológicos, organizados em 3 momentos-chave da pesquisa qualitativa conforme resumo no quadro 1:

Quadro 1 – Fases e desafios metodológicos das pesquisas

Momento-chave	Desafios Metodológicos
Planejamento da Pesquisa	1 - A aproximação em relação à filosofia da corporalidade
	2 - A compreensão teórica da filosofia da corporalidade
	3 - A compreensão de que a filosofia da corporalidade poderá trazer diferentes 'luzes' para a análise do material de campo
Interação com o campo empírico	4 - O entendimento da proximidade do pesquisador com o campo empírico (familiaridade ou distanciamento).
	5 - O aprendizado prático sobre o que é realizar uma observação sensível
	6 - O aprendizado prático sobre como construir um questionamento experiencial.
	7 - O aprendizado prático sobre como realizar uma descrição imediata
Necessidade de transformar uma experiência corporal pré-reflexiva, em um texto reflexivo sobre as corporalidades	8 - A reconstrução das corporalidades
	9 - A recontextualização das corporalidades.

Fonte: Flores-Pereira, Davel e Almeida (2017) e adaptado pelo Autor (2021).

A presente tese apresenta convergência com momentos-chave apresentados por Flores-Pereira, Davel e Almeida (2017) da seguinte forma:

- a) **O planejamento da pesquisa** ocorreu a partir e durante diversas leituras da área de corporalidades como Mauss (1974), Csordas (1988) e próprios autores do artigo metodológico em debate.
- b) **A aproximação do campo empírico** foi realizada após e concomitantemente às leituras e está sendo descrita nas seções desta pesquisa. Tanto a aproximação e o distanciamento do campo, quanto a observação sensível, os questionamentos e a descrição imediata podem ser identificados como fases constituintes do presente texto.
- c) **A necessidade de transformar uma experiência corporal pré-reflexiva, em um texto reflexivo sobre as corporalidades** condiz com a materialidade desta tese principalmente no que se refere à recontextualização das corporalidades, vista na relação entre os corpos e os discursos inseridos no contexto social do 4^o Distrito.

A partir destes preceitos, as observações de campo com foco no papel do corpo, como auxiliar à compreensão das interrelações sociais que ocorrem nas EC do 4º Distrito em Porto Alegre, passarão por uma análise um pouco mais concisa, resumida em três etapas. (i) A primeira será a fase pré-objetiva, na qual serão levantadas questões importantes a respeito de como os corpos tenham “aprendido” de alguma forma a vivenciar determinadas formas capazes de traduzir a cultura. Esta fase tem relação com o planejamento da pesquisa. (ii) A segunda etapa será a denominada “manifesta” que exprime concretamente, no gesto e na fala, o colapso da separação de sujeito e objeto (corpo) na compreensão das culturas, fundindo-os em uma unidade de categoria teórica. Esta segunda fase tem relação com a aproximação do campo. Finalmente, (iii) a terceira fase tentará buscar auxiliar, a partir das anotações de campo, a investigação do corpo como uma categoria teórica paradigmática, atendendo às sugestões de Csordas (1988) nas considerações finais de seu texto. Esta fase final tem relação com o momento-chave 3 de Flores-Pereira, Davel e Almeida (2017) no que tange a transformar as fases em experiências da corporalidade em um texto reflexivo.

3.2 O CORPO NÃO É OBJETO É ATOR - A FASE PRÉ-OBJETIVA

Os gestos que percebi nas minhas observações advieram de corpos que habitavam meu lócus de pesquisa. Estes corpos observados não são objetos deste estudo e sim os próprios sujeitos, aqui denominados interlocutores. O corpo é objeto de estudo em várias ciências como a Medicina, a Anatomia e as Artes, mas nesta interlocução da Administração com a Antropologia, o corpo será o próprio sujeito da interpretação em um ato de definição conceitual. O corpo, ente político por excelência, habita o espaço com diversas formas, ou seja, realiza movimentos, apresenta cores para se expressar, exala cheiros característicos, vive em habitats e principalmente vivencia os gestos que são ricos em elementos que podem ser objetos de análise. Estes últimos detalharei com maior cuidado a partir de agora.

No 4º Distrito em Porto Alegre, há uma profusão de atividades econômicas que exigem dos corpos diferentes ocupações de territórios e que constroem diversas práticas discursivas a partir destes mesmos corpos e gestos. Em meus deslocamentos

pelo território e durante o trabalho de observações, algumas situações vividas puderam ser descritas com maiores detalhes para que os diferentes olhares que ocupam o lócus pudessem ser compreendidos e, em perspectivas, apresentassem os diferentes olhares que aqui estão sendo pesquisados.

Pela manhã há corpos que circulam pelos bairros do 4º Distrito com endereço certo para sair e chegar. Das paradas de ônibus às fábricas e comércios estabelecidos, os corpos estão nas ruas andando com a certeza de quem vai chegar a algum lugar certo. As expressões de homens indo para o trabalho nas oficinas, das mulheres nas pequenas fábricas nas quais são fabricados uniformes para empresas, as crianças indo para a escola, moradores de rua carregando seus pertences consigo perambulando não se sabe para onde, resquícios da atividade comercial de sexo da noite anterior, isso tudo ao som longínquo das avenidas principais que atravessam os bairros constituem o cenário composto de elementos diversos que constituem o 4º Distrito.

Nas manhãs que fiz as observações participantes do 4º Distrito, de forma geral, foram menos frequentes as reuniões de criação coletiva, atividades políticas, atividades educacionais, oficinas e demais atividades coletivas. O que mais ocorria pela manhã eram atividades educacionais, burocráticas ou um sonolento esperar pela tarde.

Em observação em uma oficina de cutelaria, marquei com bastante antecedência, uma manhã de observação do trabalho de confecção de facas artesanais que iniciaria às 9h. Os interlocutores já eram meus conhecidos de outras atividades no 4º Distrito que haviam sido realizadas na sede do Distrito C, já citado anteriormente. No horário marcado, cheguei ao local e esperei até aproximadamente às 10h e 15 min, quando a primeira pessoa chegou. Este interlocutor era desconhecido, ele não sabia da entrevista e estranhou minha presença. Ele ficou preocupado em abrir a porta do empreendimento e eu também fiquei tenso, tanto pelo atraso de mais de uma hora, quanto pela inesperada e indesejada nova interlocução que ali se impusera tão abruptamente. Mas ao rever anotações, percebi que alguns dados que eu poderia registrar a partir deste improvável e inesperado encontro poderiam ser um bom material de análise. Passada a frustração de começar a observar com mais tempo o ambiente da cutelaria, comecei outra observação, talvez não tão planejada quanto a primeira, no entanto, mais desafiadora e instigante. As

anotações apontaram para a forma com que as manhãs dos dias úteis são vividas pelos interlocutores que tive acesso. Dos cadernos de campo:

Aqui esperando, morrendo de medo de ser assaltado neste lugar, na rua, de pé, com frio, sem que ninguém atendesse às ligações que estou fazendo, pensei mil vezes em desrespeito, em falta de consideração comigo, o sentimento foi de raiva. Estou há mais de meia hora esperando, daqui vejo as lojas de antiguidade e galeria de cerâmica, todo mundo colaborativo, mas ninguém está aberto, ninguém funcionando. Logo chegou um 'cara' que nunca tinha visto, eu dei bom dia, ele me olhou, e o gesto de abrir a porta foi interrompido pela dúvida de saber quem eu era. Quando disse que tinha falado com o Fábio, que era da UFRGS e que tinha marcado de conversarmos às 9h, ele meio que riu e disse que não, só que não. Aquele não era como se eu não tivesse entendido nada e fosse um 'novo cristão' naquele tipo de negócio. Ele entrou não me convidou para entrar, como se eu não tivesse ali. Eu não sabia o que fazer, ouvia barulhos de batidas lá dentro como se as janelas estivessem sendo abertas. Logo em seguida, não mais que os longos 10 minutos que não sabia o que fazer de mim mesmo por ter sido ignorado e deixado ali fora, o Fábio, meu interlocutor nesta cutelaria, chegou de carro e, no tempo dele, foi descendo, fechando o carro e olhou para mim dizendo "e ai, tudo bem? Tu vieste hoje?". Dei bom dia a ele e perguntei se poderíamos ainda conversar sobre o trabalho na cutelaria. Ele disse que tinha umas coisas para resolver e não saberia se poderia falar comigo. Ele não entrou, como se não quisesse que eu entrasse também. De qualquer forma, eu disse, posso conhecer a cutelaria, ver um pouco, 'não quero atrapalhar vocês' eu disse. Parecendo um pouco mais amigável, entramos, o primeiro interlocutor fazia chimarrão, café e mexia em papeis. O Fábio ficou foi abrir as outras janelas que ainda não haviam sido abertas e colocou um avental de couro, típico de trabalhadores de forjas de metal. Durante toda a manhã, quase até às 13h, não houve nenhum tipo de atividade que eu poderia chamar de 'trabalho'. Conversamos sobre a situação financeira do negócio, de como é difícil vender a um preço que cubra os custos da produção artesanal de facas, sobre Bancos, empréstimos e a Economia do País, eu sentado perto de uma mesa que parecia escritório, os dois entre chimarrão e cafés, às vezes em silêncio lendo várias vezes os mesmos papeis que pareciam notas fiscais e e-mails impressos e caminhadas sem rumo dentro da oficina. As vozes eram um pouco arrastadas, preguiçosas até. Gestos lentos, diferentes daqueles energéticos vistos nas reuniões à noite no Distrito C quando eles se colocavam as melhorias que acreditavam ser as mais corretas para fomentar os negócios no circuito comercial. Ofereceram chimarrão, café e água para mim, aceitei água duas vezes. Mas me senti à vontade de me servir e lavar o copo que usei. No ambiente havia uma pia com diversas louças de plástico e cerâmica, a organização e limpeza não eram o forte do local. O ambiente por ser uma oficina de metais era ocupado por uma fuligem em todos os artefatos, e essa aparente 'sujeira' não era um problema para meus interlocutores. Próximo às 13h me despedi, senti um alívio de ambos, e encerrei a observação.

A escolha por esta observação em particular foi motivada pela quantidade e qualidade dos elementos possíveis de análise quanto à pré-objetividade dos fatos observados e vividos. Isso por que a forma de compor os discursos aqui em apresentação é composta por um mosaico de narrativas que apontam para o mesmo território e objetivo e que tem no corpo e no gesto a base sobre a qual a cultura é

erguida (CSORDAS, 1988). No caso das pessoas da cutelaria, os corpos viviam e se manifestavam no ambiente de uma forma que talvez possa começar a explicar as interrelações sociais do 4º Distrito, na medida que as EC têm como sociabilidades uma forma “alternativa” de estar no mundo. Pelo que observei, a lentidão no andar, o “começar mais tarde” e os silêncios podem denotar uma forma de ser e viver próprias e que se contrapõe ao modelo corporativo apreciado pelo capitalismo tardio, distanciando-se de um imaginário de pressa e produtividade, dando lugar a uma forma colaborativa de produção de valores.

Os gestos observados na cutelaria são um interessante conjunto de elementos a interpretar frequentemente encontrado nas iniciativas do circuito comercial do 4º Distrito. O conjunto de elementos que me refiro e que registrei nos cadernos de campo são (i) as funções mais coletivas somente à tarde e noite, (ii) os horários pouco cumpridos no que tange a agendamentos com entes de pesquisa, (ii) a acolhida com água, chimarrão, café, frutas à disposição em alguns lugares faz parte de um ritual de sociabilidade (SIMMEL, 1983) e (iii) principalmente o corpo em movimento de abertura e rejeição ao outro.

A partir desta reflexão inicial, uma questão que se apresenta interessante de abordar neste momento é: qual a configuração corporal que é relativamente comum, que caracteriza os gestos típicos dos colaborativos e, principalmente, como e quando se aprende a vivenciar a colaboração no corpo?

Para iniciar esta discussão, percebi que os corpos no 4º Distrito vivem de formas diferentes os espaços no território e constroem discursos sobre si e sobre outros, que por sua vez também constroem outras narrativas distintas sobre este mesmo território. Exemplificando, os moradores, os colaborativos, os profissionais do sexo, os transeuntes e os empresários da construção civil vivenciam o campo de forma diferente conforme os relatos obtidos no campo.

- Os moradores, trabalhadores da região, transeuntes do horário comercial, em observação participante e por dados secundários, apontam o território como um espaço a melhorar, ter mais segurança, ser mais limpo, não ser esta “vergonha”, ter mais emprego e escola;
- Os colaborativos acreditam que o espaço tem uma história a ser preservada e um espírito ancestral, incrustado nas paredes das casas colaborativas e no ativismo político. Que eles podem criar um Economia “alternativa”

solidária, mais justa e mais igualitária, com regras de trabalho nos quais não haja a violência do mercado de trabalho formal, como poder centralizado, horários fixos, burocracia, questões de gênero e raça, doenças ocupacionais, exploração e lucro a qualquer custo.

- Os profissionais do sexo querem um espaço para obter renda e ao mesmo tempo receber um olhar complacente da segurança pública, da justiça, além de serem objeto de programas regulares de assistência social.
- As incorporadoras imobiliárias veem a região como uma possibilidade de aumentar o valor do metro quadrado construído ou a construir a partir da promessa de gentrificação do local. Este movimento pode ser feito por meio da ocupação de outros empreendimentos cuja origem do investimento poderia ser tanto pública quanto privada. Esses empreendimentos seriam centros comerciais, museus e diversas outras iniciativas que podem ser encontradas no projeto 4D e que excluem determinados corpos que hoje habitam o território.

No capítulo 4 estas diferentes formas de viver e elaborar discursos sobre o território serão colocadas em uma perspectiva mais específica que diz respeito aos diferentes modos de gerar valor. Neste momento, ainda na fase pré-objetiva de análise, seria importante compreender como os gestos são incorporados antes mesmo de serem reveladores no campo estudado.

Na fase pré-objetiva há uma inconsciência da intenção do *embodiment*, a agremiação àquele tipo de negócio, o engajamento político de cooptação com movimentos identitários de inclusão social (tópico do capítulo 4 desta tese), as idiosincrasias do modelo de negócios colaborativo, que exigem uma adesão voluntária das pessoas ao trabalho, podem não ser compatíveis com os gestos correlatos ao dedo em riste do estudo de Flores-Pereira, Davel e Cavedon (2008) e que explicam muito sobre a representação do poder e autoridade em uma organização privada no Brasil. Em contraponto ao dedo em riste, para ser incluído no circuito colaborativo é necessário estar alinhado às particularidades das relações entre as pessoas que aparentemente priorizam um discurso voltado a valores ligados à solidariedade, baixo nível de stress, inclusão, atividades afetivas e demais sinais que se contrapõem aos rituais típicos das instituições que se organizam à volta da dominação burocrática weberiana.

3.2.1 A Fase Manifesta

Ao observar os colaborativos construírem, pelas vias de seus relacionamentos e por meios do seu *embodiment*, pontes de identificação com seus semelhantes e serem acolhidos por demonstrarem códigos compartilhados, a fase pré-objetiva dá lugar a expressão manifesta da vivência do corpo e pode ser percebida nas ações do cotidiano. Estas vivências foram captadas nas observações participantes e podem, a partir deste momento, fazer parte do argumento de que o corpo é parte do discurso sobre as EC do 4º Distrito em Porto Alegre e auxilia a compreender a dinâmica entre as EC naquele circuito comercial e suas sociabilidades, ou seja, os propósitos comuns que explicam por que estas pessoas escolhem viver juntas e se relacionar socialmente.

Ao ocuparem os espaços, incorporados das vivências dos circuitos colaborativos, os interlocutores demonstraram um gesto que frequentemente apareceu nas anotações de campo e que pode auxiliar na compreensão das interrelações ora em análise. Falo de um gesto que inicia com o braço em extensão ao lado do tronco e que deixa a mão semiaberta, como se o sujeito quisesse explicar algo a alguém, em um gesto de compartilhamento de uma forma de pensar, de dizer ao outro como constroem suas ideias, de compartilhar uma forma de ser e viver e que também pode ser vivida pelo outro, que tem, por sua vez, seu próprio discurso prévio e que cada vez que é percebido como “da tribo”, como “do bem” gera um valor que atrai diversos outros valores para sua órbita. Em relação a todos gestos que podem caracterizar e sintetizar o que deve ser apreendido pelo corpo colaborativista para fazer parte das sociabilidades em análise. Um sujeito candidato a integrar as sociabilidades do circuito comercial do 4º Distrito deve demonstrar ser “acolhedor”, falar baixo, andar um pouco mais devagar, ter tempo, manifestar a política de inclusão cooptada pelos movimentos de esquerda e, principalmente, negar o autoritarismo observado em uma organização privada brasileira como já citado anteriormente. Nas EC, o poder deve ser domado, domesticado, compartilhado, democrático e participativo.

O gesto com a mão aberta traduz no concreto a aspiração colaborativa e o discurso de solidariedade, muito valorizado pelas pessoas deste circuito. Expressar-se desta forma dá acesso ao interlocutor à possibilidades de participação nas atividades colaborativas, desde que preenchidos alguns outros requisitos importantes como a tendência política à esquerda, uma ideia de empreendimento que se alinha ao senso comum de “sustentabilidade” e uma condição econômica relativamente privilegiada. Todos estes requisitos e mais alguns são necessários visto que é preciso investir economicamente para fazer parte dos negócios colaborativos e assumir pessoalmente diversos riscos, como os financeiros, de processos, de mercado, os legais e os operacionais. Esses riscos podem ir sendo mitigados até que, de alguma forma, ocorra o amadurecimento da curva de retorno do investimento.

Este último quesito é bem interessante e ajuda a entender um pouco mais sobre o funcionamento do circuito comercial do 4º Distrito. Isso porque como os negócios colaborativos, em sua maioria, nascem como empreendimento novos, que por definição, exigem investimento e injeção externa de recurso até seu amadurecimento operacional, financeiro e de mercado. Se não há um suporte econômico externo, como um investidor anjo, que assegure esta fase de implantação, dificilmente estes negócios chegam até a um patamar que receitas e despesas se equivalham ou que gerem riqueza e lucro. Diferentemente do que possa parecer, a lógica do mercado também está presente no espaço colaborativo e é motivo de angústia para alguns interlocutores, dado que a expectativa original do indivíduo era buscar uma nova forma de vida, que pudesse negar as trocas financeiras em detrimento às relações pessoais baseadas nos valores de solidariedade e humanização do trabalho. Dos cadernos de campo:

Não estamos isolados, e de vez enquanto nos vemos fazendo a mesma coisa, temos banco que vem aqui tem conta para pagar, tem luz, água, condomínio e tem que fazer aquela propaganda que a gente sempre foi contra, tem que ser vendedor, uma coisa que eu nunca quis ser. Então, a gente vem botar uma loja aqui perto do pessoal do Mundaréu e trabalha em outras coisas para se virar, mas tá sempre se perguntando se não dava mais dinheiro botar uma loja no Total¹³.

¹³ Interlocutor refere-se ao Shopping Total instalado no 4º Distrito (Av. Cristóvão Colombo, 545) e que tem lógica comercial de negócio.

Esta angústia pode estar observada neste registro do campo quando o colaborativo fala de “fazer o mesmo” que veio buscar negar. Nascido dessa angústia, é preciso resgatar e completar o discurso da solidariedade e do humanismo contra o mercado voraz por meio de um gesto aberto, com as mãos semicerradas e mostrando parte do peito.

Este corpo angustiado com a lógica capitalista, este corpo como ente político é uma metáfora para constituir os vínculos sociais, no meio dos quais estes corpos afetam e são afetados. Então, infiro que o corpo colaborativista adere a duas grandes categorias (i) a da solidariedade aspiracional dos movimentos que buscam encontrar uma nova forma de vida que subverta a ordem do capitalismo, de quem busca tentar fazer parte do circuito comercial das EC do 4º Distrito e (ii) dos partidos de esquerda que se integraram em alguns movimentos sociais nos anos 2010 e interferem na dinâmica de seus corpos. Estes movimentos de esquerda e sua integração nos grupos identitários no Brasil, e que são muito ativos nas EC, serão melhor detalhados no capítulo 4 desta tese.

3.2.2 Terceira Fase - O *embodiment* como Paradigma

Ao analisar os gestos dos colaborativos, a forma com que usam as mãos, o corpo político e as organizações envolvidas (EC e circuitos comerciais no 4º Distrito), em linha com Flores-Pereira, Davel e Cavedon (2008) compreender uma organização vai além de observar suas formas de pensar, de se expressar ou categorizar as representações construídas. Também foi percebido teórica e empiricamente na fase pré-operacional que o gesto é mais que um aprendizado no sentido estrito do termo. Ele pode ser incorporação perceptual de uma experiência com o ambiente. O corpo-discurso.

O corpo como sujeito inserido nos circuitos comerciais ou sociabilidades pode nos dar um panorama mais geral da cultura vivenciada no campo. A incorporação da cultura nos gestos e a manifestação de empostação específica das mãos ampliam a discussão sobre o corpo nas instituições e trazem novos horizontes para a compreensão destes temas na teoria organizacional, alinhando assim as perspectivas aqui analisadas ao objetivo deste capítulo que foi buscar uma reflexão sobre o comportamento dos corpos quando incluídos em um determinado ambiente. Em

suma, o objetivo foi buscar entender como a cultura, campo da antropologia mais especificamente o *embodiment*, pode explicar sobre a expressão da cultura no corpo dos sujeitos nas EC do 4º Distrito.

Posto isso, este capítulo buscou corroborar com a teoria, abordando a perspectiva do corpo nas organizações, analisando o *embodiment* como paradigma (CSORDAS, 1988) e observando que os corpos vivenciam um determinado campo empírico. Além do *embodiment* do colaborativismo identificado no gesto da mão estendida ao longo do corpo, também os movimentos de esquerda, que serão detalhados mais adiante, identificados no campo, se somaram a este corpo-sujeito que intervém no espaço social das relações objetivas (BOURDIEU, 1989) e alinha o gesto à forma de pensar, traduzindo uma possível adesão aos movimentos econômicos e políticos que disputam o poder naquele campo.

A existência efetiva de um circuito comercial (ZELIZER, 2005) a partir das sociabilidades, gerida pela lógica de seus discursos e construções simbólicas, afeta o ambiente de forma objetiva, criando concretudes e valores sociais e econômicos. É a dinâmica do simbólico construindo o real. A existência de um circuito comercial baseado em um discurso de criação de valor que abarca um conteúdo bem delimitado: somos colaborativos, solidários e por isso temos um negócio com maior valor.

O *embodiment* se integra à construção do argumento desta tese na medida que a vivência da cultura nos corpos dos colaborativos também é suporte a este discurso que visa agregar valor e auxiliar na sociabilidade (SIMMEL, 1983) cujo papel é sinalizar que podem viver juntas, e sob gestão, as pessoas que se mantêm operando neste circuito comercial (ZELIZER, 2005). A gestão que me refiro se constitui na medida que há um tácito processo de inclusão e exclusão de pessoas, ou seja, os que estão alinhados serão acolhidos e os não alinhados à expressão dialógica e corporal dos colaborativos serão tacitamente excluídos dos negócios. Não presenciei no campo pessoas com o dedo em riste, dando ordens, nem mesmo proferindo um discurso com conteúdo explicitamente autoritário, ao contrário, o que foi percebido foi um *embodiment* aberto e acolhedor, o que se contrapõe à cultura autoritária. Esta imbricação teórica constituída pelos principais autores escolhidos para este texto já foi descrita nas considerações finais do capítulo 2, e visa avançar um pouco mais na teoria, somando agora mais um elemento a este caleidoscópio de ideias que auxiliam a continuar defendendo um ponto central desta tese que é a agregação de valor aos

produtos reais e simbólicos a partir da construção de um discurso sobre a colaboração.

Ainda avançando, é importante lembrar que há outros corpos que habitam o 4º Distrito. Há outras formas de viver no corpo o mesmo campo social. Há os moradores, os profissionais, os transeuntes, as incorporadoras, os comerciantes que não se dizem colaborativos, assim como o Poder Público. Todos olhando para o mesmo objeto, o 4º Distrito, no entanto, descrevendo uma realidade diferente. O próximo capítulo busca compreender a forma com que estes grupos distintos constroem seus discursos, vivem as sociabilidades e geram valor. Julgo esta análise fundamental para entender as interrelações sociais das EC no 4º Distrito em Porto Alegre e para identificar os elementos que lhe dão sustentação e identidade.

4 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA, AS SOCIABILIDADES E A CRIAÇÃO DE VALOR NO 4º DISTRITO

Este capítulo atenderá ao objetivo específico B desta pesquisa que se refere a descrição e relacionamento dos discursos de diversos grupos que vivem o 4º Distrito pela lente interpretativa da Linguagem de Saussure (1987) e dos antagonismos e busca de hegemonia na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (1985). Os grupos referidos serão os colaborativos, o Poder Público, um coletivo político e algumas incorporadoras imobiliárias que têm negócios no território. A análise será a respeito da expressão verbal, textual e do gestual desses grupos.

No circuito comercial do 4º Distrito, em específico nas EC, há uma comercialização não só de mercadorias, mas também do que Saussure (1987,) define como significados. Essa parte inteligível do discurso, esse lado das ideias é o terreno da troca de signos, como palavras e gestos típicos de um determinado grupo que possui um código comum. Em seu livro Curso de Linguística Geral, Ferdinand de Saussure (1857 - 1913) lança a ideia de delimitar o objeto de estudo da Linguística, separando-a dos estudos da língua e inserindo-a no campo das Ciências Sociais. Esta inserção deve-se ao fato de que, a partir da publicação desta obra, a linguagem passa a ser entendida por alguns grupos como “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. (SAUSSURE, 2006, p. 17). Sem negar a interrelação entre Linguística e língua, o autor suíço entende-as como uma dupla face que cria entre si uma relação de interdependência em que uma não existiria sem a outra.

Além desta separação, importante para inserir a Linguagem nas relações sociais, Saussure (2006) também definiu em sua obra os conceitos de:

- Fala - mecanismo psicofísico que permite ao falante exteriorizar combinações entre pensamentos e palavras;
- Signo linguístico - tem natureza arbitrária e expressa a união entre um conceito e uma imagem acústica;
- Significado - conceito mental do que se quer dizer e
- Significante - possui uma dimensão que se propaga no tempo de forma linear.

O relacionamento entre o significante e o significado não pode ser alterada pelo indivíduo simplesmente. O signo, arbitrário por natureza, é coletivo, social e passado de geração em geração, como um acordo (SAUSSURE, 2006).

É central para a discussão dos argumentos desta tese que a Linguística de Saussure seja parte integrante do alinhamento teórico ora em construção e que os elementos dessa Linguística façam parte deste posicionamento. A visão estruturalista de Saussure (1987) se baseia em conceitos universais de signo, significado e significante. No entanto, estes conceitos de universalidade começaram, nos anos 1960 e 1970, a receber críticas dos grupos franceses pós-estruturalistas. Segundo autores como Jacques Lacan, Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Julia Kristeva e Roland Barthes, o existencialismo, a fenomenologia e o marxismo devem ser revisitados teoricamente, visto que deve haver uma crítica à visão de verdade universal e uma ênfase na pluralidade de interpretações e de linguagens. Esses pensadores criticaram a estrutura de pensamento cartesiano (sujeito-objeto) para trazer à luz a noção de democracia através dos discursos. Além disso, segundo esses mesmos autores também criticaram as democracias liberais pelo fato delas construírem a identidade política em oposições binárias, com o objetivo de excluir certos grupos culturais (LACERDA; MELLO, 2020). Então para uma análise de eventos sociais e políticos a partir do discurso, surge a TD de Laclau e Mouffe (1985) cujas categorias centrais são (i) o próprio discurso, (ii) a noção de hegemonia e (iii) o antagonismo social. Essa TD problematiza a forma como as práticas sociais se articulam nos discursos que fazem parte da realidade social, haja vista essas práticas são aceitáveis na medida que os significados são contingentes (LACLAU; MOUFFE, 1985; LACERDA; MELLO, 2020).

Segundo os autores, o discurso é um conjunto de elementos dados a partir de uma série de relações, compreendido pelas possibilidades de polissemia dos significantes. Já a hegemonia pode ser conceituada como uma dominação de um certo grupo sobre o outro, passando o dominador a controlar o dominado pelas suas ideologias. Por último, o antagonismo social é contrário à ideia de relação, ambos os lados são divergentes e não convivem entre si.

Esta busca pela hegemonia tem no discurso, então, um de seus instrumentos mais eficazes, ao identificar por meio das construções discursivas quem sou eu e quem é o outro. Neste movimento emergem aqueles que o discurso identifica como incluídos e os excluídos. Além disso, faz parte da teorização destes autores o conceito de práticas hegemônicas. Estas derivam das articulações das diferentes identidades, corporificadas nos atores políticos, que por meio de suas atividades, inseridas em um único projeto, visam impor a sua prática e visão de ordem social. Assim, “as hegemonias são compreendidas por meio dessas articulações, e para isso ocorrer é preciso existir um antagonismo e a presença de opostos políticos em um mesmo espaço”. (LACERDA; MELLO, 2020, p. 795).

A opção por essa TD, dentre muitas que poderiam ter sido escolhidas, tem relação com os grupos em disputa pelo poder no campo empírico desta tese que, durante as observações, demonstraram disputas pela hegemonia do discurso e, em última análise, pela geração de valor no território do 4º Distrito.

A partir das teorias de Saussure (2006), no campo dos elementos estruturais da linguística e de Laclau e Mouffe, nas disputas por hegemonia de discurso, passarão a partir deste ponto a ser analisados, com base nas observações do campo empírico, os discursos elaborados pelas incorporadoras, pelos moradores, pelos colaborativos, pelos movimentos políticos, entre outros.

No campo das Ciências Sociais, a importância de identificar e elaborar teoricamente esta diversidade de olhares vem ao encontro das pesquisas em etnografias urbanas de Magnani (2002), quando apontam alguns problemas que as cidades podem enfrentar a partir das fragmentações que constituem a formação dos tecidos sociais típicos da pós-modernidade (HARVEY, 1992). A dificuldade de encontrar pontos de convergências e articulação entre migrantes, visitantes, moradores temporários e de grupos identitários por gênero ou identificação étnica, sexual ou regional, diferenças culturais e crenças é relevante na análise sociológica contemporânea. Além disso, existem também diferentes olhares sobre o território urbano entre grupos semelhantes e que estão articulados em torno de opções políticas e estratégias de ação contestatórias ou propositivas e de segmentos marcados pela exclusão e que, por isso, exigem um trabalho analítico mais atento.

A pós-modernidade, entende a fragmentação do multiculturalismo como fato inerente a um arranjo social esperado para a realidade urbana contemporânea – o que é diferente de se estar perdido ou ser premente e urgente um núcleo orientador. Explicando melhor, é importante estar atento às falácias do liberalismo, dentre elas a que preconiza a “mão invisível” do mercado e do capital fragmentado como agentes naturalmente organizadores do caos. O liberalismo estabeleceria sempre uma ordem que ajusta “de forma automática” os mercados e os comportamentos.

A fragmentação pós-moderna aqui referenciada pode ter sua origem no pós II Guerra, quando da disseminação do capital financeiro, este também fragmentado, mas ainda assim acumulado. A pós-modernidade pode também ter sido concebida imaginariamente a partir de sucessivas ondas comprimidas de tempo e espaço (HARVEY, 1992). Segundo o autor, a ênfase da pós-modernidade na efemeridade, fragmentação e dispersão do pensamento filosófico e social imitam a condição flexível de acumulação de capital do final do século XX.

Já por liberalismo, entende-se como o pensamento e a prática pelos quais o Estado é percebido como não interventor no desenvolvimento social e econômico, deixando-o (o desenvolvimento) a cargo das forças do mercado (DEBERT, 1988). É como se as ideias de Adam Smith, Locke e Hobbes, do século XVIII, ainda pudessem ser aplicadas ao pensamento contemporâneo, ou seja, o Estado surgira como uma máquina para adestrar as pessoas. Mas, e se formos deixados sem freios tenderíamos à degradação? O que é melhor, um estado liberal e absolutista ou um mercado livre ou o intervencionismo? Seriam as pessoas em sua essência altruístas ou egoístas? Temos que ser solidários ou individualistas? Esta perspectiva do “ou isso ou aquilo” é típica do pensamento cartesiano renascentista (FONSECA, 2010; DEBERT, 1988).

Talvez a crítica à fragmentação tenha no pensamento liberal uma visão utópica de mundo. O mito do mundo autorregulado, com forças espontâneas de mercado, “tendendo a um equilíbrio maximizador e a crença na racionalidade dos homens, assumida no sonho de uma vida sem o contraditório do outro, seriam um ideal a ser buscado pelo pensamento e ação liberal”. (FONSECA, 2010, p. 446).

As visões que adiante serão apresentadas vêm na contramão do pensamento liberal. A convivência de diferentes discursos sobre o mesmo objeto, território ou realidade, antes de ser um aspecto social que necessite de uma organização, geralmente a ser imposta por um líder mítico ou grupo econômico, interessado por força pragmática, na imposição deste ordenamento, pode ser vista como uma característica constituinte e democrática da ocupação de tudo que é público. A constituição de um discurso que estamos “perdidos”, ao invés de conduzir a uma convivência plural, clama por uma ordem que naturalmente seria classificada pelo interesse de um ou de um grupo de “uns”. Naturalmente, a luta pelo poder no campo (BOURDIEU, 1989) se estabeleceria e o interesse de um se imporá à existência de todos os outros.

Neste sentido, os discursos que podem ser abarcados pelo 4º Distrito, durante o processo etnográfico, foram primeiramente vividas e experienciados, hipóteses foram formuladas, categorias de análise foram construídas e estas serão detalhadas a seguir. As escolhas por categoriais de análise advindas das observações participantes serão o Poder Público, os cervejeiros, os grupos políticos e as incorporadoras imobiliárias.

4.1 O PODER PÚBLICO E SUA VISÃO SOBRE O 4º DISTRITO: O ETERNO CICLO DE DESCONTINUIDADE DE PROJETOS

Para além das políticas públicas sociais, o Estado e o Poder Público atuam em quase toda a extensão dos diversos circuitos comerciais no 4º Distrito, os adjetivos no superlativo são um interessante ponto focal de análise discursiva estatal visto que as entidades públicas fazem um esforço em “vender” a ideia de que é sempre necessário um novo plano de desenvolvimento econômico, e em última análise, de arrecadação de tributos. Os textos que contêm expressões como “grandes vocações”, “maior” e “grande força” podem fazer parte de um tipo de discurso no qual o Estado esteja par e passo com a iniciativa privada e se imiscui com essa.

Como é central neste capítulo, estou buscando construir a percepção que sobre um objeto, o 4º Distrito e seus circuitos comerciais, em especial as EC, pode haver diversos discursos que se complementam, que são antagônicos e que podem construir seus valores com base na forma com que geram valores a partir das práticas

discursivas elaboradas por meio de diversos textos. O Estado e a política ocuparam uma dimensão relevante observada na prática etnográfica desta tese. Política é um constructo amplo que inclusive tem estrutura de ciência. Semanticamente podemos traduzir o termo “política” como o fazer humano que é precedido de um discurso. Para a Administração, para além da ação pragmática da eficiência produtiva, há uma forma muito específica de trabalhar com a política que é a Administração Pública. Essa pode ser concebida como um “campo da ciência administrativa que trata da gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo em qualquer contexto e momento histórico do processo civilizatório da humanidade. (SANTOS *et al.*, 2009, p. 927).

Em um conceito aristotélico, política consiste na arte ou ciência da organização, direção e administração do Estado. Nesta perspectiva, não existe separação entre ética e política. Ambas são formas para alcançar a felicidade humana. A ética se preocupa com a felicidade individual do homem na pólis e a política se preocupa com a felicidade coletiva da pólis (SANTOS; SANTANA; PIAU, 2011).

Nas observações, houve diversas conversas com os interlocutores que podem esclarecer como o Estado e a política elaboram discursos sobre o 4º Distrito. Nestas ocasiões foi possível perceber algumas ações governamentais direcionadas ao que se chama de desenvolvimento do 4º Distrito. Em algum sentido, a cada Administração que assume o poder executivo, há uma implementação de políticas que refletem o viés ideológico de cada agremiação que chega ao poder. A semântica compartilhada no circuito comercial é que em cada gestão executiva do município se constrói e ao final da gestão, tudo é desconstruído para colocar no lugar outra ideia, outra concepção de formação de redes e outros interesses na região.

Junto ao Estado, particularmente aqui representado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e suas secretarias, não houve observações participantes ou não participantes e sim entrevistas realizadas com funcionários e gestores destas instâncias governamentais. Esses dados secundários são elementos de análise sobre o discurso textual do Poder Público da cidade.

Durante o período de campo desta pesquisa, o governo que estava no poder, e em 2019 ainda é responsável pela Administração das políticas econômicas, de assistências social e fomento comercial para os bairros de Porto Alegre tem como chefe do poder executivo o Sr. Nelson Marchezan Jr do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) cujo discurso elaborado apresenta o Estado como o responsável

por cumprir as funções básicas, que são a gestão da saúde, da educação e da segurança pública, deixando a Economia flutuar no livre mercado. Não que se precise realizar fundamentação teórica para definir o PSDB como um partido liberal, mas é interessante fazer uma leitura de discursos textuais a seguir para entendimento das ações desta agremiação no lócus aqui ora em pesquisa.



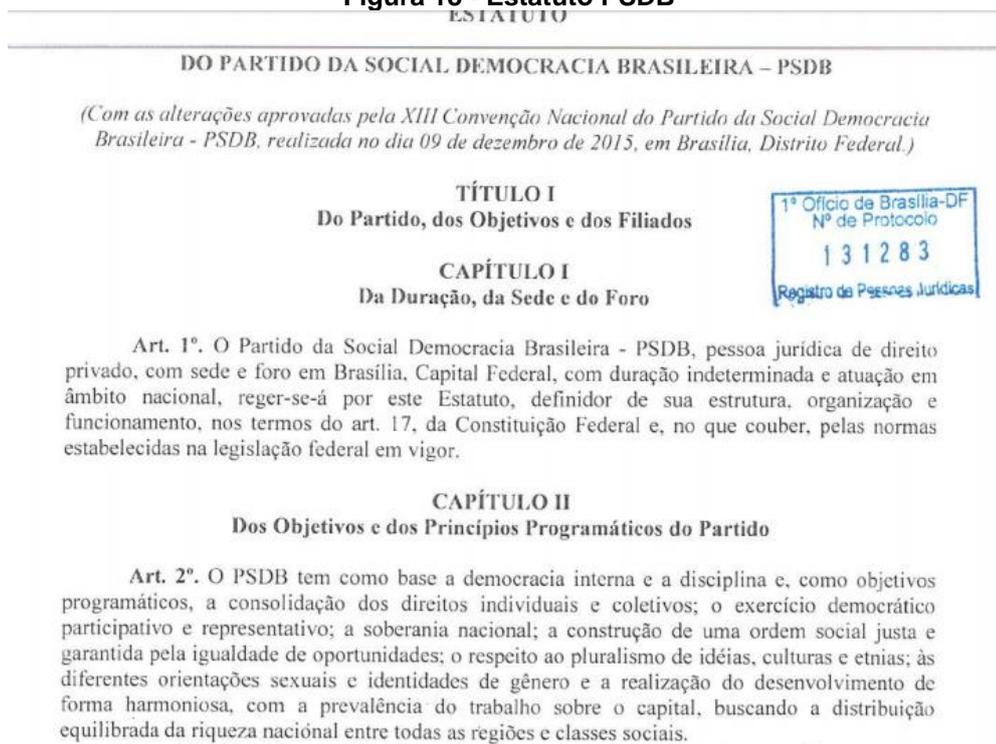
Fonte: Site PSDB.¹⁴

Na figura 19 é possível fazer uma leitura de signos representativos das ideias liberais, como as expressões relacionadas à democracia racial, ao desenvolvimentismo, às políticas de finanças públicas austeras (na figura das “armadilhas”), à relação do governo com o mercado, o trabalho e ao crescimento como solução para a pobreza, mas sem discutir a concentração de renda.

Também na leitura da convenção do partido, algumas expressões são típicas de uma ideologia voltada para o liberalismo como os direitos individuais, a liberdade, a ordem, o discurso da diversidade e da prevalência do trabalho sobre o capital.

¹⁴ Disponível em: <https://www.psdb.org.br/conheca/programa>. Acesso em: 30 ago. 2020.

Figura 18 - Estatuto PSDB



Fonte: Site PSDB, adaptado pelo autor.¹⁵

Contraditoriamente ao discurso que se refere a austeridade na implantação de políticas públicas austeras no ramo financeiro, a história da atuação do PSDB no Brasil revela em uma grande concentração financeira do mercado e por conseguinte a maior acumulação de capital financeiro da história recente do País. Segundo Almeida e Jayme Júnior (2007) essa acumulação jamais vista ocorreu no Governo Fernando Henrique Cardoso¹⁶. A agenda liberal também se observa na gestão de Porto Alegre e em particular no circuito do 4º Distrito.

Em entrevista realizada com uma funcionária que ocupa um dos cargos de confiança na Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes pude observar que uma das expressões mais presentes durante a entrevista foi “parceria”. Grande parte das ações previstas pela prefeitura diziam respeito a um papel secundário do poder

¹⁵ Disponível em: https://www.psd.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Estatuto-2015_12_final_.pdf. Acesso em: 30 ago. 2020.

¹⁶ O processo de concentração bancária no Brasil, mesmo que tenha se acelerado em meados da década de 1990, teve início em 1988, quando o Conselho Monetário Nacional criou a figura do banco múltiplo. Todavia, após a estabilização em 1994 e a desregulamentação do setor, o processo de consolidação foi impulsionado. [...] A concentração bancária brasileira pode ser dividida em dois movimentos que ocorrem simultaneamente: i) concentração geográfica das agências bancárias e; ii) forte movimento de fusões, aquisições e liquidações que resultou na concentração em grande cinco bancos mais e 95% do volume transacionado pelo Sistema Financeiro Nacional (ALMEIDA; JAYME JR., 2007).

público que preferia não intervir ou fomentar EC ou coletivos de produção, como costureiras ou artesões. Estas ações pareceram não pertencer a um plano organizado e sim a um conjunto de ações isoladas e reativas a pedidos da comunidade organizada.

Segundo a entrevistada:

A prefeitura não age diretamente, não organiza plenária, não chama as pessoas, a gente dá liberdade para a comunidade se organizar. Ai eles chamam a gente e fizemos um trabalho intenso de fomento às atividades produtivas em qualquer região. No 4º Distrito eu já trabalho há anos e tenho toda uma história com as pessoas de lá. Conheço todo mundo, mas hoje a prefeitura só entra com patrocínio para eventos e feiras que nos pedem.

Já no governo Jose Fortunati, do Partido Democrático Trabalhistas, houve a elaboração de um discurso com sete compromissos, pelo menos expressos em seu manifesto, que vão desde o comprometimento com crianças e jovens até a proteção aos indígenas, passando pelas populações negras e as mulheres como foco e atuação¹⁷. Neste período do governo Fortunati, o 4º Distrito recebeu um olhar diferente do atual viés do PSDB. Na página da PMPA da época é possível encontrar um projeto em parceria com Universidades para “revitalizar” o território. Diz o texto no site datado de 18 de setembro de 2015:

O bairro tem muito potencial por conta da conexão entre os prédios e a rua. É preciso aproveitar essa relação próxima com a localidade”, comentou a professora Cibele Vieira do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-RS durante o encontro.

Revitalização - A área do 4º Distrito sofreu nos últimos 50 anos as consequências da saída das empresas. Hoje, com iniciativas do poder público e da sociedade civil organizada, a região dá novos passos na busca por tornar-se novamente um espaço atrativo.

A elaboração de projetos para o 4º Distrito tem a intenção de contribuir para a criação de políticas públicas territoriais na cidade. “A função da academia é justamente trazer ideias para que se possa discutir e transformar em algo concreto”, comentou. Durante o encontro, ficou acertada parceria entre prefeitura, PUC e UFRGS na elaboração de um plano para a região que inclua a questão da resiliência. De acordo com a coordenadora do GT Executivo do 4º Distrito da Prefeitura de Porto Alegre, Ada Raquel Schwartz, o grupo já deve reunir-se nos próximos dias para dar andamento aos estudos.

Almoços de Trabalho - Formas de auxiliar quem busca caminhos para empreender e inovar na Capital estão sendo discutidas nos almoços do GT Diversificação da Economia, realizados desde junho. Quinzenalmente, às sextas-feiras, no espaço Nós *Coworking*, localizado no Shopping Total, especialistas são convidados a colaborar no debate, apontando formas para estimular a inovação na Capital.

¹⁷ Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/o-pdt/ideologia/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

Os encontros, coordenados pelo secretário de Governança Local e chefe do Projeto de Resiliência da Capital, Cezar Busatto, fazem parte de uma das etapas de discussão da estratégia de resiliência, em que especialistas são chamados para auxiliar nas respostas às perguntas-chave elaboradas nos grupos com as temáticas Bem Viver, Diversificação da Economia, Mobilidade Humana e Regularização Fundiária.

No grupo Diversificação da Economia, a busca é por responder as questões “Por que é necessário tanto tempo para abertura/fechamento de empresas em POA? O que é necessário para reduzir?” e “Como fortalecer o ecossistema de inovação da cidade?”¹⁸

O discurso textual é ilustrativo na forma com que o governo anterior ao do atual prefeito Nelson Marchezan Jr (no momento de escrita deste capítulo) difere do projeto anterior. O discurso implementado entre 2010 e 2017 (primeiro e segundo mandatos de José Fortunati) dizia respeito a conceitos de resiliência, revitalização e iniciativas empreendedoras.

Entre os anos de 1989 e 2005 o Partido dos Trabalhadores implementou o Orçamento Participativo (OP) em Porto Alegre que construiu, dentre outras, as políticas sociais, urbanas e orçamentárias para o 4º Distrito. Mas nas observações participantes para esta etnografia, os interlocutores relatam que o pilar de atuação do OP era a implementação do protagonismo das comunidades na gestão dos recursos e políticas da cidade. Segundo relatos, era muito intenso o movimento de autogestão no lócus desta pesquisa. As plenárias eram frequentes e profícuas quanto ao debate amplo dos problemas locais nos primeiros anos de implementação do OP. Diversos segmentos sociais eram ouvidos, como os moradores, os comerciantes, os artistas, a população de rua, as entidades ligadas às profissões do sexo e à saúde coletiva. No entanto, o OP também foi se alterando com o tempo e no final dos governos petistas (ciclo que foi encerrado em 2005 com o governo de João Verle) já não se notava esta participação tão ampla, restando apenas alguns grupos de interesse econômico atuando como protagonistas e que buscavam basicamente algum protecionismo, subsídios financeiros, redução de impostos junto à PMPA.

No entanto, com este pequeno recorte, que poderia ir mais longe em sua pretensão de análise histórica, por questões de objetividade e espaço, admite se limitar a apenas duas gestões da prefeitura. Mas apesar da brevidade temporal, já é possível notar a descontinuidade que a cada gestão se impõe às políticas e aos

¹⁸ Disponível em:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg/default.php?p_noticia=180970&PROPOSTA+PARA+UM+40+DISTRITO. Acesso em: 30 ago. 2020.

discursos sobre este território e seu circuito comercial. Enquanto no governo de centro-esquerda é possível identificar significados ligados a construção de valores ligados tanto ao discurso de “renovação” e de fomento às atividades empreendedoras, no atual governo liberal nota-se uma única diretriz de parceria com o setor privado e uma posição passiva frente ao funcionamento do 4º Distrito.

Figura 19 - Logo Pacto Alegre



Fonte: <https://pactoalegre.poa.br/>.

Segundo informações do site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, existe uma associação incentivada pelo Poder Público denominada Porto Cervejeiro. A origem desta iniciativa tem relação com o **Pacto Alegre** que segundo o site oficial tem o objetivo de construir um acordo entre instituições de ensino, governo, iniciativa privada e sociedade civil para estimular o empreendedorismo colaborativo. Um convite ao compromisso de quem acredita na capacidade de tornar a cidade melhor para se viver. O site oficial do Pacto diz que a ação tem como base um diagnóstico da cidade, tendo como horizonte a visão de futuro almejada, é a Mesa (fórum para acordar os principais desafios e ideias capazes de realizar a transformação de Porto Alegre, e assim, garantir a atração dos projetos) que define desafios a serem prioritariamente abordados, a partir dos eixos: social, econômico, urbano e governança. Desta combinação entre eixos e desafios emergem os projetos nos quais as instituições concentrarão esforços de articulação em prol da cidade.

Figura 20 - Eixo de ação Pacto Alegre
Eixos do Pacto Alegre



Fonte: <https://pactoalegre.poa.br/o-que-e>.

As entidades que compõem a mesa são um conjunto de organizações dos três setores como a 4 all (empresa privada de tecnologia), o Grupo RBS, a Associação Comercial De Porto Alegre, a Casa Civil do Estado do Rio Grande do Sul, o Grupo Hospitalar Conceição e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. No total são mais de 110 entidades que compõem esta mesa. Os apoiadores pertencem à Agenda 2020, Fábrica do Futuro, Fapergs e SERGS - Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul.

Segundo reportagem do jornal Zero Hora de 07 de Outubro de 2019:

Lançado em novembro de 2018, o Pacto Alegre é uma aliança entre universidades, poder público, empresas e outros agentes da sociedade civil para semear em Porto Alegre iniciativas que transformem a cidade em um polo de inovação. No caso do Porto Cervejeiro, Sebrae e Sindicato de Hospedagem e Alimentação (Sindha) tiveram papéis importantes no desenvolvimento do projeto, bem como as secretarias de Desenvolvimento Econômico, Comunicação e Serviços Urbanos.

Concomitante às EC e suas interrelações com a política que aqui estão sendo caracterizadas dentro um circuito comercial que constrói um discurso de valor baseado na solidariedade, gerando assim um ativo possível de troca, de geração valor e de agregação de pessoas e negócios, também há um movimento comercial que pode auxiliar na compreensão do que há na periferia das EC do 4º Distrito que é o denominado circuito cervejeiro.

Diferentemente dos discursos de solidariedade e humanização das relações de trabalho preconizadas pelas EC, os cervejeiros comunicam em sua forma de falar e fazer uma perspectiva eminentemente de negócio. Esta percepção não adveio de prática etnográfica de pesquisa e sim de observação não participante e coleta de dados secundários, visto não ser este circuito em específico o lócus desta tese. Porém, entender este elemento do campo em estudo pode auxiliar nos objetivos aqui proposto visto que as EC se relacionam com o entorno local de forma muito intensa, seja na concorrência por mercado, seja na busca por impor sua identidade, pela criação de seu próprio valor ou até mesmo pela diferenciação de proposta de negócio.

4.2 CERVEJEIROS - CRIANDO VALOR FAZENDO O ARTESANAL

Para melhor compreender esta organização, com base nas informações do site oficial, o pesquisador Jorge Piquet, também organizador do Distrito C e líder do Pacto Alegre foi entrevistado de forma semiestruturada. Segundo o entrevistado, para além do setor público, que é fortemente caracterizado pela descontinuidade devida à alternância do Poder, poderia ser instaurado em Porto Alegre um ciclo de negócio baseado em Economia da Experiência, muito mais que em cultura ou negócios simplesmente. Mais especificamente sobre o Distrito Cervejeiro, Jorge diz que diferentemente das EC, os cervejeiros têm uma proposta de negócio um pouco mais definida em função do perfil das pessoas. Dos cadernos de campo:

As cervejarias não têm nada a ver com colaboração, ou criatividade [...] nada disso. É o pessoal que se conhece há tempo, são todos aí que fizeram pós na ESPM, já estudaram fora e tal. Tem quem invista e já têm experiência nesta coisa de bar e restaurante. Eles estão se colocando aqui porque está na moda o 4º Distrito e fazem amizades, conhecem quem precisa e se articulam nestas reuniões do Pacto que acontece e às vezes não acontece. Mas fato é que as cervejarias estão aí e eu vejo sempre tudo bem cheio sempre.

Em linha com a discussão trazida pela entrevista com Jorge Piquet é questão da origem social dos empresários tutelados pelo Estado e que estão envolvidos nesta iniciativa. As imagens que são publicadas nos meios de comunicação ou redes sociais e elaboram um discurso no qual um grupo de jovens empresários em busca de se tornarem detentores de meios de produção. Estas imagens, aos serem analisadas em

seus significados, podem estar construindo um determinado valor a partir da oferta de uma experiência gastronômica, focada na construção de um significante. O discurso elaborado a partir da ideia de uma cerveja fabricada forma “artesanal” pode gerar valor. Para ilustrar este valor construído, uma matéria do site G1 publicada em abril de 2015 diz que “Devido ao sabor mais sofisticado, as artesanais também se diferenciam das demais no bolso do consumidor. A maior parte é vendida por R\$ 10,00 a R\$ 30,00 o litro”.

Quanto ao traço de classe que pode apresentar estes empreendedores pode ser útil continuar acompanhando a descrição realizada na mesma matéria do G1:

De um investimento de mais de R\$ 2 milhões, surgiu a fábrica, que conta com um maquinário de primeira linha - cozinha, panelas e imensos tanques trabalham ao menos 14 horas por dia. Dali, saem cerca de 60 mil litros por mês. O resultado está nos 42 diferentes rótulos distribuídos. [...] E o projeto também surgiu durante uma viagem à Alemanha, que despertou seu interesse em cerveja. “Primeiro quis aprender a fazer de verdade para depois abrir o negócio”, observa ele, que guarda livros sobre o assunto nas prateleiras do escritório. Depois de inaugurar a fábrica no final de 2013, decidiu abrir um bar no boêmio bairro Cidade Baixa para ajudar a incrementar as vendas. “Nossa principal venda ainda é lá”, justifica. Bares derivados de cervejaria, porém, não são novidade no Rio Grande do Sul. Na década de 90, surgiu no mercado a Dado Bier, que reunia no mesmo lugar o bar e a fábrica.” (Site G1 - “Com nove cervejarias, bairro de Porto Alegre é polo para amantes da bebida”).¹⁹

A indicação de altos investimentos e viagens internacionais podem suscitar a origem de classe destes empreendedores. Classe entra no debate que se propõem esta tese no momento de observação de alguns detalhes do campo que me chamaram à atenção. Pelas entrevistas realizadas foi possível identificar a forma com que alguns interlocutores contavam sua história quando perguntados sobre como faziam frente a algumas questões de negócio que envolviam também o ambiente colaborativo. O que chamo aqui de negócio tem relação com a perspectiva mais funcionalista da Administração, ou seja, a literatura sobre Finanças, gestão de projetos, resultados e Gestão de Pessoas. Essa perspectiva orienta os alunos nos cursos que formam administradores desde as visões iniciais de Taylor e Fayol, no início século XX, passando por todas as Escolas de Administração e chegando até os manuais propedêuticos que se adaptam com muito conforto ao capitalismo tardio e ao

¹⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/04/com-nove-cervejarias-bairro-de-porto-alegre-e-polo-para-amantes-da-bebida.html>. Acesso em: 3 set. 2020.

liberalismo econômico que reinaram plenos nos compêndios bibliográficos e planos de aula no final do século passado e neste início de século XXI.

Pela categoria classe social, esta tese não utilizara o conceito funcional de renda ou consumo dos institutos de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (como classe média, nova classe C etc.). Este estudo entenderá o conceito de Classe como aquele originado dos trabalhos de Marx (1985) que inicialmente entendia esta categoria como uma (i) totalidade (ii) relacional. Segundo o autor, é (i) total porque só há duas formas de ser no mundo, ou se é detentor dos meios de produção ou se vende a mão de obra. E é (ii) relacional na medida em que não há classe senão na relação conflituosa com outras classes. A relação de exploração aparece aqui entre o operário enquanto assalariado que vende sua força de trabalho e o capitalista enquanto detentor do capital monetário (MATTOS, 2007). O avanço da obra do autor aponta para uma ampliação do conceito e revisa a categoria dizendo que a partir das alterações do capitalismo do início do século XX as classes já não são determinadas unicamente pela extorsão da mais-valia ou pelas categorias de trabalho produtivo e improdutivo, mas pela combinação da relação de exploração na produção, da relação salarial e da produtividade/não-produtividade do trabalho na circulação, da distribuição da renda na reprodução global (BENSAID, 1999, p. 158; MATTOS, 2007).

Sendo assim, enquanto os colaborativos dizem não quererem, deliberadamente, ser agentes da exploração ou serem detentores dos meios de produção e sim se constituírem um novo tipo trabalhador sem vínculo com um capitalista, os cervejeiros planejam abrir empresas formais, com empregados, relações de trabalho legalizadas, lucro, pagamento por força de trabalho e consequente mais-valia, aqui entendida como a diferença entre a riqueza produzida pelo trabalhador e o valor de salário percebido. Este valor de diferença é contabilizado como lucro para o empresário e se caracteriza exploração (MATTOS, 2007). Mesmo com as alterações nas relações de trabalho, a inserção de tecnologias e costumes sociais, as desigualdades atestam que a divisão entre exploradores e explorados está longe de ter sido superada, o que torna contemporâneo o conceito original de classe observado na obra de Marx (1985).

Além do traço de classe presente na forma de empreendimento, os recursos de discursivos utilizados nas imagens buscam transparecer que as nove cervejarias²⁰ constituintes, em 2019, do Distrito Cervejeiro fornecem um serviço mais vantajoso para o cliente no quesito ambientação das lojas, conforto e diversão. As imagens a seguir são exemplos destas percepções:

Figura 21 - Cervejeiros 1



Fonte: <https://prefeitura.poa.br/smde/noticias/porto-ERVEJEIRO-busca-desenvolver-rota-turística-da>

Figura 22 - Cervejeiros 2



Fonte: <https://prefeitura.poa.br/smde/noticias/porto-ERVEJEIRO-busca-desenvolver-rota-turística-da>

Figura 23 - Cervejeiros 3



Fonte: <https://prefeitura.poa.br/smde/noticias/porto-ERVEJEIRO-busca-desenvolver-rota-turística-da>

²⁰ As cervejarias são 4Beer, Al Capone, Babel Cervejaria, DNA Beer, Hatha, Irmãos Ferraro, Cervejaria Porto Alegre, Cervejaria Seasons e Cervejaria Staunen Bier. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/10/porto-ERVEJEIRO-testa-ERVEJEIRIAS-de-porto-alegre-como-destinos-turisticos-ck1h2ebjq03wn01r2g2n5udu3.html>. Acesso em: 5 dez. 2020.

Figura 24 – Cervejeiro 4

Fonte: <https://prefeitura.poa.br/smde/noticias/porto-ERVEJEIRO-busca-desenvolver-rota-turística-da>

Estas imagens dizem respeito ao enquadramento e conteúdo das fotos que podem ter relação com o significante de sucesso dos negócios sintetizados nos signos relacionados à alegria e ao contentamento captados pelas imagens. Além disso, é possível perceber por outros signos deliberadamente incluídos nas fotos publicadas na imprensa local de Porto Alegre que a mensagem que deve chegar ao público escolhido é bem definida. O que sendo construído é o valor de troca na alegria e o *wellfair*, a partir do discurso de uma cerveja que tem a característica de ser fabricada localmente. Assim como os colaborativos, os cervejeiros apresentam algumas características que permitem identificar a criação de um circuito comercial formado pelo sentimento de pertencimento a uma sociabilidade (SIMMEL, 1983) que lhes faz sentido. Um exemplo desta característica é a vivência compartilhada das experiências de negócios retratadas nas figuras 23, 24, 25 e 26 cujo objetivo é criar um laço de parcerias e compartilhamento de estratégias, criando assim melhores perspectivas de negócios.

Foram realizadas duas observações não participantes do Distrito cervejeiro. A primeira foi realizada em novembro de 2019 no circuito de cervejarias no 4º Distrito foram visitados dois destes empreendimentos para melhor entendimento do fenômeno. A observação foi realizada das 21 h às 23 h em uma sexta e um sábado, dias de maior movimentação. A ação consistiu em escolher por conveniências duas cervejarias e as principais percepções disseram respeito a: os ambientes receberam investimento em decoração voltada para dar uma sensação de rusticidade e clima de uma fábrica imaginada nos anos 50; há conforto térmico e ergonômico; a equipe de funcionários parece ter recebido treinamento voltado ao conhecimento sobre cervejas e ressaltar uma qualidade a priori pelo simples fato da fabricação ser local; o público parece ter idade média menor que 35 anos, sem prevalência de gênero e se comporta

de forma descontraída, esperada para um ambiente de bar. Mas a questão que mais chamou à atenção foi aderência à ideia que busca ser construída pelos empresários que vai ao encontro de criar valor no simples fato de oferecer cerveja fabricada localmente. Assim como nos circuitos dos vinhos, pareceu durante a observação que as pessoas mimetizavam também para si, via um autodeclarado conhecimento sobre cerveja, o valor de estar incluído no circuito cervejeiro e fazer parte de uma sociabilidade instaurada a partir de um valor criado sobre a ideia do valor do produto e das pessoas que o fornecem e consomem. Dos cadernos de campo:

As conversas eram um pouco mais baixas que um bar qualquer, as pessoas se sentavam em grupos de diferentes tamanhos, mas não passavam de 6 ou 7 pessoas no máximo. O garçom, antes de servir, falava muito sobre as novidades e as cervejas que iriam ser servidas e as novidades que estavam sendo produzidas. Quando fui atendido, disse que não conhecia sobre o assunto. A funcionária que me atendeu fez questão de mostrar seu conhecimento e falar de diversos atributos do produto. Estes atributos eram ligados a sabor e o caráter exótico dos ingredientes com banana, canela e hortelã utilizados na fórmula da cerveja. Senti-me constrangido em não querer pedir nada tão exótico, mas pedi um menu degustação para tentar perceber o que a garçonete tinha me indicado. Foi me trazido um suporte de madeira no qual era possível degustar até 6 tipos de cerveja em pequenos copos. Durante a observação foi possível perceber que havia no comportamento de algumas pessoas a busca de uma performance superior de desempenho pessoal baseado no conhecimento sobre cervejas. Pensei muito sobre o circuito dos vinhos que têm relação com esta forma que agora se apresenta que é o conhecimento sobre cerveja e que pode agregar valor ao produto na base da criação de um imaginário de sabores e a construção de um conhecimento e de um circuito social de pessoas com este valor ligado às cervejas.

A segunda observação ocorreu no mês de setembro de 2017, quando participei de dois eventos, um denominado “Cerva no Total” e outro denominado “Vem para Rua”. Este tipo de encontro é baseado na distribuição de diversas marcas de cerveja para um público bem diversificado. Quanto às marcas, é muito interessante a criatividade nos nomes e nos rótulos.

O primeiro evento que fui foi realizado no Parque Moinhos de Vento em um domingo à tarde. Assim como as chamadas comidas de rua, o artesanato, os brechós e os biques do desapego, a presença da cerveja é geralmente significativa nos rituais que ocorrem no campo desta pesquisa. Carros peculiares e pessoas que parecem fazer parte de um projeto, muito mais que um simples atendente, são muito observadas em festas de ruas e encontros das pessoas que circulam no 4º Distrito. Novamente nas festas de rua e eventos pude observar e interagir com os atendentes e envolvidos neste circuito comercial. Em algumas observações foi possível perceber

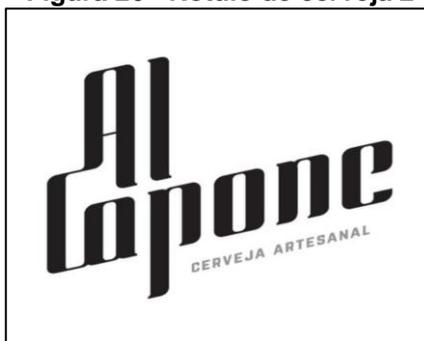
que mais que cerveja, aquele é um discurso sobre ter o próprio negócio com humor, significado de liberdade no trabalho e sinal pessoal de criatividade pela aplicação de nomes e logos particularmente interessantes.

Figura 25 - Rótulo de cerveja 1



Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado das Imagens do Google.

Figura 26 - Rótulo de cerveja 2



Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado das Imagens do Google.

Al Capone faz parte do imaginário do senso comum no sentido de lembrar o filme de Francis Ford Copolla que nos anos 1980 transformou um gangster em um ídolo popular, humanizando traços de extrema violência da máfia italiana e levando o expectador a uma aventura “por dentro” do crime. Pensei que tomar Al Capone, então, não é só tomar cerveja, é muito mais. Este ato faz parte de um discurso sobre ser, estar e participar dos ritos de sociabilidade. É como se fosse “descolado” fazê-lo, faz parte da experiência e da identidade de quem quer viver e conviver desta forma.

Além dos rótulos, do discurso sobre tomar cerveja e ter uma relação identitária com rótulos e carros exóticos, a música também é um artefato muito frequente nestes rituais. Não é incomum que estes festivais ou a simples presenças dos carros com cerveja sejam acompanhadas de música de vários gêneros. O rock é um clássico para estes encontros, tanto com música ao vivo, como mecânica. A atitude “descolada” tem

relação estética e comportamental entre si constitui-se em uma relação identitária e sociabilidade dos frequentadores dos eventos cervejeiros. A frequência destes artefatos nestes rituais e a relação simbólica mantida entre os interlocutores, as cervejas com rótulos criativos, os brechós, a música e as relações que ali se estabelecem, excedem o fato do simples comércio. Estas relações significam para as pessoas conteúdos que se constituem em questões interessantes de pesquisa.

Esta observação, os dados secundários e a entrevista podem contribuir no sentido de entender elaborações discursivas do Estado e dos cervejeiros sobre o 4º Distrito e suas áreas de atuação neste território. Mesmo tendo em comum o nome e a posição geográfica, do ponto de vista dos cervejeiros, o 4º Distrito é uma fonte potencial de geração de valor comercial, que em última instância gera lucro para acumulação e outras gerações de capital. Esta geração de lucro faz parte de uma dinâmica na qual o discurso constrói valor e retroalimenta o ciclo no território em questão.

Diferentemente dos colaborativos, mais ligado à solidariedade em detrimento das relações comerciais, os cervejeiros objetivam criar um arranjo produtivo de restaurantes e bares no qual uma sociabilidade possa ser estabelecida, sendo mais fluída a dinâmica comercial e financeira.

Os arranjos produtivos, diferentemente dos circuitos comerciais, podem ser conceituados a partir de diversos autores como Spink (2001) que fala sobre sinergias e a temporalidade das alianças. Já para Castells (2000) este constructo é uma complementariedade de esforços e competências, sendo, muitas vezes, uma resposta à evolução tecnológica. Embora havendo muitas definições a respeito do tema, a maioria delas aponta para uma união de organizações e empresários que buscam realizar uma ação conjunta e atingir um objetivo comum (FONSECA; MOORI; ALVES, 2005).

Os empresários cervejeiros não colocam em primeiro plano a solidariedade ou os modelos ditos “alternativos” ao capitalismo no seu modelo de vida, mas se consorciam para buscar menores custos e aumentar as receitas. Segundo eles:

Apesar da proximidade e da concorrência reconhecida, afinal, todos trabalham com o mesmo produto, o negócio em comum se tornou uma parceria. Em alguns casos, até amizade. Não é uma concorrência de um puxar o tapete do outro. Volta e meia a gente come churrasco, toma um trago', comenta Fröhlich. Essa cooperação entre as cervejarias faz com que as compras de alguns insumos sejam feitas em conjunto, barateando o frete e

facilitando a distribuição das bebidas, por exemplo. ‘Todos são cervejeiros caseiros que decidiram montar uma fábrica. A gente faz muita compra coletiva. Isso é excelente. Inclusive outras distribuidoras, de outros estados. Para eles o frete também fica mais barato. As empresas são concorrentes, mas são parceiras’, explica Ferraro, da Irmãos Ferraro. Se antes era coincidência, hoje escolher o Anchieta para abrir um negócio no ramo tem uma razão. Parar ali é uma exposição privilegiada no ramo cervejeiro e facilita a interação entre os empresários. ‘Muita gente vem aqui para comprar cerveja e, muitas vezes, tem quem não saiba que há outras na região. Aí eu indico ou o cara vai em outra e é indicado para vir na minha. A gente estimula o pessoal a conhecer as outras cervejarias’, emenda Andreolla, que também nega que haja disputa pela clientela. ‘Quanto mais ele consumir cerveja artesanal, melhor para mim. Se ele entra nesse mundo, é um cliente em potencial’, esclarece.²¹

Não obstante o fato de não se dizerem colaborativos, há associação entre esses empresários construída sobre um discurso no qual são inseridos os termos parceria, amizade, proximidade, não puxar o tapete, comer um churrasco, tomar um trago, cooperação e coletiva (referindo à compra). A escolha desse discurso pode abarcar a utilização da figura de linguagem do eufemismo para falar de um arranjo produtivo local constituído para aumentar a eficiência de um sistema, inclusive com a redução do custo escalar e marginal de transação, regulação de mercado de trabalho e do valor de mão de obra. As reflexões a partir destas diferenças entre formas discursivas entre colaborativistas e empresários, como ilustrado neste capítulo, podem auxiliar a compreender as construções simbólicas que constituem o 4º distrito e os circuitos comerciais que ali se estabelecem.

Ainda sobre o Distrito Cervejeiro, o poder público, além de investir em programas de integração de negócios e ter a intenção de criar um circuito turístico baseado na experiência gastronômica da cerveja, é interessante observar a utilização dos adjetivos sempre superlativos a que se refere ao território em questão. Presente no ato de lançamento da iniciativa, o secretário de Comunicação Social da Prefeitura de Porto Alegre, Orestes de Andrade Jr., lembrou que o Porto Cervejeiro vem para fortalecer uma das **grandes vocações** econômicas da cidade. “Porto Alegre já é o **maior centro** cervejeiro do Brasil, mas ainda precisamos divulgá-lo melhor, valorizá-lo. E temos de fazer isso através da experiência do consumidor”, ressalta, lembrando que a maior parte das cervejarias da Capital se concentram na região do 4º Distrito. “No mundo todo, é muito raro haver um número tão grande de cervejarias em um único espaço, como aqui no 4º Distrito. O Porto Cervejeiro apenas comprova que a **grande força** da nossa cidade vem, mesmo, do empreendedorismo”.²²

²¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/04/com-nove-cervejarias-bairro-de-porto-alegre-e-polo-para-amantes-da-bebida.html>. Acesso em: 3 set. 2020.

²² Disponível em: <http://prefeitura.poa.br/smdc/noticias/porto-cervejeiro-busca-desenvolver-rotaturistica-da-bebida>. Acesso em: 7 dez. 2020.

Após discutido mais este discurso sobre o 4º Distrito, desta vez não os colaborativos, mas os empresários da iniciativa privada, é importante dizer que circuitos e sociabilidades normalmente apresentam contornos mais amplos de inter-relacionamento entre seus integrantes, formando uma sociabilidade.

No entanto, quanto ao funcionamento observado no campo das relações interorganizacionais, estes conceitos são relacionais, isto porque os clientes, as formas de ser e viver e alguns objetivos são comuns no 4º Distrito, tanto entre os colaborativos quando entre os cervejeiros. Mesmo que distintos na construção discursiva, dado que os colaborativos têm narrativas ligadas à solidariedade e os cervejeiros são claros quanto ao seu foco econômico, a linha comum entre ambos pode estar no desejo de ter algum tipo de começo, firmar-se e permanecer no seu mercado, sendo ele circuito ou arranjo produtivo.

Ao lado da atividade econômica, a militância política é construída concomitantemente a todos os encontros de pessoas que circularam e foram observadas no campo de pesquisa aqui em discussão. A seguir, será detalhado um grupo específico que vive o cotidiano da luta pelo poder político: os Pais e Mães pela Democracia.

4.3 OS GRUPOS POLÍTICOS - PAIS E MÃES PELA DEMOCRACIA

De todas as manifestações políticas observadas, como sedes de partidos políticos, carreatas e bandeiras de candidatos penduradas nas janelas das casas do 4º Distrito, os movimentos sociais de esquerda estiveram muito presentes nas minhas observações e os Pais e Mães pela Democracia demonstraram grande interferência não só nas EC, como também nos demais entornos do lócus desta pesquisa.

Dos cadernos de campo:

Era final de tarde, eu havia me dirigido a uma das casas colaborativas porque havia sido convidado para uma dinâmica sobre a afetividade no “Aldeinha”. Um coletivo de cuidados com os filhos dos participantes desta iniciativa. Durante minha observação da dinâmica, comecei a ouvir uma reunião que acontecia perto de onde eu estava que discutia a violência policial. Há pouco havia ocorrido em Porto Alegre um episódio de excesso de força de um grupo de brigadianos contra um grupo de jovens que estavam circulando nas ruas da cidade. O incidente foi amplamente divulgado e chamou à atenção de grupos que relativizam o papel repressor do Estado. O assunto e o comportamento dos integrantes do grupo que discutia a violência policial me chamaram à atenção e logo após o término da dinâmica que eu estava, me aproximei de alguns integrantes. O José, 35 anos, advogado, falou com voz tranquila comigo e por vezes fez um gesto com a mão aberta e mostrando parte do tórax, como se quisesse me acolher e me ensinar sobre o que estavam discutindo. Ele me disse que o grupo era um coletivo que lutava contra o que estava acontecendo no Brasil e estava chegando nas escolas que os filhos deles estavam estudando. Segundo ele, colégios tradicionais pela pluralidade de opiniões como o Rosário por exemplo, estavam sendo cenário de cenas lamentáveis contra professores de história e filosofia que estavam dando aula e abordavam um tópico como a Revolução Russa. Só isso já servia para que alguns pais interpelassem a direção da escola ameaçando tirar os filhos e processar os professores por ensinarem conteúdos ditos de ‘esquerda’, caracterizando assim, segundo estes pais que reclamavam dos professores, ‘aparelhamento ideológico dos professores de esquerda que tinham que ser banidos de todas as escolas’. Esta situação, segundo o José, não tinha nada a ver com política e sim com o ensino de história e o que seria pior, segundo ele, o professor não teria mais autonomia de exercer sua profissão que engloba escolher os conteúdos que ele considera adequados para serem ensinados aos alunos. Ele me convidou para conhecer o site do coletivo e participar de vários eventos que eles estavam promovendo.

A partir deste relato, me inseri nos grupos de discussão eletrônica dos Pais e Mães pela Democracia para melhor entender a forma com este coletivo se coloca frente à política e iniciei uma pesquisa nos dados secundários disponíveis como o site encontrado na rede mundial de computadores.

Um coletivo pode ter seu conceito construído inicialmente pela tradição de Deleuze e Guattari (1996) e atualizado por Escóssia e Kastrup (2005) quando dizem que um coletivo deve ser entendido no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao social, assim como aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos. “Em um coletivo desaparece a equivalência entre coletivo e conjunto ou somatório de pessoas. O coletivo é impessoal e é plano de engendramento dos indivíduos e da sociedade”. (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005, p. 303).

Os coletivos podem se constituir em uma versão atualizadas das organizações partidárias, sindicais e movimentos estudantis nos anos 1960, 1970 e 1980 no Brasil.

Com a ascensão do liberalismo, o desmonte dos sindicatos e o descrédito de alguns partidos de esquerda, os coletivos podem ter sido cooptados por alguns partidos políticos como sua formação de base. Mesquita (2018) afirma que compreendemos os atuais coletivos como herdeiros de uma tradição do movimento estudantil que alia cultura à participação e arte à política.

Mais especificamente o coletivo Pais e Mães pela Democracia em suas redes sociais e trocas instantâneas de mensagens dizem que são indivíduos livres, capazes de pensar, decidir e agir sobre o mundo que os envolve²³. No Facebook, em dezembro de 2020, 18.868 pessoas seguem o perfil da organização e as principais postagens diziam respeito à visão crítica de casos de violências nas escolas, racismo, discussão de gênero e inclusão de populações vulneráveis.

Os movimentos sociais têm seu conceito apoiado nas ações sociais coletivas de caráter social político e cultural que viabilizam formas distintas de organização da população e de expressão de suas demandas. Na ação concreta, essas formas podem se caracterizar por diferentes estratégias que variam desde a simples denúncia, passando pela pressão direta (passeatas, reuniões políticas, mobilizações, marchas, greves, atos de desobediência civil passeatas, concentrações, distúrbios, negociações etc.) e vão até as pressões indiretas, como abaixo assinados e reuniões informais. Na atualidade, os movimentos sociais se organizam em redes que utilizam a tecnologia como suporte. As características dos movimentos continuam, mesmo com as alterações cibernéticas e sociais, sendo identificadas como a busca por identidade, escolha de um opositor, real ou imaginário e a articulação de um projeto de vida ou de sociedade (GOHN, 2008).

Além do “Pais e Mães”, há outros movimentos chamados de identitários, discutindo gênero, por exemplo, como as Batucas que nas redes sociais se autodeclaram assim:

²³ Disponível em: <https://www.facebook.com/MaesePaispelaDemocracia>. Acesso em: 7 dez. 2020.

Figura 27 - Site As Batucas

As Batucas vieram pra ficar!
Contribuir, somar, participar, transformar, aprender, crescer, empreender, brincar. Todos esses verbos são conjugados pelas integrantes de As Batucas - Orquestra Feminina de Bateria e Percussão, um dos primeiros grupos de estudos de percussão exclusivamente para mulheres que surgiu em Porto Alegre. Participando ativamente da efervescente cena de ritmos e batucada, As Batucas surgiram da cabeça de uma mulher à frente do seu tempo, a baterista Biba Meira, uma reconhecida musicista que galgou seu espaço num cenário dominado por homens e que hoje, em grande parte por seu esforço, começa a se transformar.

Aqui diferentes idades, perfis, profissões e interesses se unem por um prazer em comum: o aprendizado dos mais diversos ritmos. Samba, marchinhas de carnaval, ijexá, samba-reggae e coco integram o repertório da Orquestra, que ainda se aventura no rock e afins e mostra clássicos de Beatles, Stones, Bob Marley, Michael Jackson, Caetano Veloso, Amy Winehouse, Henry Mancini, entre outros. Em seus poucos anos de existência o grupo formou várias turmas que aprendem em dias alternados e se juntam em momentos especiais ou apresentações para compor uma poderosa bateria feminina. Atualmente se soma à bateria um grupo de harmonia, com guitarra, baixo, gaita, violino e sopros, transformando As Batucas numa verdadeira big band!

As mestras Biba Meira e Julia Pianta comandam tudo com generosidade e muita sensibilidade, pois ambas possuem experiência com coletivos ou escolas de música e são musicistas preparadas e...

7387126/?...Cft...redas! Ver menos

11 de dezembro às 16:58 - 🌐

Hoje nossa Rede saiu no Jornal do Almoço, numa matéria lindíssima feita pela @isabelvferrari! Obrigada, Isabel, pelo trabalho e pelo carinho!

A matéria completa já está disponível no G1:
<https://g1.globo.com/.../jornal-do-almoco-videos.ghtml>..... Ver mais

REDE BATUCAS SOLIDÁRIAS

As Batucas

Banco do Brasil - 001
Agência 8112 - 4
Conta Corrente 1715 - 9

As Batucas Doações
CNPJ: 36.410.724/0001-50

47 Curtir 7 comentários 24 compartilhamentos

Escreva um comentário...

Autor
As Batucas - Orquestra Feminina de Bateria e Percussão
Nossa Rede continua!!!

Fonte: <https://www.facebook.com/asbatucas>.

Em suas comunicações As Batucas se mostram como mulheres que tocam instrumentos de percussão e dizem, por meio de sua postura, seleção de repertório e letras musicais, o que pensam sobre seu lugar na sociedade e na política.

Figura 28 - Vila Flores recebe carnaval de As Batucas neste domingo



Fonte: <https://www.correiodopovo.com.br/artefenda/vila-flores-recebe-carnaval-de-as-batucas-neste-domingo-1.393852>.

Nas observações realizadas e em pesquisas em fontes secundárias, esse coletivo foi criado pela percussionista Biba Meira como uma banda feminina que tem um forte laço com as mulheres que atualmente estão definitivamente inseridas em todos os mercados e em todos os segmentos da sociedade. O grupo já participou de projetos de rua, festivais e eventos e shows em casas noturnas e outras iniciativas de entretenimento. No entanto, assim como os Pais e Mães, a discussão política é um dos elementos que mais dá identidade a este coletivo. Dos cadernos de Campo:

Estava passando pela Esquina Democrática em janeiro de 2020 e vi uma manifestação com aproximadamente 50 pessoas reunidas. As bandeiras, os discursos e as camisetas remetiam a democracia nas escolas. Parei uns 40 minutos para anotar o que se passava e fazer uma observação não participante, mas como ao estar ali parado, fazendo parte da manifestação, pensei que aquela também era uma observação participante. 'Como são tênues os limites da metodologia científica pensei'. A discussão se dava em torno da autonomia dos professores para o ensino de História, Filosofia e Sociologia. Mulheres de menos de 30 anos, com camisetas de estampas ligadas a outros movimentos sociais, geralmente feministas e homens com aproximadamente a mesma idade se revezavam no microfone de baixa potência ligado a uma caixa de som que não dava conta de ambiente aberto em que estávamos. Estas pessoas estavam paramentadas com bandeiras jogadas em diversos lugares do corpo com ombros e enfeitados com bottons. Ambos estes artefatos eram ligados ao movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexuais e outras identidades (LGBTQI+). Ao tomar a palavra, o que dito era proclamado aos gritos, como também foram outrora feitos os discursos nas portas de fábricas dos anos 1960 e 1970, e que provavelmente tenham feito parte da construção das representações e da cultura que estava incorporada naquele rosto raivoso e no tom de voz animoso de todos os que tomavam a palavra exprimiam. Chegavam para se somar àquela manifestação os Pais e Mães pela Democracia e as Batucas. Os primeiros ficaram um pouco mais afastados e

faziam muitos vídeos e fotos com seus celulares, mas não falaram ao público durante minha observação, percebi uma certa discrição do coletivo. Minha percepção foi que a idade média das pessoas não era a mesma dos movimentos LGBTQI+ e talvez não houvesse convergência total de agenda, ficando somente a participação física como manifestação. Já as batucas chegaram um pouco depois, tocando seus instrumentos de percussão em altura de som muito alta, abafando o frágil e aparentemente improvisado microfone. O movimento se dizia em suas letras e palavras de ordem “para causar”. E conseguiam. As roupas das mulheres percussionistas tinham um colorido vibrante e o discurso por liberdade do corpo era uma das elaborações simbólicas comunicadas por meio de faixas, camisetas, bottons, nos instrumentos e pintados nos corpos das participantes. Elas também não pediram o microfone, somente interromperam por algum momento quem estava, naquele momento, com a palavra. O clima era alguma coisa entre uma festa e uma greve de categoria. Os rostos eram duros, mas os gestos eram de alegria. Braços e instrumentos se soltavam altos no ar como se quisessem ocupar um espaço que ainda precisava ser conquistado. As cores e os corpos pediam para serem notados para se tornar parte da política que ali estava se fazendo ao vivo.

Essa observação pode trazer algumas reflexões sobre outra elaboração discursiva sobre o 4º Distrito.

Diferentemente das EC, do Estado e dosERVEJEIROS, os coletivos de alguma forma são os novos partidos políticos e sindicatos. Esses últimos alterados e desmontados ao longo dos anos ao serem, pouco a pouco, separados da base destas organizações laborais que tinham no trabalho formal sua plataforma de captação e manutenção de sindicalizados. Segundo Antunes (2009, p. 88), a nova morfologia do trabalho:

Compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em relativo processo de encolhimento [...] até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. Nova morfologia que pode presenciar, simultaneamente, a retração do operariado industrial estável de base tayloriano-fordista e, por outro lado, a ampliação, segundo a lógica da flexibilidade-toyotizada, das novas modalidades precarizadas de trabalho, de que são exemplos os trabalhadores de telemarketing e call center, os motoboys que morrem nas ruas e avenidas, os digitalizadores que laboram (e se lesionam nos bancos), os assalariados do fast food, os trabalhadores jovens dos hipermercados etc.

Em última instância, esta nova classe trabalhadora, advinda da nova morfologia de Antunes (2009) não tem condições nem capacidade de articulação por não ter o mínimo de regulamentação. São trabalhadores avulso que prescindem de sindicatos muito menos encontram nos partidos políticos ecos de seus ideais de luta pelo poder. Nesta vacância de um fórum de discussão política, os coletivos se mostram como

instâncias possíveis de discussão de ideias e ação política como manifestações e demais ativismos vistos como “de esquerda”.

Segundo Corzine (1995), o conceito de direita e esquerda advém da Revolução Francesa com o fato que os Girondinos se sentavam à direita do parlamento e os Jacobinos se sentavam à esquerda. Esse conceito de conservar ou viabilizar a mudança no status quo é vigente até os dias atuais nos conceitos da prática e da teoria política.

Considerando esta referência histórica, os atuais movimentos que acreditam que é possível alterar as formas de interação social, com o que chamam maior justiça social, respeito a minorias identitárias, garantia de direitos democráticos e uma infinidade de pautas que alteram algumas relações entre cidadãos, organizações e o Estado, os movimentos que podem ser chamados de esquerda foram captados pelas estruturas de partidos tradicionais e emergentes para que exista novamente uma base militante de atuação. A procura por estes coletivos, diferentes dos sindicatos e grêmios estudantis do passado, é uma alternativa para a construção de uma base popular para as estruturas políticas brasileiras.

Os diversos partidos nacionais estão presentes neste cenário e veem no 4º Distrito um conjunto de organizações que pode estar aberto a estas pautas. A hospedagem de negócios ligados à sustentabilidade ambiental, à reciclagem de materiais, às formas diferentes das indústrias de produção, ao comércio de bebidas feitas artesanalmente, como cachaças e sucos, assim como coletivos de agricultura denominada “orgânica” são, grosso modo, uma forma “diferente” de produzir bens de consumo. Ao contrário da lógica de redução escalar de custos e da produção com baixa atenção a resíduos, sem a observância de fatores humanitários e de justiça social, o coletivo é uma forma de sentar-se do lado de quem concebe a política e poder ter novamente a chance de alterar a ordem estabelecida. Assim, os partidos ligados às pautas que também acreditam poder alterar o poder instituído encontram nos coletivos do 4º Distrito uma potencial base de articulação popular. Mas esta não é uma exclusividade da esquerda, pelo contrário, Castro (2008) diz que a direita sempre cooptou políticos, comprando seus votos nos projetos de interesse do governo. A direita é vista como representante direta dos interesses da elite nacional. Em geral, a autocrítica parece ser absorvida com dificuldade por medo de enfrentarem-se os aspectos indignos do fazer político e que está incrustado do próprio partido de esquerda.

Em um movimento de autoengano (FONSECA, 1997), busca-se preservar uma imagem idealizada do partido e de seus filiados, rejeitando a decepção de parecer ser a outra face de uma mesma moeda. Nesse sentido, percebe-se que a relação com a política, enquanto instituição, demonstra seus conflitos de forma óbvia ou obtusa, seja porque o que se sonha e acredita se constitui, em última instância, uma falácia frente à realidade da política da democracia representativa, seja porque o fazer político sofre limitações no cotidiano de sua prática, tanto pelo perfil das pessoas, tanto pelas estruturas burocráticas que compõem o Estado e grupos de poder.

Para além de uma militância política que gere frutos na disputa pelo poder, o abrigo de coletivo nas EC do 4º Distrito entra nos quesitos de sociabilidade (SIMMEL, 1983) observados em campo. As pessoas do circuito comercial, ao buscar elaborar suas relações interrelações sociais, discursivas e simbólicas, podem entender que abraçar estas causas em seus ambientes de negócio podem estar somando valor ao que ali se constrói. Assim como no caso dos gestos acolhedores e na falada desaceleração em relação ao mundo corporativo, militar na “esquerda” também pode construir discursos que constroem valores ao circuito e as EC do 4º Distrito. Por exemplo, dar espaço às reuniões dos grupos políticos, oferecer instrumentos de comunicação e divulgação de ações políticas e disponibilizar pessoal de organização, cobrando por isso, podem ser a expressão dessa agregação de valor a que me refiro.

Assim como os colaborativos, o Estado, os cervejeiros, os coletivos; há outros discursos sobre o mesmo objeto e um último recorte, acredito, vale à pena detalhar, ele é a visão das incorporadoras de imóveis na região.

4.4 AS INCORPORADORAS: NÓS TEMOS UM PROJETO PARA O 4º DISTRITO!

Na cartografia, imagética ou afetiva, realizada no 4º distrito durante a coleta de dados para esta etnografia, me chamou à atenção as ações das empresas privadas de construção civil no 4º Distrito. A construção discursiva, principalmente a textual, das incorporadoras imobiliárias advém, pela minha observação, de uma (i) questão histórica já bem delimitada por trabalhos na área da arquitetura, do urbanismo e da geografia urbana da cidade de Porto Alegre e (ii) o imaginário que o território tem algo a ser “consertado”, “melhorado ou modernizado”. Como se aquele território se fosse

uma permanente construção de um espaço que deve receber sempre novos equipamentos urbanos que consertariam, melhorariam ou modernizariam ruas, casas e a vida das pessoas. As perguntas pertinentes seriam: consertaria o que? Melhoraria o que para quem? O que é moderno e o que é antigo? Quem determina este tempo? A quem interessa criar um senso de inadequação e um desejo de demolição para que o espaço se abra para uma reconstrução na ordem do interesse das corporações imobiliárias?

Para auxiliar na resposta a estas perguntas, uma pesquisa em dados secundários foi necessária para que esta pesquisa conseguisse localizar o leitor quanto aos elementos que podem explicar o atual discurso desenvolvimentista do território que se encontra no início do capítulo 2 desta tese.

Atualmente, é claro, a diversificação é uma das marcas mais preponderantes, mas ainda é possível ver na arquitetura de quase todas as ruas as características de um bairro industrial típico dos países com as características históricas, econômicas e sociais do Brasil.

É este cenário que as incorporadoras de imóveis intencionam transformar em uma área entendida por elas como revitalizada. Na construção discursiva midiática de uma das incorporadoras, os empresários prometem 147 apartamentos situados na Avenida Guido Mondim, na quadra entre a Ceará e a Paraná, a Praça São Geraldo e que está em obras desde julho de 2019. Além de quadras de futebol e *beach tennis*, a área vai ganhar uma praça de brinquedos em forma de minicidade – o espaço simula uma metrópole, inclusive com "trânsito" para as crianças andarem de bicicleta. Em contrapartida, o empreendimento, por si só, promete a revitalização de um pequeno trecho do 4º Distrito que vai ganhar quatro minipraças e um investimento de R\$ 2 milhões.

Este foi só um exemplo de planos aventados pelos inúmeros empreendimentos que as incorporadoras elaboram discursivamente para o 4º Distrito, quase todos eles contam com reembolsos à comunidade e ao bairro, como se houvesse necessidade de reparar danos por uma entrada não autorizada em um ambiente que se encontra estável e confortável em seu próprio funcionamento. No entanto, na visão das incorporadoras pode estar apontando para um potencial de investimento imobiliário supostamente ainda não explorado e para uma efetiva industrialização do 4º Distrito que ainda não se concretizou, mas que pode, de alguma forma, ser se concretizar via investimento público-privado.

Este imaginário cercado de interesses e fundado em um discurso desenvolvimentista é ainda mais facilitado pela disponibilidade dos mesmos aparatos urbanos que trouxeram as primeiras indústrias no início do século XX, ou seja, boa rede de transporte, proximidade de outros arranjos produtivos e a disponibilidade de uma população que pode, de alguma forma, reduzir custos de transação por morar perto de um “centro”, por mais difícil que seja determinar onde é este “centro” diga-se de passagem. Centro em qual perspectiva? Estas reflexões podem trazer consigo uma série de questões interessantes para compreender as interrelações sociais e discursivas elaboradas para o 4º Distrito.

Apesar de gerar a priori uma elaboração discursiva simbólica que cria um valor, no caso, imobiliário, há a segunda parte da reflexão que propus anteriormente, a respeito do que deve ser consertado, limpo, melhorado ou modernizado no 4º Distrito. Onde nasce esse desejo por alteração do ambiente, sempre no sentido de reconstrução, nova vida no sentido de revitalização ou, em última análise, retirada do sujo, do feio e do velho?

Esta percepção, de que há sempre algo a ser destruído para dar espaço para uma nova construção, surgiu das observações participantes não só dos interlocutores das EC, como também de outros atores a seguir exemplificados. Dos cadernos de campo (entrevistas):

- Morador da Av. Farrapos: Isso aqui assim não dá. Tem que derrubar tudo e construir tudo de novo.
- Colaborativo: Este espaço tem uma magia que podemos sentir no ar.
- Representante do setor público: temos diversos projetos para o 4º Distrito. Há um grande potencial de desenvolvimento econômico e social para a região.
- Agente social de saúde: elas (os travestis) só querem trabalhar. Aqui a gente tem um programa de distribuição de kits de saúde e somos conhecidas de todas.

Durante estas e outras observações, foi possível perceber que o discurso geral sobre o território tem relação com um futuro, um devir sempre a espera em um próximo projeto ou em um trabalho que precise de conexões e articulações coletivas para se tornarem reais. Esta forma de conceber o espaço que se vive é interessante do ponto

de vista das interrelações sociais porque talvez explique as construções discursivas captadas por esta pesquisa. Estas elaborações traduzem um discurso de desconforto quanto ao ambiente público ou em um posicionamento político articulado e que foca nos inimigos do grupo que aquele interlocutor se agremia. Em seguida, ocorre a incorporação desta necessidade de articulação e deste posicionamento político nas representações e simbolismo encontrados nas narrativas que constroem as realidades que serão vividas assim que as ideias virarem ações, negócios, coletivos e intervenções coletivas.

É da imbricação destes diferentes discursos, do colaborativo, do Estado, do cervejeiro, das incorporadoras e muitos outros que é possível compreender, em alguns aspectos, as interrelações sociais e simbólicas e as disputas que constroem os circuitos comerciais (ZELIZER, 2005) e a rede de sociabilidades (SIMMEL, 1983; VELHO, 1980) e que se constituem no que se chama de 4º Distrito em Porto Alegre - RS.

Esta dinâmica geral pode auxiliar com alguns elementos a explicar o argumento central desta tese, ou seja, as Economia Colaborativa no 4º Distrito, além dos elementos de circuito comercial de Zelizer (2005) no que diz respeito à forma, tem na sociabilidade de Simmel (1983) e agora na correlação dos discursos descritos anteriormente (os colaborativos, o Poder Público, os movimentos políticos e as Incorporadoras) mais indícios que podem explicar a construção discursiva, que, em última análise, aumentam o valor de troca dos produtos físicos e imaginários produzidos.

O que se avança, após a apresentação deste capítulo 4, é que é um mesmo fio condutor que ajuda a compreender as interrelações sociais dos grupos; a disputa pelo espaço por meio da luta pela hegemonia do discurso e a consequente construção simbólica da realidade. E esta disputa se dá tanto no nível das falas sobre aspirações coletivas, como é o caso da solidariedade dos colaborativos e da busca por igualdade social dos grupos políticos, como na ação efetiva das incorporadoras na prospecção de financiamento para construção de prédios e demais artefatos urbanos. Esses interesses, em suas essências, são diferentes, mas podem estar se utilizando dos mesmos recursos discursivos para construir os significantes necessários à manutenção e à expansão de seus circuitos comerciais e arranjos produtivos.

Os diferentes discursos destes grupos buscam a hegemonia do discurso (LACLAU; MOUFFE, 1985) e lutam para que sua visão de um bairro “moderno” e “atualizado”, seja a prevalecente perante os ouvidos de seus interlocutores. É dessa dinâmica tensionada de interesses e ações (colaborativos, cervejeiros, grupos políticos, Poder Público, incorporadora de imóveis) sempre de um por vir, de um futuro melhor que o presente que se pode compreender as interrelações sociais, discursivas e simbólicas que constroem, com base em disputa de hegemonia, um circuito comercial e uma rede de sociabilidades denominada 4º Distrito em Porto Alegre.

Nesta busca de compreensão é importante ter o cuidado como pesquisador de situar o foco nem tão de perto que se confunda com a perspectiva muito celular de cada usuário e nem tão de longe a ponto de não se distinguir um recorte tão amplo e abrangente, tornando complexo demais, indecifrável e desprovido da construção de um conteúdo que possa avançar nas discussões teóricas e empíricas (MAGNANI, 2002). Mas para além do “dentro” e “fora” da abordagem de Magnani (2002) é importante interpretar os circuitos das cidades, buscando compreender suas interrelações simbólicas e discursivas, também “de longe”. A etnografia também tem este caráter, o de se inserir como um estrangeiro no cenário urbano, observar, refletir e elaborar teoricamente o que foi registrado para que a intuição de ideias faça seu papel de desvelar realidades ainda não descobertas em outras abordagens de pesquisa.

Após revelar os diversos discursos que fazem parte do circuito comercial do 4º Distrito em Porto Alegre e refletir como eles se incluem nas sociabilidades deste território, é importante avançar e tentar entender que impactos sociais este mosaico de discursos, quando imbricados e atritados constroem na realidade urbana. Estes diversos discursos advindos do colaboracionista, do Estado, dos cervejeiros, dos grupos de luta política e das incorporadoras, como já foi dito, são capazes de gerar práticas discursivas e simbólicas a partir da busca por hegemonia, estes discursos e simbolizações constroem representações e estas balizam as ações das pessoas no cotidiano. Por exemplo, um colaborativo, por acreditar no discurso da solidariedade é capaz de trabalhar gratuitamente, sempre que for possível, em nome de uma causa que manterá viva a ideia de que no 4º distrito existem EC e que não competem entre si e sim se auxiliam na construção de uma sociedade mais justa, mais sustentável e mais humana. Os cervejeiros, por sua vez, por acreditarem que seus clientes têm alto grau de conhecimento sobre a bebida que vendem e que por isso são capazes de

realizar investimentos relevantes em capacitação de seus atendentes para que estes façam parecer aos frequentadores que sabem apreciar os atributos daquela bebida que, simbolicamente, tem maior valor pelo simples fato de ter sido fabricada no mesmo local do consumo. Assim, por diante, o Estado e as incorporadoras também investem forte no que acreditam que poderá vir a ser um o território, comunicando aos demais que ali deve ser diferente, que tudo precisa ser “atualizado”, “modernizado” por mais difícil que seja identificar qual é o limite inequívoco entre o velho e o novo.

Todas estas ações práticas, advindas das representações, constroem a busca hegemônica do discurso em uma forma concreta, não ficando somente no nível das ideias. Elas extrapolam os limites da abstração, determinando práticas, regras morais, de conduta, gerando valores e criando mercados. Os discursos sobre o 4º Distrito, compostos de um mosaico de abordagens em disputa, concretiza um fato social (MAUSS, 2003), ou seja, os que neste território moram, vivem ou passam, entram em um sistema de prestações e contraprestações que engloba e indica a cada membro da sociedade quais são as formas “corretas” de viver o território. Mas essa obrigação não é absoluta na medida em que, na experiência concreta das práticas sociais, os membros da coletividade têm uma certa liberdade para entrar ou sair do sistema de obrigações, optando por continuar ou não acreditando nas representações que foram elaboradas a partir de discursos originados em interesses privados, públicos, de classe, financeiros etc. Em resumo, as EC do 4º Distrito em sua prática, na relação com seus interlocutores locais, constroem fatos sociais que são muito mais concretos que simples ideias e que determinam como as pessoas vivem suas vidas e escolhem como vão gerir seus corpos e recursos.

5 REFLEXÕES FINAIS OU O QUE MOVE UM ETNÓGRAFO ADMINISTRADOR?

Antes de descrever os objetivos desta pesquisa, relacioná-los com a teoria, com os achados de campo, apontar os possíveis avanços que esta tese possa ter realizado, assim como identificar restrições e sugerir novas pesquisas, acredito ser importante falar sobre os porquês das escolhas feitas aqui, principalmente no que se refere ao campo de estudo, relacionando-o ao trabalho do pesquisador etnógrafo, particularmente àquele que também é pesquisador da Administração.

Durante muito tempo me perguntei o que eu estava afinal fazendo neste circuito comercial que me é tão estranho. Os colaborativos são totalmente diferentes de mim em sua forma de vida. Seus passos um pouco mais lentos, seus horários um tanto flexíveis demais, as metas nem um pouco definidas e seu jeito de falar e vestir remete diretamente aos anos 1970. Tudo isso se chocava diametralmente com a realidade que sempre estive imerso. Em minha vida profissional e acadêmica fizeram parte do meu cotidiano desde muito cedo, prazos rígidos, horários extremos de trabalho, responsabilidades relacionadas à geração de resultado que cobrisse meus custos como funcionário, discursos violentos que beiraram o assédio, assim como o peso da manipulação de valores financeiros astronômicos e muita, muita pressa. Essa sempre foi minha realidade, a qual que eu dava como certa e entendia como uma forma normal de vida. Por que eu escolhi um campo que está do outro lado da margem do rio que corre na minha aldeia? Será por que precisava descansar os olhos e o coração um pouco? Ou para me dar conta que há outras formas de ser, viver e trabalhar? Não sabia.

Questionei esses fatos durante muito tempo, mas foi na leitura de uma etnografia clássica, a de Malinowski, *Argonautas do Pacífico Ocidental*, que me dei conta dos motivos que movem um etnógrafo e que podem também ter movido a mim. Guardadas as devidas proporções, o que pode ter levado os clássicos desbravadores originados de culturas chamadas de tradicionais a sair de suas realidades europeias teria sido o estranhamento, mesmo do ponto de vista do colonizador. O ato de observar o outro sem as dicotomias autorreferentes do certo, do errado, do bom, do mau, do limpo ou do sujo (DOUGLAS, 1976) e entender que a outra cultura não é melhor nem pior que a sua, somente diferente, pode ter sido a base para um sentimento que mais tarde seria o de anti-eurocentrismo. Segundo Peirano (2014) a origem do anti-eurocentrismo teve origem no fato da Antropologia historicamente

preferir dividir o mundo em duas pequenas frações do globo. De um lado a Europa e os Estados Unidos e de outro, os nativos possíveis, as “outras” nações, representadas por populações inteiras da Melanésia, Oceania, Ásia, depois África e América do Sul. Estas últimas que, ao mesmo tempo que recusam a expressão “antropologia” por sua conotação de dominante colonial após a independência de seus respectivos países, recuperam a centralidade de Antropologia e o termo “etnografia”. (PEIRANO. 2014).

Quando optei por adentrar em uma observação que durou quase quatro anos nas EC, o que pretendi ver e compreender me ligou de alguma forma a Malinowski, Clifford e Geertz. Para além de uma etnografia que pretendia isentar a posição do pesquisador, enquanto etnógrafo urbano, me incluí no campo e analisei a partir de minhas próprias lentes a realidade do outro, sem culpa. Como diz Rocha (2006), o que muda com a institucionalização da antropologia como ciência social entre os séculos XIX/XX é que os trabalhos publicados passam a considerar a pessoa do antropólogo. Se até esse momento, antropólogo e etnógrafo eram figuras distintas, na contemporaneidade elas se fundem em uma única personagem. É desta fusão que surge antropólogo social ou cultural como o conhecemos hoje. “Um profissional com formação acadêmica e que tem no trabalho de campo um método de pesquisa, a ‘etnografia’ sendo a legitimidade desta conquistada por meio da observação-participante”. (ROCHA, 2006, p. 99).

Desta forma, acredito que consegui, pelo menos em parte, entender os porquês da minha escolha. Sendo mais claro, por ser tão diferente de mim esses lugares de trabalho e forma de realizar de negócios, por isso mesmo talvez tenha me aproximada de uma terra tão distante do meu país de origem, que é o sistema financeiro, e tenha adentrado em um mundo totalmente estranho: o da colaboração. Provavelmente é neste ponto que a atuação do administrador tenha feito sentido e eu tenha encontrado meu lugar no diálogo da Administração com a Antropologia.

Como já foi referido anteriormente, desde os estudos sobre Cultura Organizacional de Schein (1992) nos anos 1970, passando por Robbins nos anos 1980 e chegando aos grupos de Antropologia e Administração, coordenados inicialmente pela professora Neuza Cavedon na UFRGS (dentre muitos outros mundo a fora) a visão da organização, que excedesse a ideia de junção de pessoas por um objetivo comum, veio com muita força no meio acadêmico. Mais que analisar artefatos, rituais ou códigos comuns, o estudo da cultura nas organizações vem buscando compreender robustamente de que forma aquilo que está no imaginário das pessoas

se torna visível no campo objetivo das empresas públicas, privadas e dos demais setores. É instigante pensar o processo pelo qual as representações se transformam em fatos sociais, que por sua vez interferem no modo real que vivemos, trabalhamos, nos relacionamos com bens, serviços, finanças, pessoas e nos comunicamos.

Dito isso, retomo que o objetivo desta tese foi compreender como se dão as interrelações sociais, discursivas e a identificação da criação de valores concretos e simbólicos que constroem um circuito comercial e uma rede de sociabilidades, em forma e conteúdo, denominada 4º Distrito em Porto Alegre – RS. A partir deste objetivo principal e com base nos eixos teóricos principais que foram as (i) sociabilidades de Simmel (1983), (ii) os circuitos comerciais de Zelizer (2005), as (iii) teorias do discurso de Laclau e Mouffe (1985) e (iv) as justificações do capitalismo, principalmente a abordagem do homem de projetos, de Boltanski e Chiapello (2009), foi possível chegar a um argumento central desta tese.

Este argumento foi construído a partir do campo empírico de pesquisa, que foi o 4ª Distrito em Porto Alegre e seu circuito econômico denominado Economia Colaborativa. Também para que este argumento fosse melhor elaborado, as metodologias de análise das culturas, com ênfase na etnografia foram utilizadas como ferramentas científicas, sempre com viés fenomenológico, distante das objetividades e de qualquer pragmatismo, conforme Peirano (2014) indica ser a natureza contemporânea de etnografias urbanas.

Desta forma, é possível inferir que a rede de interrelações sociais observada se dá basicamente pelas sociabilidades. As EC dependem basicamente de sociabilidades e nela obtém o substrato para sua existência na medida que seus componentes, no dia a dia, comungam de sentimentos que os mantêm vivendo juntos e sobretudo desenvolvem uma prática que lhes dá propósito. E é nesta junção do sentimento (conteúdo) e da prática (forma) que as sociabilidades deixam o caminho aberto para a análise das interrelações, da produção discursiva (oral, textual e corporal) e principalmente para a geração de valor entre os colaborativos.

Nestas interrelações há possibilidades e limites. As possibilidades a que me refiro são relativas às interrelações sociais observadas em campo, como as feiras colaborativas, o trabalho não regulado por relações oficiais ou a linguagem típica e aceita por todos como a que identifica quem é quem não é colaborativo. Já os limites podem morar nos interesses dos diferentes grupos de “colaborativos” que vivem embaixo do mesmo conceito de colaboração. Há entre estes diversos grupos

contradições e tensões, mas que em alguns momentos são esquecidos em nome de uma organização maior. Este conceito, que dialoga com a sociabilidade de Simmel (1983) explica algumas interrelações e cria linguagens, heterogenias e homogenias. Segundo o autor, este é o conteúdo que tipifica a sociabilidade, visto que estas interrelações formam uma unidade, mesmo que em tensão, e têm relação com a base de propósito de atuação de grupos sociais. Assim como movimentos sociais latino-americanos, os colaborativos se apresentam como um grupo social heterogêneo, mas que participa segundo pressupostos da importância da ação social coletiva (GOHN, 2008). Essa busca por hegemonia, cria elaborações simbólicas, baseadas na crença que existe um projeto que se diz “novo” e “alternativo” ao atual mundo do trabalho em organizações tradicionais e no mercado imaginado pelo liberalismo e pelas justificações do capitalismo de Boltanski e Chiapello (2009).

Ainda no que diz respeito ao conteúdo simmeliano, que é caracterizado pelo dado concreto e a realidade histórica, o viver junto das sociabilidades também depende de relações objetivas, ou seja, geração de valor econômico em cadeia para que todo o circuito comercial se mantenha financeiramente. Não é somente porque existam sentimentos comuns de solidariedade e um mundo mais justo, o que anima esta sociabilidade, ou que a realidade não se imponha com suas relações de custos, receitas e resultados observáveis na gestão do cotidiano. Estas interrelações concretas e de geração de valor criam campos de tensão no território que colocam de um lado os colaborativos e grupos políticos e de outro as incorporadoras e o Poder Público, ambos em campos de luta, buscando uma hegemonia pelo discurso de qual território ou melhor explicando de qual 4º Distrito, seria o mais adequado sob cada um dos pontos de vista.

Sociabilidades também se dão no conflito conforme Simmel (1983) e Velho (1980). No cotidiano, tensões também são sentimentos comuns que mantêm as pessoas vivendo juntas, sem deixar de ter seu próprio ponto de vista sobre o que é lugar (o bairro desejado) e o não-lugar (CERTEAU, 1998) de passagem e precário da população de rua que é alvo do desejo de gentrificação dos moradores e de acolhimento dos grupos políticos que não moram no bairro, mas lá exercem suas atividades de militância.

Estas interrelações sociais e discursivas não se restringem ao mundo das ideias, elas extrapolam os limites dos significados e significantes (SAUSSURE, 1987; LACLAU; MOUFFE, 1985) e são vividas nos corpos dos colaborativos, criando uma dinâmica que resulta pelo menos duas proposições:

- a) A primeira é que o *embodiment* da colaboração que precisa de corpos adaptados ao discurso de solidariedade, e que mantém as sociabilidades, principalmente no que diz respeito à proposição de forma. Estes corpos socializam aos demais qual é a forma do discurso que está na busca por hegemonia, que no caso é a colaboração em detrimento da competição no território do 4º Distrito. O corpo-discurso. Esta análise do *embodiment* pode esclarecer os questionamentos do objetivo específico “c”. Já com relação ao atendimento do objetivo específico “b”, os olhares dos poderes públicos, os empresários não colaborativos e as incorporadoras interessadas em acumular capital enxergam nestes corpos seus opostos e por isso também disputam com suas armas e forças o mesmo território, buscando também hegemonia, na medida que também elaboram discursos nos quais constroem e legitimam seus valores concretos e simbólicos.
- b) Esta disputa resulta em uma segunda proposição. O discurso de colaboração, cria um valor em si, mesmo que objetivamente somente mude a forma de pensar, negando a vitória de somente um em detrimento da conquista de todos, o que é a própria sociabilidade de Simmel (1983). Este valor aparece para um possível público disponível ao consumo com um agregado aspiracional de um novo mundo possível, no qual seremos menos velozes, menos consumidores e menos infelizes. O encontro deste movimento dinâmico pode atender aos objetivos descritos no objetivo específico “d” e tem relação com o conceito de conteúdo de Simmel (1983).

No entanto, contraditoriamente, o que se pode perceber no campo, foi que ao se tornar algo relevante, ao realizar ações com maior interferência na vida das pessoas, como nas grandes feiras ou encontros colaborativos, nos quais também o público disposto a pagar por estes valores lá está, a Administração cotidiana dos colaborativos não dá conta dos desafios da gestão do mundo no qual todos estamos inseridos e, conseqüentemente, os dilemas vêm à tona, como retorno à prática,

digamos, “tradicional” de gestão por processos, à concentração do poder decisório sobre o negócio e ao declínio de algumas iniciativas frente à objetividade da gestão de recursos, tão negada no imaginário da colaboração e nas sociabilidades advindas dela. É como uma respiração, contrai e expande.

Os colaborativos, mesmo que contenham dentro de si grupos que não comungam totalmente dos significados compartilhados, se interrelacionam diretamente com os grupos políticos que convivem no território estudado na medida que criam outras sociabilidades entre si. Esta sociabilidade se apresenta na forma da busca de uma solução para que todos vivam juntos, agrupados sob um sentimento que os liga, no caso os colaborativos e grupos políticos, uma aspiração quase utópica de construir um mundo mais justo econômica e politicamente. Já o Poder Público e as incorporadoras imobiliárias, vivendo em mesmo território, expressam a “outra margem” da sociabilidade visto que não comungam dos mesmos sentimentos que movem os colaborativos. Ao contrário, se colocam em sua lógica financeira e de resultados ligados ao capital, contrapondo a visão utópica de um mundo mais colaborativo.

Em um diálogo entre as teorias escolhidas como eixos desta tese, é possível dizer que as interações aqui em compreensão se dão nesta dinâmica, na qual todos estão convivendo, cada um movido pelo seu sentimento de grupo, mas ainda sim dando sentido um ao argumento do outro, compartilhando e dividindo uma forma de viver a partir do mundo que deveria ser construído naquele território. Esta dinâmica inicia no que mantém o grupo vivendo sob uma rede de socialidade (SIMMEL 1983), que constitui um circuito comercial (ZELIZER, 2005) cujo discurso, textual, linguístico (LACLAU; MOUFFE, 1985) ou corporal (CSORDAS, 1988), gera um valor simbólico e concreto que retroalimenta a sociabilidade na medida que ocorrem e que são compreendidas as interações sociais e dinâmicas das diversas organizações que convivem no âmbito do 4º Distrito e para além de seu território.

Tanto no Poder Público com nas incorporadoras, nas quais as contradições e lutas pelo poder estão mais explicitamente evidentes, como entre os colaborativos também há limites e entraves à visão compartilhada dos recursos na busca da solidariedade. No cotidiano das sociabilidades de Velho (1980) é importante observar os sinais que corriqueiro do dia a dia aparecem inequívocos. A crise sanitária trazida pela pandemia de COVID-19 no ano 2020 exacerbou estes sinais. Durante a tragédia, o sonho por vezes sucumbe. É possível ser colaborativo até o momento que os

recursos privados e públicos ainda existem e permitem aspirar um novo mundo. As referências às despedidas, o fechamento de partes do circuito comercial e os que, apesar de tudo, se mantiveram na colaboração, descritas anteriormente nas falas dos colaborativos, revelam muito sobre estas interrelações. Uma atualização sobre esse assunto está no apêndice A desta tese.

Talvez a possibilidade de ainda gerar valor, mesmo em crise, pode manter algumas partes do circuito em funcionamento. Esta possibilidade de se manter e não conseguir colaborar para que outros não se extinguem expõe alguns limites da colaboração que vêm à tona quando determinados recursos ficam escassos e a lógica do negócio tradicional se impõe via realidade.

Desta forma, este argumento central, ou estes argumentos centrais, buscam avançar na teoria, principalmente para a Administração, na medida em que:

- a) Aumentam a interlocução entre a Administração e a Antropologia. As sociabilidades podem ter sido neste texto um eixo central que auxilia compreender as interrelações sociais, discursivas e os valores concretos e simbólicos que constroem um circuito comercial e uma rede de sociabilidades denominada 4º Distrito em Porto Alegre - RS,
- b) Outro campo empírico, as EC no 4º Distrito, foi analisado pelas teorias dos circuitos comerciais e as justificações do capitalismo, o que descortina algumas questões discursivas de valores construídos para obtenção de maior valor para um mercado disponível e
- c) Finalmente, as teorias do *embodiment* e do discurso ganham outro estudo que pode ser capaz de agregar pontos de vista mais abrangentes e dialógicos, como é o caso do corpo em organizações não comerciais, em alinhamento teórico com Flores-Pereira, Davel e Cavedon (2008) e a busca pela hegemonia e pelo poder, em comunidades que se dizem colaborativas.

Essa pesquisa, como todas, tem restrições que se apresentam na mesma proporção das oportunidades de novos olhares, sob outras perspectivas teóricas e que podem ser experimentadas nos mais diversos campos empíricos. Além disso, as questões de validação dos dados qualitativos apregoadas principalmente por Denzin e Lincoln (2005) podem ser mais bem exploradas, principalmente com a ideia de voltar ao campo e conversar com os colaborativos sobre a centralidade do argumento aqui

apresentado, buscando seus pontos de vista e reações a respeito do que foi concluído. Esta etapa não foi realizada em função de questões práticas, como a restrição de prazos e os cuidados sanitários impostos pela epidemia de COVID-19 que estamos enfrentando no ano de 2021.

Além disso, como sugestões de novas pesquisas a partir das lacunas desta, fora do Brasil há outros ambientes colaborativos como a rede FX Factory Lisboa, Portugal, e as mais diversas iniciativas latino-americanas e europeias de colaboração e trabalho conjunto. Estes novos campos certamente vão revelar outras disputas, outros enfrentamentos e outros circuitos comerciais. O que foi abordado nesta tese tem uma forte restrição no que tange ao campo de pesquisa, somente Porto Alegre, e de amostra populacional, por isso, merece um número maior de abordagens dado que este imaginário de colaboração, como foi descrito em toda esta pesquisa, efetivamente cria uma realidade, um mercado e valores baseados em fatos sociais. Além disso, o *embodiment* como proposição formal das sociabilidades em EC com uma pesquisa mais ampla e aprofundada teórica e empiricamente pode ser uma sugestão para a produção de outros textos que melhor expliquem o papel do corpo nas diversas organizações.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael; HASSARD, John; ISLAM, Gazi. I shot the sheriff: irony, sarcasm and the changing nature of workplace pesistance, **Journal of Management Studies**, Hoboken/New Jersey, v. 55, n. 8, p-1452-1487, July 2018.

ALMEIDA, Daniel B. de Castro; JAYME JÚNIOR, Frederico G. Bancos e concentração no Brasil: um estudo com dados em painel para os Estados (1995-2004). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Ri de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2007.

ALMEIDA, Doris; FLORES-PEREIRA, Maria Teresa. As corporalidades do trabalho bailarino: entre a exigência extrema e o dançar com a alma. **RAC Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, art. 5, p. 720-738, nov./dez. 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

AUGÉ, Marc. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papius, 1994. Tradução de: Maria Lúcia Pereira.

BELK, Russel. Sharing. **Journal of Consumer Research**, Chicago, v. 36, n. 5, pp. 715-734, Feb. 2010.

BELK, Russel. Why not share rather than own? **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, Philadelphia/USA, v. 611, n. 1, p. 126–140, 2007.

BELK, Russell. Sharing versus pseudo-sharing in web 2.0. **The Anthropologist**, London, v. 18, n. 1, p. 7-23, July 2014.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando *et al.* Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. **RAE Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 10-18, jan./mar. 2009.

BENSAID, Daniel. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX-XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOTELHO, Antônio José Junqueira; DIDIER, Daniela; RODRIGUEZ, Martius Vicente y Rodriguez. Impulsionando o take-off da inovação no Brasil: o investidor anjo. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: EnANPAD, 2006.

BOTSMAN, Rachel; ROGERS, Roo. **What is mine is yours**: the rise of collaborative consumption. New York: Harper Business, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand do Brasil, 1989.

CAMARGO, Fernando Monteiro. Primeiro “caderno de campo”: uma experiência etnográfica na Festa do Divino de Piracicaba. **Ponto Urbe Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, [Online], dez. 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1384>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.

CAVEDON, Neusa Rolita. **Antropologia para administradores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CAVEDON, Neusa Rolita. O método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional: implicações positivas e negativas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. São Paulo: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHIESA, Carolina Dalla; FANTINEL, Leticia Dias. Quando eu vi, eu tinha feito uma etnografia: notas sobre como não fazer uma “etnografia acidental”. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 8., 2014, Gramado. **Anais [...]**. Gramado/RS: EnEO/ANPAD, 2014.

CORZINE, Phyllis. **The French Revolution**. California: Lucent Book, 1995.

CROSSLEY, Nick. Body-subject/body-power: agency, inscription and control in Foucault and Merleau-Ponty. **Body and Society**, London, Thousand Oaks and New Delhi, v. 2, n. 2, p. 99-116, June 1996.

CSORDAS, Thomas J. Embodiment as a paradigm for anthropology. **Ethos: Journal of the Society for Psychological Anthropology**, Hopewell/Virginia, v. 18, n. 1, p. 5-47, 1988.

DEBERT, Guita Grin. O desenvolvimento econômico acelerado no discurso populista. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 8, out. 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). **The sage handbook of qualitative research**. 3th ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, maio-ago. 2005.

FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global Universitária, 1987.

FISCHER, Rosa Maria. Pondo os pingos nos is sobre as relações de trabalho e políticas de administração de recursos humanos. *In*: FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Processo e relações do trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1987.

FLORES-PEREIRA, Maria Tereza; DAVEL, Eduardo Paes Barreto; ALMEIDA, Dóris Dornelles de. Desafios da corporalidade na pesquisa acadêmica. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 194-208, jun. 2017.

FLORES-PEREIRA, Maria Tereza; DAVEL, Eduardo Paes Barreto; CAVEDON, Neusa. Drinking beer and understanding organizational culture embodiment. **Human Relations**, Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, v. 61, n. 7, p. 1007-1026, 2008.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. **Autoengano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Gislaíne Moraes da; MOORI, Roberto Giro; ALVES, Mário Aquino. A cooperação intersetorial (Empresas privadas e organizações do terceiro setor): uma visão baseada em valor. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: EnANPAD, 2005.

FONSECA, Paulo Cezar Dutra. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3 (40), 425-447, dez. 2010.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Revista Sociedade & Estado**, Departamento de Sociologia - UnB, Brasília, v.14, n.1-2, p. 243-75, jan./dez. 2001.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Coleção passo-a-passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2007. 72 p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HAMARI, Juho; SJÖKLINT, Mimmi; UKKONEN, Antti. The sharing economy: Why people participate in collaborative consumption. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, Hoboken, Nova Jersey, v. 67, n. 9, p. 2047-2059, Sept. 2016.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

INGOLD, Tim. Antropologia versus etnografia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 222-228, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em: 5 maio 2018.

LACERDA, Carlos César de Oliveira; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar: conflitos sociais no organizar do espaço urbano e a luta pela significação entre discursos e [r]existência. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 27, n. 95, p. 787-819, dez. 2020.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy**. London: Verso, 1985.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEES, Loretta, SLATER, Tom; WYLY, Elvin. **Gentrification**. Londres: Routledge, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

MAIA, Rousiley C. M. Sociabilidade: apenas um conceito? **GERAES Revista de Comunicação Social**, Belo Horizonte, n. 53, p. 4-15, 2001.

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCUS, George E. **Ethnography through thick and thin**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1998.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MASCARENHAS, André Ofenhejm. Etnografia e cultura organizacional: uma contribuição da antropologia à administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 88-94, abr./jun. 2002.

MATTAR, Leila Nesralla. **A modernidade em Porto Alegre**: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais em área do 4^o. distrito. 2010. 189 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 33-55, 2007.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: _____. Marcel. **Sociologia e antropologia**. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo. Cosac Naify, 2003.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 81, p. 179-207, 2018.

MURILLO, David; BUCKLAND, Heloise; VAL, Esther. When the sharing economy becomes neoliberalism on steroids: Unravelling the controversies. **Technological Forecasting and Social Change**, Amsterdã, Holanda, v. 125, p. 66-76, Dec. 2017.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PEREIRA, Álvaro Luís dos Santos. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Revista Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 307-3028, nov. 2014.

PETICCA-HARRIS, Amanda; DEGAMA, Nadia; RAVISHANKAR, M. N. Postcapitalist precarious work and those in the 'drivers' seat: exploring the motivations and lived experiences of Uber drivers in Canada. **Organization**, London, England, v. 27, n. 1, p. 36-59, 2020.

REINHARDT, Bruno M. N. A dádiva da teoria: epistemologia e reciprocidade no circuito do "dado" antropológico. **Campos - Revista de Antropologia Social**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 135-157, 2006.

ROCHA, Gilmar. A etnografia como categoria de pensamento na antropologia moderna. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 99-114, 2006.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 166-173, ago. 2009.

SANTOS, Elinaldo Leal; SANTANA, Wesley Gusmão Piau; PIAU, Deise Danielle Neves Dias. Reflexões sobre os rumos da administração política. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 35., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2011.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Reginaldo Souza; RIBEIRO, Elizabeth Matos; SANTOS, Thiago Chagas Silva. Bases teórico-metodológicas da administração política. **RAP Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 919-941, jul./ago. 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 1987.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHEIN, Edgar Henry. **Organizational culture and leadership**. 2. ed. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1992.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de plataforma**: contestando a economia do compartilhamento corporativa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia Literária, 2016.

SCHOR, Juliet B. *et al.* Paradoxes of openness and distinction in the sharing economy. **Poetics**, Amsterdã, Holanda, v. 54, p. 66–81, June 2016.

SILVA, Hélio. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, 2009.

SILVA, Tania Nunes da; GUESTA Lílian Caporlândia. Cooperativas de trabalho, alternativa ao desemprego ou fachada: a percepção de alguns de seus stakeholders. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2007.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo. Editora Ática, 1983.

SPINK, Peter. **Parcerias e alianças com organizações não estatais**. São Paulo: Instituto Polis, 2001.

VACLAVIK, Marcia Cristiane; MACKE, Janaína; ANTUNES, Elaine Di Diego. Confiança e capital social na economia compartilhada: trazendo a discussão para a perspectiva de relações de trabalho. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 42., 2018, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: EnANPAD, 2018.

VACLAVIK, Marcia Cristiane; VIEIRA, Carlos Roberto Santos; ANTUNES, Elaine Di Diego. O trabalho nas novas economias: discutindo conceitos e possibilidades de pesquisa. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 42., 2018, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: EnANPAD, 2018.

VAN MAANEN, John. **Representation in ethnography**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. *In*: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VERGARA, Sylvia Constant; CALDAS, Miguel Pinto. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **RAE Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 66-72, out./dez. 2007.

VIEIRA, Carlos Roberto Santos; ANTUNES, Elaine Di Diego. O trabalho nas economias colaborativas: a precarização e o discurso da glamourização. *In*: GUILHERME, Willian Douglas (Org.). **A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 4**. Ponta Grossa: Atenas Editora, 2019. p. 236-242.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. Tradução de: Angela Ramalho.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: EdUnB, 1991.

ZELIZER, Viviana A. Circuits within capitalism. *In*: NEE, Victor; SWEDBERG, Richard (Eds.). **The economic sociology of capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 2005. p. 289-322.

APÊNDICE A - ETNOGRAFIA DAS ECONOMIAS COLABORATIVAS DO 4º DISTRITO EM PORTO ALEGRE – O ANTES E O DEPOIS DA PANDEMIA DE COVID-19

Este capítulo visa atender ao objetivo específico relativo à utilização do método netnográfico para auxiliar a compreender interrelações sociais, discursivas e simbólicas que constroem um circuito comercial e uma rede de sociabilidades denominada Distrito Criativo em Porto Alegre das EC do 4º Distrito²⁴.

O objetivo deste artigo foi, por meio da análise cultural das manifestações mediadas por computador de uma comunidade colaborativa de Porto Alegre – RS, compreender de que forma os componentes desta iniciativa entendem suas relações com o trabalho e a própria colaboração.

A partir da comunicação pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 que o mundo estava entrando na fase de pandemia de COVID-19, houve a continuidade das observações participantes das EC do 4º Distrito em Porto Alegre, só que utilizando, por razão metodológicas e sanitárias, o método netnográfico. As formas de coleta de dados, análise de conteúdo, categorização e considerações estão descritas como uma seção extra no final do texto original do artigo aqui demonstrado de forma adaptada. Esta opção pode ser importante dada as radicais transformações que a pandemia impôs a todas as esferas sociais e econômicas, o que não seria diferente nem menos radical nas EC do 4º Distrito.

Quando da elaboração desta pesquisa, o tema Relações de Trabalho (RT) ainda preponderava nas minhas pesquisas como constructo teórico em meio às teorias antropológicas e a metodologia etnográfica, trazida para as Redes Sociais. Com o amadurecimento da minha formação, a realização de outras pesquisas, as publicações em periódico, participação em Congressos e principalmente a defesa do Projeto de Pesquisa em setembro de 2019, na qual as considerações da Banca foram decisivas, houve a percepção que o tema RT permeava toda a pesquisa, mas que *a priori* não se constituía um eixo temático. O trabalho e suas relações não haviam emergido do campo com suficiente força durante as observações e o fazer

²⁴ Esta seção foi construída a partir de um artigo aprovado e apresentado no Seminário de Administração da Universidade de São Paulo em 2019. O artigo está nos anais deste Seminário e a apresentação oral foi realizada dia 11 de julho 2019. As observações da banca examinadora do SEMEAD/2019 já estão incluídas no texto, assim como as atualizações a respeito da epidemia de COVID-19 decretada pela OMS em 11 de março de 2020.

etnográfico. Esta força foi percebida em relação aos outros elementos que estão agora discutidos nesta tese.

No entanto, como este capítulo traz um artigo produzido antes da apresentação do projeto, o tema RT ainda está presente, o que não diminui em nada, a meu ver, a totalidade do alinhamento teórico da pesquisa. Muito antes pelo contrário. A presença das teorias e análises das RT pode mostrar ao leitor os caminhos percorridos por um trabalho longitudinal, realizado numa operação “de fôlego” ocorrida em quase três anos de estudos teóricos e vivência etnográfica e netnográfica de campo.

O nome original do artigo apresentado foi “Salvamos a Vida do Alemão: Uma Netnografia Possível (e Doce) sobre uma Comunidade de Economia Colaborativa em Porto Alegre - RS.

INTRODUÇÃO

Desde o surgimento dos modos contemporâneos de produção e acumulação de capital, a sociedade ocidental vem em constante transformação na busca de enfrentamentos para suas próprias contradições. A estrutura de receitas e custos, a melhoria dos processos, a comunicação e as relações de trabalho, em todos os âmbitos, já estão amplamente estudadas na história da Administração e suas fases têm características que expressam, dentre outros agentes, o espírito do seu tempo. Enquanto no século XIX, leis trabalhistas e registros contábeis eram ainda impensados, na contemporaneidade a virtualização e o papel do humano na organização são temas centrais do debate científico, social, acadêmico e empresarial.

Na busca de produzir mais um elemento neste debate, o presente trabalho tem o objetivo de, **por meio da análise cultural das manifestações mediadas por computador de uma comunidade colaborativa de Porto Alegre - RS**, compreender de que forma os componentes desta iniciativa entendem **suas relações com o trabalho e a própria colaboração**. A netnografia, este método, novo ainda e sob o olhar atento dos cientistas sociais, pode auxiliar nesta compreensão cujas pretensões, de viés analítico, é interpretativista. A questão problema deste trabalho é povoada por questionamentos metodológicos e principalmente teóricos, que tornem possível relacionar **o trabalho, a cultura e a colaboração** como meio de geração de renda, **mas antes de tudo um modo de ser e viver**. Esta forma *sui generis* de viver a vida,

a colaboração, construiu crenças, pensamentos e artefatos que estão expostos nas próximas páginas deste primeiro exercício netnográfico.

Diversas podem ser as importâncias deste estudo, desde a compreensão das novas formas econômicas advindas do novo espírito do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), passando pela necessidade de qualificar as definições teóricas de relações de trabalho visto que a diversidade de olhares aliada à utilização sinonímica do termo, sem levar em consideração os diferentes contextos, dentre eles a emergência de novos arranjos, abordagens e tempo histórico de quando emergem, e ainda, às variadas situações de trabalho verificadas na atualidade, como a colaboração por exemplo, têm contribuído para a complexidade na abordagem das Relações de Trabalho. Além disso, novos métodos de pesquisa, como a netnografia mais adiante explorada podem contribuir para aumentar o repertório das formas de abordar as relações de trabalho e as novas realidades contemporâneas.

O leitor encontrará, ao término da leitura, não uma categorização ou uma indicação de novas teorias de relações de trabalho (RT) e sim uma compreensão subjetiva a partir de minha observação do campo, perpassada pelo estudo teórico. Os cadernos de campo, apesar de serem eletrônicos, não me impediram de buscar no olhar das fotos e nos *emojis* das mensagens instantâneas a seguir descritas e interpretadas uma visão da cultura desta comunidade que se comunica virtualmente, apresenta crenças e artefatos que tipificam modo único de ser, viver e principalmente trabalhar desta comunidade colaborativa.

Este estudo inicia com a fundamentação teórica, seguida do percurso metodológico e se encerra com as considerações sobre uma possível relação entre a colaboração e as novas formas de acumulação de capital.

Revisão Teórica e Reflexões sobre Cultura e Relações do Trabalho

As origens dos estudos de culturas advêm da expansão europeia do século XVII nas buscas de novos mercados, cujas expedições marcaram a história e a construções dos primeiros conceitos de estranhamento cultural. Para buscar este conceito de cultura, talvez seja precavido, em função das dimensões do assunto e da limitação do presente estudo, referenciar as ideias dos primeiros e mais clássicos etnógrafos como Geertz (1978). O autor afirma que o conceito de cultura está alinhado ao pensamento de Max Weber, quando dizia que a cultura é uma teia de significados

e suas análises, ou seja, um movimento afastado dos métodos experimentais e positivos e aproximado do interpretativismo. Com este conceito sedimentado na sua teoria e que lhe dá base aos seus estudos, Geertz (1978) diz que a etnografia é uma prática que estabelece relações, seleciona informantes, transcreve textos, levanta genealogias, mapeia campos e cria diários, dentre outras atividades que visam interpretar as culturas. Em um de seus trabalhos mais conhecidos, “Um Jogo Absorvente: notas sobre a Briga de Galos Balinesa”, ao final do texto o autor adverte que as brigas de galo, os rituais religiosos e as segregações sociais construídas por aquele povo, não explicam totalmente as práticas de viver da população estudada. “A cultura de um povo é um **conjunto** de textos, eles mesmos conjuntos, que o antropólogo tenta ler por sobre os ombros daquele a quem eles pertencem”. (GEERTZ, 1978, p. 78).

Para outros estudiosos clássicos da Antropologia Social, ciência que estuda o homem de todos os tempos e tipos, com menos foco no conceito de cultura e mais um olhar sobre a construção de uma técnica etnográfica, já circunscritos na área de Administração, Cavedon (1999) diz que um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom senso e intuição psicológica.

Nos estudos aqui referidos, o conceito de cultura apresenta diversos recortes, como pesquisas sobre a cultura popular, indígenas, circuitos, cartografias, sociabilidade (SIMMEL, 2006) etc. Uma destas abordagens específicas é a cultura do trabalho e que utiliza o método etnográfico como escolha. Um destes trabalhos é Eckert e Rocha (2005) que organizaram diversos olhares sobre o trabalho por meio da compilação de um conjunto de etnografias que elegem o tempo e a organização da cidade como substrato de discussão. Nesta obra, as autoras, após uma consistente historiografia da urbanização e industrialização brasileira, afirmam que atualmente a heterogeneidade e desigualdade são elementos constitutivos da paisagem urbana e que remetem a experiências de movimentos sociais que, do formal, se articulam para a formação de carência coletiva. Estes tempos idiossincráticos, desestruturados do que se chamava de trabalho formal, agora com a crise fazem emergir novas modalidades de trabalho com a mesma velocidade e sofisticações da informalidade. Este cenário todo, segundo as autoras, nos leva a um quadro globalizado neoliberal de reestruturação produtiva, desregulamentação e precarização social. Todo este

quadro pode ser um desdobramento do capitalismo financeiro e suas consequências na flexibilização e na desregulamentação do mundo do trabalho, radicalizadas depois da década de 90.

As novas formas de organizações econômicas como as Economias Criativas, solidárias e, no caso específico deste estudo, as Economias Colaborativas surgem da necessidade de enfrentamento das novas formas que o capitalismo vem desenvolvendo para se manter como principal elemento organizador da sociedade ocidental. As ideias de Boltanski e Chiapello (2009) podem nos dar os caminhos necessários a esta compreensão.

Este “espírito do capitalismo”, segundo os autores, advém da obra de Max Weber que em sua obra diz que deve haver um motivo moral muito forte para que um indivíduo, não detentor dos meios de produção, se engaje neste sistema. Para ele, preceitos religiosos, principalmente protestantes elevaram o trabalho a um valor social e um ação do sujeito capazes de torná-lo alguém digno e valoroso para a sociedade. Por isso, sua luta por diariamente fazer o seu dever. Para Boltanski e Chiapello (2009), o espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com elas. Em outras palavras, a justificativa para o lucro legitima atos administrativos que colocam o ser humano em um patamar de simples engrenagem do sistema que precisa funcionar, sob pena de colapso de toda a sociedade e o modo competitivo de viver. Inclusive, esta acumulação é solicitada e desejada pelo consumidor (fonte do lucro) que sempre opta por preços mais baixos e serviços de melhor qualidade. Sendo caracterizado, o assalariado culpado pela existência do lucro que o explora.

Sem entrar no mérito total da obra de Boltanski e Chiapello (2009), para este estudo é importante destacar uma ideia que pode explicar em parte o fenômeno das novas Economias, sua cultura e forma de trabalho. Para além das justificações empresariais, há motivos pessoais para que novas formas de acumulação de capital sejam incrementadas ao longo do desenvolvimento capitalista. Algumas destas novas formas respondem às críticas às grandes empresas e colocam ao indivíduo, oportunidades alternativas e motivações atraentes e “estimulantes” como justificativas para criação destas novidades que estão emergindo na contemporaneidade. O empreendedorismo, a criação, as cooperações e a própria colaboração aqui estudada podem se caracterizar formas de acumular capital ao mesmo tempo que mantém seus

trabalhadores como que em contraposição à ordem capitalista, além dos fenômenos de reestruturação do trabalho formal o que os autores chamam de “cidades por projeto”.

Em outras palavras, colaborar pode também ser uma face de uma nova Economia nascente, que tem sua forma própria de trabalho, caracterizada pela falta de contrato, desestruturação da decisão, docilidade, comunicação calorosa e modo de organizar híbrido (MEIRA; COSTA; ICAZA, 2016).

Desde os primórdios do trabalho na sociedade, como os estudos brasileiros sobre este assunto, a Antropologia Social vinha se focando na tensão entre classes e a interpretação das formas de viver e trabalhar do operariado. Mas já nos últimos anos, as mudanças no capitalismo e no mundo do trabalho vêm produzindo consequências sociais impossíveis de serem ignoradas. Fenômenos de mercado, mercantilização e financeirização passam também a reforçar a necessidade de novas abordagens de pesquisa. Na contemporaneidade, quando o capitalismo se mostra sob aparências revigoradas, as alterações na ordem econômica e social nos levaram os pesquisadores a procurar desconstruir e dessubstanciar categorias tão carregadas de significados como as de “classe trabalhadora” por meio da análise da sua construção social, histórica e intelectual, dando-se importância também à análise dos mediadores associados àquelas classes (LOPES, 2013).

De certa forma, o trabalho pode ser visto de forma mais ampla, desde as fronteiras da informalidade urbana até novas formas de profissionalização de atividades anteriormente vistas como de “lazer”. Toda a diversidade de aspectos de processos sociais envolvendo o trabalho, das transformações da atividade laboral familiar camponesa, artesanal, do mineiro ou do pequeno comércio, até o trabalho industrial entra no campo de interesse de tal categorização. Novas temáticas como as relações entre família e trabalho podem se constituir em um outro eixo de reunião de resultados de pesquisa, assim como a relação com o “lazer”, que vai desde o trabalho subsidiário, ou a bricolagem, o trabalho doméstico, até atividades religiosas, esportivas ou de cultura popular. Mais especificamente quanto ao objeto central do presente estudo, serão abordadas não só as formas as relações clássicas de trabalho formal, como também as outras formas de relação entre o trabalho e a geração de renda e organização dos trabalhadores (LOPES, 2013). O empreendedorismo, a criatividade, as cooperativas e a colaboração são alguns exemplos, destas manifestações contemporâneas das RT, que podem se constituir um enfrentamento

às mudanças no mundo do trabalho em decorrência das alterações da ordem capitalista.

Em nome de alguns esclarecimentos teóricos, o presente estudo dialoga com as teorias de relações de trabalho (RT) cujo conceito é dinâmico e tem relação com o momento político, ideológico e social de cada sociedade. No Brasil, um conceito fundamental de RT é o de Fischer (1987), que para além da denúncia do antagonismo estrutural entre as classes sociais, pode se constituir (as RTS) na forma específica de interação entre agentes sociais que ocupam papéis opostos e complementares no processo de produção econômica.

No entanto, com a evolução das relações entre capital e trabalho e as mais recentes configurações da tecnologia (uberização, por exemplo) e das relações sociais, outros autores, como Santos e Helal (2016) propõem um olhar das RT com uma lente relacional, buscando compreender que é a interação entre os agentes, o elemento que constitui basicamente as RT segundo estes autores. Esta interação acontece de forma pouco ou nada estruturada, através da coexistência de elementos modernos e tradicionais. Segundo as autoras, as RT são reflexos da realidade de cada época e advêm do real, mesmo que conservem aspectos que dizem respeito à história do trabalho.

Como resultado destas novas RT, mesmo sem grandes avanços nas soluções dos problemas de precarização (STANDING, 2013), os trabalhadores têm se unido e usado a coletividade para buscar mais qualidade no exercício de suas ocupações na direção de criar um ambiente de trabalho mais justo na economia do compartilhamento. Esta busca de modelos contemporâneos de trabalho pode ser denominada Economias Criativas, Solidárias, *Gig Economy* e Economia Colaborativa (EC), foco deste trabalho. Por colaboracionismo, pode se conceituar a atividade como uma atitude coletiva e organizada de compartilhamento de conhecimento, experimentação de outras formas de relação com o contexto, otimização de espaços e principalmente pelo espírito relacional das pessoas que convivem e trabalham em espaços colaborativos (VIEIRA; ANTUNES, 2019).

Este trabalho, na exploração de um horizonte epistemológico claro e possível, partirá do conceito de Cavedon (2003) ao dizer que cultura é uma forma própria de um determinado grupo simbolizar suas crenças, atitudes e artefatos. Para a autora, e também neste estudo, a etnografia, que será traduzido neste trabalho para um exercício netnográfico, será entendida e praticada como um método que consiste no

levantamento de todos os dados possíveis sobre uma determinada comunidade com a finalidade de melhor conhecer o estilo de vida ou a cultura específica da mesma. Além disso, a etnografia, ou a grafia antropológica, ao mesmo tempo escuta e dialoga com as pessoas que possuem a experiências das novas formas de trabalho emergentes na contemporaneidade o que permite avaliar as complexas discursividades e instituições que dinamizam o sistema produtivo no contexto local (ECKERT; ROCHA, 2005). Sendo assim, está direcionado para apresentação da etapa exploratória - um primeiro exercício netnográfico - de um estudo mais amplo que poderá transbordar, no futuro, para a realização de uma etnografia.

O Percurso Metodológico - Uma Netnografia Possível (e Doce)

Os métodos de pesquisas em Ciências Sociais, em especial em Administração, têm recebido atenção especial de diversos teóricos ao longo do tempo e, principalmente, nos últimos anos em função das mudanças das relações humanas e do avanço da tecnologia. Este atual cenário complexo tem dado origem a novos métodos de pesquisa que permitem avançar na exploração de diferentes campos empíricos, visando alcançar às diversas realidades sociais e culturais humanas. Um exemplo desta busca metodológica é a netnografia, cujo teoria e prática surgiram com a imposição do mundo virtual (MESQUITA, 2018). Perante a realidade da tecnologia, os grupos formados neste ambiente podem apresentar crenças, hábitos, pensamentos e modos de ser próprios, diferentes daqueles que se relacionam somente de forma física (ou real). Estas duas dimensões, *off* e *on line*, podem ser vividas paralelamente ou um *continuum* da mesma realidade. Segundo Novelli (2010), dentre as comunidades ou os grupos que um pesquisador viria a estudar, poderiam se destacar as puramente virtuais, ou seja, que são socialmente criadas no ambiente virtual ou uma complementariedade entre a observação mediada por tecnologia e os relacionamentos no mundo real. Este trabalho buscará explorar a cultura da dimensão *on line* de um grupo social de EC de Porto Alegre. Não obstante o fato de que este estudo abordará prioritariamente as relações virtuais dos componentes do grupo foco, também fará parte das análises aqui propostas algumas das vivências presenciais deste mesmo grupo de pessoas captadas por meio de entrevistas em profundidade.

Realizar uma netnografia é diferente de desenvolver uma etnografia como a conhecemos. Segundo Kozinets (2014, p. 82):

A principal diferença entra a netnografia e sua precursora, a etnografia, seria que a primeira parte da observação do discurso textual no contexto online, e a identidade do informante nesse contexto é duvidosa; enquanto a etnografia foca no discurso e no comportamento observado durante a etnografia face a face, na qual as pessoas buscam apresentar uma autoimagem mais cuidadosamente cultivada e controlada. Assim, a etnografia estaria mais próxima, devido ao encontro face a face, da interação, e da observação de comportamentos, de uma autoimagem, e de uma identidade, mais autêntica.

A partir destas definições, o caminho metodológico foi o de busca da compreensão e dos sentidos dos fenômenos sociais, ou seja, interpretar esses fenômenos e não simplesmente constatar sua existência, em oposição à visão mecanicista e prescritiva dos métodos positivos (VICTORIA; KNAUTH; HASSEN, 2000).

Alinhado a esta visão, a netnografia é incluída nos métodos de epistemologia interpretativista e que utilizam a observação participante, dentre outras técnicas como as entrevistas e grupos focais, mas que ainda exigem estudos mais aprofundados e uma maior reflexão teórica sobre seu campo de atuação, o que não é um problema em si, e sim mais uma possibilidade de pesquisa aberta e com forte apelo ao pesquisador curioso e atento aos novos fenômenos sociais.

Este estudo, que vem sendo desenvolvido desde 2015, a partir das tradições etnográficas e as novidades da netnografia, será um primeiro exercício de compreensão cultural de uma comunidade colaborativa e suas manifestações mediadas por computador.

Este novo e controverso empreendimento da pesquisa acadêmica, denominado de netnografia, é uma metodologia de pesquisa qualitativa que se adapta a novas técnicas de pesquisa etnográfica para o estudo das culturas e comunidades que estão surgindo através da comunicação mediada por computador (KOZINETS, 2014). Este método advém da clássica etnografia cujas obras publicadas atualmente ao mesmo tempo questionam e validam o uso das netnografias para estudos culturais de grupos na rede mundial de computadores (internet), em um movimento de reconhecimento/estranhamento de uma metodologia emergente e ainda em teste.

O termo netnografia, com suas possibilidades, limitações e diferenças da etnografia, foi utilizado primeiramente por Kozinets (2014), corresponde ao estudo de comunidades virtuais e objetivou definir o estudo do conhecimento acerca da cibercultura. Este fenômeno social relativamente recente, a cibercultura, pode ser

conceituado como a interconexão para o estabelecimento de relações entre computadores, meios de comunicação, pessoas, grupos e instituições, e pode permitir a criação de comunidades virtuais, sendo uma forma dos indivíduos explorarem outras possibilidades de comunicação e relações (LEMOS; LÉVY, 2010).

Em estudo brasileiro sobre as limitações e possibilidades, consistências e contradições da netnografia (MESQUITA, 2018) buscaram analisar a evolução das pesquisas de método, a partir da aplicação de uma análise bibliométrica nas produções científicas que utilizaram ou que tratam sobre o método, mais especificamente *Web of Science*. O intuito dos autores foi contribuir com uma caracterização geral dos trabalhos já desenvolvidos acerca da metodologia netnográfica, bem como das pesquisas nas quais tal metodologia foi aplicada. No referido trabalho, os autores, além de qualificar os campos da cultura, etnografia e *ciber espace*, é realizado um debate nos conceitos de netnografia e seus usos na atualidade.

Segundo os autores, foram identificados, a partir de parâmetros de busca específicos, 105 artigos sobre netnografia na base *Web of Science*. Estes artigos estão publicados em 45 periódicos distintos indexados à base de dados em questão e foram escritos por 210 autores que possuem vínculos à 140 instituições localizadas em 31 países. O Brasil não aparece como país onde artigos sobre netnografia são produzidos e publicados, o que pode indicar ausência destes estudos ou apenas sua falta nesta base de dados. O trabalho de Kozinets (2014) foi o mais citado nos dois grupos identificados, recebendo 494 citações na base estudadas e 73 citações do grupo dos 105 artigos selecionados para este estudo, o que o habilita a poder ser considerado um trabalho seminal neste campo de pesquisa.

Nas considerações finais, ao identificar que o campo da Administração mais pesquisado netnograficamente é o Marketing, os autores sugerem o uso da técnica em outras áreas do conhecimento além do Comportamento do Consumidor Marketing e a exploração de outras possibilidades de evolução em consonância ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Nesta linha de pensamento, de exploração mais ampla das comunidades, *on* e *off line*, os netnógrafos precisam incorporar a internet e seus aparatos nas pesquisas para entender adequadamente a vida social na sociedade contemporânea (NOVELLI, 2010). Este entendimento passa basicamente por cinco diferentes fases, seguidas e descritas no texto a seguir, que são: (1) *entrée*, (2) coleta de dados, (3) análise e interpretação, (4) ética de pesquisa e (5) validação com os membros pesquisados (*member checks*) (NOVELLI, 2010).

Inserção no Campo

A partir deste guia básico de autores já apropriados dos métodos netnográficos e buscando atender ao objetivo deste estudo, a seguir, está descrito este exercício exploratório, mas que busca realizar um esforço para delimitar uma interpretação netnográfica das redes sociais desta comunidade, com ênfase nas conversas instantâneas realizadas pelo software denominado doravante WhatsApp e no site oficial da comunidade²⁵.

Mas para entender as netnografias é preciso visitar as etnografias, dando passos atrás na linha cronológica de análise histórica. Minha aproximação com o campo de pesquisa que iniciou no ano de 2015 foi junto a Vila Flores, uma das principais iniciativas de colaboracionismo em Porto Alegre.

Numa primeira visita, ao entrar no Vila Flores eu percebi desde a entrada no prédio de três andares, cuja construção data do meio do século passado, um ambiente de espírito coletivo e acolhedor. Havia água, frutas disponíveis e locais sempre povoados de pessoas trabalhando. A arquitetura do lugar, revelada também nas redes sociais do empreendimento, auxiliava nesta percepção de coletivo, visto que um pátio interno até hoje liga todas as janelas a todas as portas. As pessoas que ali trabalhavam se enxergavam e podiam saber o que estava acontecendo. Situação muito diferente dos departamentos, das plantas arquitetônicas, das salas individuais e as “bairros” das empresas de caráter privado, do governo e iniciativas de diversos setores já mimetizadas pelo fenômeno da “gaiola de ferro” advinda da ideia da burocracia de Max Weber.

²⁵ Disponível em: <https://vilaflores.wordpress.com/>. Acesso em: 2 dez. 2018; 3 mar. 2019.

Figura 29 - Visão interna Vila Flores

Fonte: <http://vilaflores.org/>.

Figura 30 - Visão externa Vila Flores

Fonte: <http://vilaflores.org/>.

Este posicionamento colaborativo é citado como prática e forma de vida na comunidade em análise neste trabalho. Esta comunidade é situada em Porto Alegre - RS e denomina-se Vila Flores. Esta iniciativa promove diversos eventos de EC, incluindo espaço *coworking*, atividades culturais e principalmente eventos artísticos voltados à comunidade. Segundo site da comunidade, a Associação Cultural Vila Flores é uma associação sem fins lucrativos, existente desde 2013 e formalizada em 2014. É a entidade responsável pela programação cultural do espaço e pela articulação junto ao poder público, à iniciativa privada e à sociedade em prol dos interesses da comunidade artística e criativa do Vila Flores, buscando promover a integração com a comunidade do entorno.

Desde sua criação em 2013, a Associação Cultural Vila Flores é um local permanente de trabalho individual e coletivo de artistas, arquitetos, consultores e outros que têm ali sua “residência”. A história desta comunidade tem relação direta com uma estratégia dos proprietários para reabilitar um imóvel construído nos anos 1920, cujo projeto é do engenheiro-arquiteto José Franz Seraph Lutzenberger, num bairro industrial de Porto Alegre, que sofreu aguda degradação. O Vila possui uma família

proprietária está na origem da organização e seus integrantes atuam na gestão do espaço que foi, em boa medida, motivada pelo problema orçamentário - de manter um imóvel de valor histórico -, combinado com a decisão, possivelmente antieconômica, de não aderir aos padrões típicos da expansão imobiliária da região (MEIRA; COSTA; ICAZA, 2016).

O início do exercício de compreensão das relações do trabalho estabelecidas nesta comunidade, começou quando da minha primeira visita à comunidade no ano de 2015 e que gerou os primeiros registros de cadernos de campo. Este trabalho utilizou o caderno de campo eletrônico, que segundo Brazão (2011) foi construído para satisfazer aspectos ligados ao registo imediato dos dados durante o tempo em que o investigador se encontra no terreno e à reunião do maior número de dados possível no mesmo suporte eletrônico.

Ainda em 2015, iniciei o registro eletrônico das visitas ao campo que aconteciam semanalmente até o final do ano em questão. No ano de 2016 até 2017, o relacionamento com o Vila Flores e sua comunidade se deu basicamente pelo acompanhamento do *newsletter* do site do “Vila” e nas redes sociais. Em 2018 e 2019 fui incluído no sistema de mensagens eletrônicas da comunidade. Esta forma mais intensa de participação me permitiu realizar perguntas e intervenções que complementarizavam as entrevistas em profundidade e demais intervenções, como participações em eventos, por exemplo.

A partir desta coleta de dados, fase também orientada por Novelle (2010) com o segundo momento do processo de elaboração de uma netnografia, implicou em armazenar diretamente os dados da *homepage* ou do site da comunidade e a observação das interações e dos sentidos atribuídos pela comunidade e seus membros. Estes dados ainda podem consistir em notas de campo do pesquisador sobre as experiências de campo, combinados com artefatos da cultura da comunidade como fotografias e obras de arte. Cadernos de campo eletrônico, diferentemente dos cadernos etnográficos clássicos, cobertos de anotações, desenhos, são registros eletrônicos, também muito pessoais, mas que obedecem às restrições e possibilidades da informática.

A minha coleta de dados é composta de aproximadamente 60 *newsletters* enviados pela comunidade, fotografias autorais, mensagens instantâneas arquivadas e o histórico do site do Vila Flores. Todo este material eletrônico foi analisado e fez parte da análise apresentada na próxima seção. Esta análise diferentemente de uma

pesquisa de análise de conteúdo ou outro tipo de abordagem qualitativa, não buscará por categorias de análise como uma prática de classificação dos elementos constitutivos de um conjunto caracterizados por diferenciação. A busca neste trabalho foi por uma interpretação subjetiva das crenças, costumes, artefatos, pensamentos, modos de ser e agir e demais manifestações que caracterizem, a partir da minha observação e ação, a cultura dos colaborativos a respeito do que chamam de trabalho e suas relações.

Análises Culturais Netnográficas do Vila Flores - A Docilidade e a Camaradagem

A partir da análise dos registros contidos nos cadernos de campo eletrônico que estão sendo captados, gravados e organizados também em meios eletrônicos e de entrevistas em profundidade realizadas desde o início da pesquisa, é possível identificar algumas crenças e hábitos da comunidade colaborativa observada que merecem atenção e se constituem nas possíveis contribuições do presente trabalho.

De início, é importante destacar uma das minhas primeiras anotações do caderno de campo eletrônico, que também foram confirmadas nos contatos reais com os membros da comunidade: **a comunicação não violenta, e mais, a docilidade** no tom e na escolha das palavras, gestos e símbolos cibernéticos de comunicação (*emojis*).

Comunicação é parte integrante, vital e constituinte do mundo do trabalho. Na Administração e pela Antropologia da Comunicação as quais vêm se interessando pelas manifestações culturais das mídias e suas representações (TRAVANCAS, 2008). Estas ciências tratam o fenômeno humano de tornar comum atos e ideias como basilar nas relações sociais e, por conseguinte, também fundamental nas RT.

Sais e Bergue (2010) descrevem a comunicação nas instituições como uma confluência de redes formais e informais de relacionamento pessoal e a gestão deste fluxo para o atingimento dos chamados objetivos organizacionais. Ao falar em Comunicação, os autores também citam constructos ligados à cultura organizacional, flexibilidade, inovação, integração, criatividade e, chamando a atenção para o foco deste trabalho, competitividade. Este último conceito vem de encontro aos que os membros da comunidade colaborativa têm como valor explícito: a cooperação. Ao invés de competir entre os próprios agentes da organização, como é caso das empresas, públicas, privadas e de terceiro setor, que se referem a esta competição

como “alma do negócio”, os colaborativos buscam uma relação sempre referida como “diferente”. No site do “Vila”²⁶ como passarei a chamar o Vila Flores em algumas situações daqui por diante, existe a seguinte autodefinição:

“O Vila Flores é uma iniciativa privada voltada à sociedade e que trabalha em prol dos interesses da comunidade artística e criativa do Vila Flores, buscando promover a integração com a comunidade do entorno.”

Este discurso de trabalhar em prol de interesses comunitários e buscando a integração com a comunidade precisa inverter os valores de competitividade e exclusão para se tornar real. É preciso escolher estender a dádiva (MAUSS, 1974) da cooperação àqueles que fazem parte da mesma comunidade que os colaborativos transitam. Esta integração, entre comunidade e membros do Vila, pode ser confirmada em notícia publicada nas redes sociais da comunidade a respeito do lançamento de um filme. Dos cadernos de campo eletrônicos:

“Autonomia, independência e liberdade criativa são os princípios que guiam o trabalho da dupla *Couple of Things*. O casal de *filmmakers* viaja o mundo produzindo videoclipes de forma colaborativa. A Diana e o Leo vêm ao Vila nessa quinta-feira para falar sobre as vivências que tiveram ao fazer da economia criativa seu modelo de vida. Não perde!”

Outro exemplo é este convite para uma reunião. Dos cadernos de campo eletrônicos:

“É importante refletir sobre como queremos a moda no futuro e o que podemos fazer para contribuir hoje. por isso, o moda muda mundo promove um encontro nessa quinta-feira para discutir soluções sustentáveis para os resíduos da moda. a conversa é das 14h às 17h e aceita contribuição espontânea. vamos pensar juntos?”

Muito frequentemente, nas redes sociais e demais mídias do Vila, pude notar na comunicação um traço de docilidade nas palavras e imagens que também podem se caracterizar como um hábito desenvolvido, aprendido e reproduzido nas ações cotidianas dos membros da comunidade colaborativa. Chamo docilidade a forma gentil, calorosa e amigável na utilização de palavras e expressões nas comunicações usuais. Simmel (1983) coloca a linguagem como elemento de sucesso para que as relações sociais se deem nos mais diversos níveis de sociação. Segundo o autor, “as

²⁶ Disponível em: <https://vilaflores.wordpress.com/about/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

condições e os resultados de uma reunião social são determinados por qualidades pessoais tais como amabilidade, refinamento, cordialidade e muitas outras fontes de atração”. (SIMMEL, 1983, p. 170). Não que essas palavras não possam conter outros conteúdos, como ironia, agressividade contida ou ser uma linguagem meramente formal cujos significados são compartilhados pelos colaborativos, mas o dado que chama à atenção é o encontro no campo de um código comum que tem na sua forma, e foi percebido por mim como “amável” como um sinal de sociação, uma forma de fazer parte e sinalizar isso aos demais. Estas formas de expressão também são elementos cotidianos indicados por Velho (1981) como práticas que mantêm a sociabilidade nos contextos contemporâneos. No entanto, em uma linha interpretativista (BURRELL; MORGAN, 1979) dos conteúdos expressos, a categoria que entendo possível de classificar as expressões utilizadas pela comunidade me remetem a busca por uma conexão pessoal carregada de afetividade, calor humano e sentimentos alinhados aos valores da solidariedade, aceitação do outro e não violência. A dádiva, em troca, seria a construção de uma comunidade que torna a proposta comercial do sistema colaborativo com um todo valorizada e mais atrativa a chegada de novas pessoas e investimentos.

Nas trocas de mensagens instantâneas, os cadernos de campo mostram um exemplo bem típico. Em uma determinada situação, um dos integrantes não pode abrir o restaurante-café que mantêm junto ao Vila. O acolhimento a esta falta ao “trabalho” (se é que os membros da comunidade entendem esta atividade como trabalho) foi debatido entre os demais participantes de forma muito tranquila e aprazível. A mensagem e suas respostas são as seguintes:

V1 - Queridos Vileiros²⁷, parece que a nuvem preta não quer sair da minha cabeça!

Hoje, por motivos de infecção alimentar (comi um temaki na Japesca ontem, não comam lá) o CAFÉ IRÁ ABRIR AS 14h. Conto com a compreensão queridos!

V2 - Melhoras querida ☺

V3 - puxa Van!! melhoras ❤

V1 - Ta roots a coisa. Obrigada!

V4 - Melhoras! Te cuida! 😊

²⁷ Expressão utilizada para identificar os integrantes da iniciativa Vila Flores.

Neste exemplo, quero expressar e tornar mais clara a interpretação que, diferentemente de outras organizações, na qual a pontualidade e assiduidade são regra basilar e se constituem item de avaliação pessoal e organizacional (como o exemplo do índice de rotatividade e absenteísmo em Gestão de Pessoas), diferentemente nesta comunidade, além de a falta ser acolhida e respeitada pelos colaborativos, também as trocas de palavras e símbolos de carinho e afeição são uma constante. Desta forma, é possível depreender que uma nova relação com horários, subordinação, frequência e demais obrigações do trabalho formal e mesmo de iniciativas não formais como o trabalho voluntário, informal e o empreendedorismo, é compartilhada pelos membros da comunidade como uma prática cotidiana e que faz parte dos traços culturais dos colaborativos.

Nos registros eletrônicos de campo, ao contrário, a comunicação entre os colaboracionistas, pelo menos aparentemente, vem se dando de forma diversa às estruturas formais e algumas informais de trabalho. No lugar da violência, da falta de cuidado e do assédio, o discurso entre os membros da comunidade pesquisada dá lugar aos traços de não violência, a que chamo de docilidade. Esta condição (HABERMAS, 1990), expressando seu pensamento em função da possibilidade do poder coletivo no qual a efetividade de um consenso obtido numa comunicação livre de violência, não se avalia pelo êxito, seja este qual for, mas na aspiração à validade imanente da fala.

Sendo assim, como um possível traço cultural identificado pelos meios eletrônicos utilizados para comunicação da comunidade colaborativa é a comunicação não violenta e docilidade traços característico da forma de tornar o trabalho possível e dentro das crenças coletivas de ajuda mútua e poder descentralizado, compartilhadas pelos viliros.

Este traço cultural pode se comunicar diretamente com outra característica apontada nos cadernos de campo e que dialoga diretamente com as teorias organizacionais: **o enfrentamento aos desafios da gestão**. As comunidades colaborativas não são “bolhas” nem “ilhas” do mundo contemporâneo. As questões relacionadas diretamente à gestão como a organização dos processos, o Marketing, as questões financeiras e os resultados que sustentem minimamente a sobrevivência física destas novas formas de trabalho e relacionamento fazem parte da preocupação dos que pretendem ter nesta forma laboral sua expressão pessoal e condição de obtenção de renda.

Desde sua criação, o Vila passou por reformas, preparação e ocupação do espaço pelos empreendedores coletivos. A abertura ao público aconteceu no dia 11 de dezembro de 2012 e, a partir daí as questões administrativas começaram a fazer parte do cotidiano do Vila. As primeiras anotações virtuais de campo dão conta de uma comunicação menos desenvolvida que a atual e sem maiores processos ou cuidados com leiaute ou estética. Em entrevistas em profundidade realizadas, que complementam a observação das redes sociais e publicações eletrônicas, os atuais gestores da comunidade descrevem o desenvolvimento deste processo, que hoje se encontra praticamente profissionalizado, em substituição às decisões coletivas do início, como orgânico, ou seja, evolutivamente responsivo aos enfrentamentos do Vila em relação a diversas questões de gestão. Segundo um dos gestores: “o próprio pessoal pedia alguém que decidisse, não dava para fazer tudo no coletivo” (Administrador 1 - Anotação do caderno de campo).

Desta forma, hoje é possível identificar no site do Vila Flores a organização quase burocrática que a comunidade decidiu implementar em 2015, quando estruturou um escritório central de gestão no qual é praticado um modo de organizar “híbrido”, cujas diferenças são reconhecidas e valorizadas, em especial, a individualidade na proposição e compartilhamento de ideias com o coletivo (MEIRA; COSTA; ICAZA, 2016).

Foi importante observar que um dos administradores dos grupos de mensagens eletrônicas é membro da família fundadora do empreendimento Vila Flores e é também a pessoa que responde pelas decisões mais estratégicas, incluindo pessoas, novos negócios e organização de eventos. Neste momento, é importante ressaltar que os eventos abertos à comunidade são um ponto muito forte do Vila. Como por exemplo, as festas juninas e natalinas costumam reunir um número expressivo de visitantes de toda a cidade que buscam conhecer e desfrutar de uma série de atividades abertas como gastronomia, teatro, dança e música. A seguir, uma foto retirada do site do Vila quando da apresentação da Banda Celta em agosto de 2017. Pode-se ver um número significativo de pessoas ao redor da apresentação musical realizada no pátio interno conforme figura 31.

Figura 31 - Apresentação Banda Celta

Fonte: <http://vilaflores.org/>.

Este aumento da atuação da comunidade colaborativa trouxe uma série de novos enfrentamentos a partir da adoção de novos “vileiros”, novas estruturas de atendimento social e comunitário e, principalmente, pedidos dos próprios colaboracionistas para que houvesse um “núcleo” de decisão. Segundo mensagens eletrônicas trocadas pelos componentes da comunidade, há indícios de perguntas sobre a organização de horários, eventos e perguntas diversas que denotaram a necessidade de criação de uma estrutura administrativa.

Dos cadernos eletrônicos de campo: “Bah...precisamos decidir se o portão vai ficar aberto ou não no sábado, é difícil reunir todo mundo para decidir isso. Quem sabe a (nome de um dos componentes) pode ver isso para nós? Assim fica mais fácil.”

Este fenômeno, aqui entendido como o aumento da complexidade e acumulação de processos advindas da transformação da comunidade colaborativa em ecossistema de produção, desde 2018 este centro de gestão é formado por decisores e órgãos de controle, como financeiro, secretárias e registros formais. No caso da comunidade em questão, pelos registros eletrônicos, é possível perceber o surgimento desta organização interna. Na página da comunidade está expressa a estrutura de formas sub-reptícias como espaços especiais para comunicação com o Vila, *newsletter*, quem somos nós, e convites para reunião de organização etc.

Figura 32 - Convite para reunião



Fonte: Aplicativo de mensagens internas do grupo do Vila Flores.

Esta iniciativa tem relação com o planejamento da comunidade. O objetivo, segundo o convite, seria basicamente convidar os vilienses a conversar sobre como construir o futuro a partir das premissas do presente.

Todo este movimento de planejar, executar, gerenciar e controlar exige muito esforço e dedicação de todos os membros da comunidade, que mesmo com outras formas de simbolizar o “trabalho” como conhecemos, exige investimentos e escolhas de todos. Este, talvez, seja uma maneira de ser dos colaboracionistas, ou seja, que ao inverter a lógica do modo-de-ser-trabalho dominado pela natureza e o próprio homem, faz de escrava a natureza e o senhor, por sua vez, é escravizado também, pois no capitalismo não há outro meio de sobrevivência sem ser vítima do trabalho submisso a busca desenfreada e sem regras justas pelo capital, pelo lucro. Sem cuidado com o outro ou consigo próprio. Segundo Alexandre Martins (2009) em trabalhos antropológicos sobre uma busca holística de cuidar do ser e a busca de sentido no trabalho, o autor diz que o modo-de-ser-cuidado possibilita uma relação diversa com a natureza e com o outro. Este modo de ser não despreza a razão analítica exploratória nem o trabalho, mas dá a esses um sentido mais autêntico à construção da harmonia do ser humano na sua relação com o semelhante, com o mundo e manutenção da harmonia com os outros. É uma relação de interdependência

e de colaboração mútua. O trabalho não é feito de forma fria e exploratório da natureza e das próprias energias dos trabalhadores.

Como última análise feita a ser aqui apresentada, muitas outras ainda poderiam ser, mas por questões de espaço, foram analisadas até o momento a comunicação não-violenta, as formas possíveis e emergentes de organização e cabe destacar também, a partir dos registros eletrônicos de campo, as formas de relacionamento entre os membros das comunidades colaborativas.

Desde as formas de fala pessoal até os registros no site do Vila Flores, focado principalmente pelas mensagens instantâneas, é possível identificar a forma acolhedora e receptiva que cada palavra é escolhida para lidar com o outro, mesmo não fazendo formalmente parte dos membros da comunidade.

Esta crença no carinho, na delicadeza e, como já foi dito, na docilidade, faz parte do cotidiano desta comunidade e sugere ser o amálgama e elemento de coesão das pessoas que fazem o Vila. Sem este código comum, talvez a cultura, aqui tratada como crenças e costumes, não fosse uma característica tão peculiar da comunidade.

Esta forma de relacionamento se nota nas mensagens instantâneas trocadas entre os vileiros em todas as ocasiões. A seguir são reproduzidos alguns exemplos, mas é preciso destacar que, em quase a totalidade das comunicações, a camaradagem e delicadeza estão presentes nos termos, ícones e expressões utilizadas. Dos cadernos de campo eletrônicos, uma das iniciativas do Vila Flores relata no site da comunidade:

“Entre os aprendizados do ano, a certeza de que nadar contra a corrente nos leva cada dia mais para onde queremos estar. Foram muitos obstáculos que esse 2018 nos impôs, mas que só reafirmaram o caminho que queremos seguir. Porque todas as barreiras foram contornadas pela **confiança, o respeito e a colaboração** que insistimos em acreditar possível. E foi amadurecendo essa nossa crença, dia após dia, parceria após **parceria**, que fincamos o pé naquilo que sempre foi nosso propósito: **a transformação do mundo**. Devemos esse processo profundo de aprendizado e novas certezas aos parceiros, que compartilharam com a gente essa nossa visão de mundo, e à nossa rotina inquieta, que permitiu que nossos processos e relações estejam sempre em construção. Porque mudar o mundo exige que estejamos sempre **abertos a pessoas e ideias**. Obrigada a todos pelo 2018 que vocês nos presentearam. Que 2019 seja ainda mais especial.”

As palavras destacadas em negrito no texto anterior, me sugerem que os princípios de camaradagem, ação coletivo e docilidade confirmam a percepção que este é um traço cultural do trabalho neste empreendimento comunitário. Na minha percepção, se esta forma de trabalho e comunicação não se estabelecesse desta forma, haveria algo fora do lugar. Não seria “o Vila” e sim outra iniciativa que não se enquadraria nas práticas da EC.

Em outro exemplo, há um empreendimento de venda de cafés, bolos e demais lanches no interior do Vila. Quando há algum produto de boa qualidade sempre produzido na hora, a responsável pelo café comunica aos demais a disponibilidade dos produtos. As respostas têm características de camaradagem, motivação e docilidade, conforme indicam a seguir os trechos destacados:

Figura 33 - Anúncio redes sociais



Fonte: Sistema de mensagens eletrônicas.

- Pessoal, tem bolo novinho saindo! bolo + café=5,00 pila! venham! 😊
- Tô indoioi
- Guarda um pra mim
- Nossa, que bolão maravilhoososo! Queria estar no Vila...

A questão do acolhimento, mesmo para com as pessoas que não fazem parte da comunidade colaborativa, também é um fator interessante na forma de ser e das crenças dos integrantes e que chama à atenção do ponto de vista de cultura e do trabalho. A partir de um episódio no qual uma pessoa externa ao Vila realizou um ato de violência contra um automóvel na rua, foi gerado o seguinte debate nas mensagens instantâneas resumido a seguir:

Colaboracionista 1 - gente, para que todos saibam, acaba de acontecer um incidente não São Carlos: O Alemão, morador de rua, quebrou o vidro de um carro. O Dono do carro saiu correndo atrás dele com uma pedra e ele entrou no Vila correndo. O (colaboracionista 2) muito ninja barrou a entrada do cara que estava com muito ódio e chamou mais gente para pegar o alemão. O Colaboracionista 2 disse que eles não poderiam entrar e que deveria chamar a polícia. Fechamos o portão, alemão ficou dentro da vila, sentadinho nos bancos de pedra esperando a polícia. O Cara ficou muito nervoso e disse que estávamos protegendo bandido. Seguiu uma discussão, até que a polícia chegou, agiu com muita educação e levou o alemão. Os policiais disseram que agimos corretamente e que não adiantava conversar com pessoas neste nível de raiva. O cara estava realmente transtornado.

- Colaboracionista 1 foi muito legal e cuidadoso durante todo a confusão. Muito obrigada! Todos bem por aqui, fora o susto.

- Colaboracionista 1 agiu corretamente. Parabéns!

- Bah gente.... Que bom.... Salvaram a vida do alemão 😞🙏

- Nossa, que bom que temos o André! As pessoas perdem a razão e acham correto fazer a "justiça com as próprias mãos".

- Obrigada por evitar um linchamento! Mas nos assustamos com o Alemão gritando eufórico dentro do pátio e perto da sacada. Faltou alguma explicação para nós que estávamos nas sacadas e não sabíamos o que estava acontecendo para além do desespero do Alemão.

Novamente aqui se observa o traço de acolhimento, camaradagem e alteridade típicas desta comunidade e que fazem parte do que eles podem chamar de trabalho. Este último não se restringe à atividade Administrativa em seu sentido amplo. O trabalho aqui extrapola os objetivos imediatos do Vila Flores e se espalha sobre o entorno do empreendimento, inclusive afetando as consequências de desigualdades sociais e um provável caso de doença mental que desencadeou um caso de violência na vizinhança. Talvez este ato de “salvar o alemão” seja um traço cultural e uma forma de entender o trabalho deste caso de EC.

Esta linguagem até aqui referida pode estar relacionada também com a busca de hegemonia que é um objetivo relevante nas construções discursivas a respeito de quem sou eu e quem é o outro. Como já foi citado anteriormente, a busca por hegemonia é uma das estratégias da construção linguística que visa delimitar prática específica e uma visão de ordem social por meio da linguagem. Delimitando assim, protagonistas e antagonistas no mesmo espaço. (LACERDA; MELLO, 2020, p. 795).

Entre os colaborativos as palavras utilizadas nos exemplos deste capítulo como “que lega”, “massa” ou a expressão “reunir todo mundo” instituem uma sociabilidade (SIMMEL 1983) e identificam as fronteiras simbólicas de quem é ou não é colaborativo. Estas formas discursivas, podem ser estratégias linguísticas de busca por alguma hegemonia no discurso e assim, demonstrar em uma visão de grupo qual

seria a ordem social que os membros desta comunidade entendem como adequada e substrato do colaboracionismo.

Podem se notar aqui novamente alguns elementos que podem auxiliar na continuidade da construção de um discurso de criação de valor, baseado em significados comuns entre os colaborativos, que, a partir do circuito comercial aumentam o valor de troca dos produtos físicos e simbólicos e que se constituem em fato social. Este fato seria a existência de uma linguagem hegemônica que, além de comunicar o que é preciso tornar comum, ainda constrói uma rede simbólica que dá identidade a um grupo que a compartilha. Segundo eles, “projetos alternativos de vida” que, na análise desta tese, se transformam em negócios concretos com maior valor agregado e que abrem oportunidades para outros projetos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Mas o que explica o surgimento de uma comunidade colaborativa com estes traços culturais em relação ao trabalho?

De forma geral, nesta netnografia houve um primeiro exercício de busca de compreensão e análise de como uma comunidade de Economia Colaborativa de Porto Alegre lida com os discursos que produz, quais são suas crenças e modos de viver cujas características e regras sub-reptícias explicam sua cultura. Há muitas outras formas de observar administrativa e antropologicamente este fenômeno, no entanto, nos estudos dos registros eletrônicos expressos pela comunidade foi muito eloquente para mim as formas de se comunicar, a crescente criação, destruição e reconstrução de estruturas administrativas convencionais, para fazer frente aos desafios da relação com a realidade imposta, e alteridade na relação com o outro, a partir de uma linguagem que é uma forma de luta pela hegemonia. Estes três agentes, a meu ver, foram os traços culturais mais evidentes que esta comunidade expressou em suas comunicações mediadas por tecnologia.

Nesta netnografia, muitas destas características foram encontradas e me chamaram particularmente à atenção como pesquisador. Algumas destas questões dizem respeito a condição permanente de “em construção” deste processo, que se encontra em pleno estágio de transformação permanente, procurando sua melhor forma de acumular capital, mesmo que rudimentarmente, mas que busca, contraditoriamente, negar uma série de valores do capitalismo mais clássico, no qual o trabalho formal, regido pelas relações de trabalho (FISCHER, 1987) dá conta de explicar, mas que neste momento exige um novo olhar.

Estes novos olhares podem entrar em foco a partir de novos estudos, em diversas metodologias e com outras referências teóricas, mas que precisam ser realizados em nome do avanço teórico e da compreensão cultural de uma sociedade emergente e que ainda não foi totalmente compreendida enquanto fenômeno contemporâneo atinentes às relações sociais.

Atualizações Teóricas e Empíricas a partir da Pandemia de COVID-19

No ano de 2020 todo o planeta foi pego de surpresa pelas imposições de mudança de comportamento e consequências efetivas da pandemia de COVID-19. Esta novidade altamente negativa para quase a totalidade das pessoas impôs alterações relevantes no funcionamento das relações em muitos âmbitos. Para a pesquisa acadêmica, a urgência ocorreu principalmente nas áreas médicas nas quais, na busca em bases de dados como EBSCO, há ocorrências de artigos voltados a pesquisas clínicas e epidemiológicas sobre a ação do vírus sobre organismos e sobre a população.

Para a Administração, em pesquisa à base CAPES e EBSCO, há um número ínfimo de trabalhos sobre o assunto. No mês de janeiro de 2021, na base CAPES, existiam somente 11 trabalhos publicados, sendo a maioria pensatas e editoriais de periódicos como a Revista de Administração (READ) cujo conteúdo era constituído de algumas reflexões sobre os impactos da pandemia nas relações de trabalho, especificamente sobre o aprimoramento do regime de teletrabalho. O argumento básico das pensatas e editoriais era a forma de conciliar em harmonia a produtividade e a saúde mental dos trabalhadores, mesmo após o fim do isolamento. Isto por que provavelmente as práticas laborais remotas vão continuar caracterizando relações de trabalho por um tempo mais dilatado que o do isolamento social imposto pelos cuidados para a redução da disseminação do vírus responsável pelas doenças vinculadas à ação do vírus SARS-COV- 2 (LOSEKANN; MOURÃO, 2020).

Para que esta tese apresente um avanço científico mais robusto, seria importante trazer dados secundários que possam explicar de que forma as restrições impostas auxiliariam na redução de circulação do vírus. Como já foi citado anteriormente, uma das ideias que levam as pessoas a trabalhar na forma de EC é a busca de novos significados do trabalho que excluem as ocupações formais em empresas com CNPJ e departamentos organizados de gestão de pessoas. As

pessoas envolvidas nas iniciativas colaborativas podem estar enquadradas em trabalhos não formais que, com a pandemia de COVID-19, sofreram um aumento em seu contingente. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) referente ao mês de novembro de 2020, no Brasil são 31 milhões de brasileiros que estavam em ocupações tidas como informais. Na passagem último bimestre do ano, foram 870 mil trabalhadores informais a mais neste mercado.²⁸ Esse contingente de 31 milhões de brasileiros, incluindo os colaborativos, procura ocupações de toda a ordem para buscar renda.

Provavelmente com a pandemia de COVID-19 algumas organizações e circuitos experimentaram um ciclo de expansão de negócios e recursos. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (2020)²⁹, as empresas de compras *on line*, que registraram um aumento de 40% em seu faturamento principalmente de pequenos negócios que descobriram os canais digitais, assim como lojas de cuidados com animais domésticos, entregas de comida a domicílio e cuidados pessoais transmitidos pela rede mundial de computadores também registraram crescimento.

Por outro lado, a crise sanitária de 2019 impactou muito negativamente segmentos nos quais o contato pessoal é imprescindível, como os negócios de eventos (iniciativas que têm baixa produtividade e são intensivos em trabalho), serviços prestados às famílias, incluindo, restaurantes e hospedagem, além do setor de construção civil.³⁰

Essa contração econômica percebida por ter trazido maior dinamismo e até mesmo reduzido o tempo das etapas de desenvolvimento das organizações que remontam de estudos de Chandler (1962), validados por outros autores como Channon (1973) e Rumelt (1974) e que finalmente foram compilados em modelos de ciclo de vida existentes até o final da década de setenta, gerando uma tipologia própria denominada modelo sumário de ciclo de vida. De uma forma esquemática e resumida, os autores se propuseram a analisar os movimentos de expansão e contração de negócios. Para isso, Chandler (1962) criou no final da década de 70, este modelo

²⁸ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 13 jan. 2021.

²⁹ Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mercados-em-alta-em-meio-a-crise-do-coronavirus,3d739fa236e02710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 13 jan. 2021.

³⁰ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-19/716000-empresas-fecharam-as-portas-desde-o-inicio-da-pandemia-no-brasil-segundo-o-ibge.html>. Acesso em: 13 jan. 2021.

sumário que determinou quatro fases típicas descritas como (i) a fase de acumulação de recursos, (ii) a fase de racionalização do uso dos recursos, (iii), a fase de expansão do uso dos recursos e, por fim, (iv) a fase de racionalização do uso de recursos ampliados (estrutura multidivisional). No entanto, foi só nos anos 1980, após diversas releituras dessas fases, que a etapa de declínio, a que pode estar sendo experimentada no ano de 2019 e 2020 por muitas organizações e circuitos em especial os colaborativos, foi incorporada aos estudos. Este declínio é visto como uma condição em que ocorre uma substancial redução na base de recursos, inclusive humanos, de uma organização durante um período especificado (QUINN; CAMERON, 1983).

Estas reduções de recursos que impactaram nas atividades colaborativas no 4º Distrito foram expressas nas diversas construções do discurso e nas práticas sociais dos interlocutores. Para captar estas percepções nas redes sociais foi realizada uma segunda fase da netnografia que está anteriormente relatada e que ocorreu entre 2017 e 2019.

Em uma visão mais individual e interpretativa, a capacidade de lidar com situações de profundas mudanças que trazem em si uma ameaça eminente de perda de renda e trabalho pode estar associada à capacidade destes indivíduos de criarem estratégias de enfrentamento às dificuldades impostas pela realidade cotidiana. Não obstante o fato de que para a Administração um dos autores que aborda fundamentalmente o sofrimento e até mesmo a loucura advindas dos ambientes de trabalho é Dejours (1992), em função da especificidade da situação de declínio de atividades, na qual foram repetidas à exaustão expressões como “sobreviver” em função da pandemia e na lente do sofrimento corporal (*embodiment*), houve a opção pela exploração de outro viés bibliográfico, sem perder, evidentemente, o olhar clínico do autor francês nas análises dos dados.

A busca pela simples *sobrevivência* nos tempos da COVID-19 esteve presente em muitos dos relatos não só deste estudo, mas na vida de todos que viveram ou que estão vivendo este momento histórico, marcado em janeiro de 2020 pela morte de 2 milhões de pessoas no mundo e que no Brasil já ultrapassou a marca de 200 mil pessoas³¹.

³¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/15/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-15-de-janeiro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2021.

O ramo das ciências médicas traz algumas possibilidades de análise dos enfrentamentos a grandes adversidades, uma delas é a Síndrome do Sobrevivente. Este constructo foi adaptado por Hoefel (1996) e apresenta as categorias que dizem respeito a possíveis manifestações de sintomas físicos e psíquicos de trabalhadores ligados a setores que passam por profundas crises ou mesmo extinções advindas de rearranjos do cenário macro ou microeconômico. Estas categorias são (a) estar relacionada ao trabalho reestruturado, (b) ter reflexo identificável na dimensão física do indivíduo (mais especificamente neuroendócrinas - eixo hipotálamo pituitária adrenal - associada à falta de recuperação física e psíquica pós-jornada de trabalho, (c) apresentar marcas psíquicas (depressão, desesperança, ansiedade ou mudanças na expressão de raiva) e (d) evidenciar marcas físicas (dor muscular esquelética, Síndrome Miofascial de Lesão de Esforço Repetitivo ou Doença Ocupacional ou Distúrbios Osteomusculares relacionados ao trabalho. Sem evidentemente entrar nos quesitos médicos, é importante observar que os fatos sociais que se passam na exterioridade das pessoas refletem no *embodiment* e em suas dimensões psíquicas e, por conseguinte, simbólicas e de interpretação do mundo, particularmente no trabalho. São estas dimensões que criam as culturas e os fatos sociais aqui em discussão.

A Síndrome do Sobrevivente pode ser encarada como a expressão do sofrimento daqueles que se mantêm no emprego ou em alguma iniciativa empresarial e apresentam, por conta desta manutenção, marcas de sofrimento físico e psíquico. Em trabalhos como Hoefel e Jacques (2006), verificou-se que a dimensão psicológica da Síndrome do Sobrevivente foi a mais expressiva entre os diversos sintomas registrados, caracterizando-se por maior ansiedade, maior depressão e desesperança e menor expressão de raiva em detrimento às dimensões físicas. Essas últimas, principalmente às metabólicas, todas tiveram relação com alterações do cortisol, substância associada à ansiedade e depressão.

Para dar continuidade à busca dos objetivos deste artigo, em diálogo com as literaturas de Chandler (1962), no que diz respeito às organizações e suas fases, e Hoefel e Jacques (2006), no que tange aos indivíduos e suas dimensões simbólicas de enfrentamentos às crises, houve uma atualização da netnografia já apresentada anteriormente. Os métodos já foram descritos e mantiveram a baixa intervenção direta, mais próxima à observação não participante etnográfica (DENZIN; LINCOLN, 2005), nos campos eletrônicos em estudo.

Não obstante a esta inclusão específica, o objetivo geral deste artigo se manteve o mesmo, ou seja, buscou-se compreender de que forma os componentes das EC do 4º Distrito em Porto Alegre, por meio de suas comunidades virtuais, entendem suas relações com o trabalho e a própria colaboração.

As observações foram realizadas em quatro grupos de trocas de mensagens instantâneas que estou incluído, cuja formação é composta por uma quantidade entre 10 a 80 interlocutores. Todos têm alguma relação com EC no 4º Distrito em Porto Alegre. Além disso, foram observadas de forma não participante duas páginas em redes sociais e um site comercial de associação dos colaborativistas. As intervenções ocorreram entre os meses de outubro e dezembro de 2019 e as categorias de análise *a priori* foram as seguintes:

- a) O que significa a pandemia de COVID-19 no entendimento dos interlocutores que tange às alterações de funcionamento do circuito comercial da iniciativa colaborativa?
- b) Quais as alterações que a pandemia trouxe no cotidiano destas iniciativas?
- c) Qual o futuro imaginado que se descortina a partir do momento que a pandemia alterou completamente as relações sociais?

A partir destas categorias pré-definidas, das observações no campo netnográfico e nas teorias da Administração, alguns resultados podem estar apontando para a seguinte sistematização sobre a forma com os colaborativos vivem e simbolizam sua realidade e sua cultura.

As interações com conteúdo relevante foram em número bem diversificado, por exemplo, na categoria “a” houve 21 interações, já na “b” não mais que 6 interações mais com qualidade e quantidade de texto significativa para interpretação. Para a categoria “c” houve 12 interações com conteúdo relevante. Como o desenho desta pesquisa netnográfica é eminentemente qualitativo e exploratório, a seguir serão sistematizados e categorizados os conteúdos obtidos, assim como uma atualização, a partir dos impactos sociais impostos pela pandemia de COVID-19, no que diz respeito à busca da compreensão das interações sociais, discursivas e simbólicas que constroem um circuito comercial de EC em uma rede de sociabilidades denominada 4º Distrito em Porto Alegre.

Sistematização e Categorização das Falas com os Interlocutores

Após a pesquisa netnográfica no campo delimitado e já referido, emergiram três categorias de organizações, inseridas no próprio grupo de colaborativos que foram construídas a partir das teorias de Chandler (1962) que fala dos estágios de desenvolvimento das empresas, (QUINN; CAMERON, 1983) sobre a relação o declínio com fundamento na redução na base de recursos e Hoefel (1996) sobre a Síndrome do Sobrevivente.

- a) Fase de acumulação de recursos - Com base nas observações feitas nos meios eletrônicos no qual estive inserido durante a Pandemia de COVID-19 no de 2020, não foi identificada qualquer interação que denotasse um aumento ou crescimento de recursos que apontem para uma melhor gestão dos ativos advindos dos negócios colaborativos. Muito antes pelo contrário. O que se notou, e era esperado, foi uma retração e uma cautela para novos empreendimentos. Dos cadernos de campo:

“Gente, não é hora de começarmos nada, estamos sem fluxo de pessoas na lojinha e as feiras do “Tá na Rua”, nossa maior fonte de renda foi suspensa e não sabemos até quando. Então, ficamos para quando voltarmos a poder trabalhar” (colaborativo ao responder a uma interação sobre como a epidemia havia alterado seu cotidiano).

- b) Fase de racionalização do uso dos recursos - Ao entendermos, a partir dos registros de campo, como os colaborativos estão lidando com os enfrentamentos impostos pela COVID-19, esta é uma das atitudes que mais emerge dos registros eletrônicos quando a interação dizia respeito às alterações que a epidemia trouxe no cotidiano. Tanto nos grupos de mensagens eletrônicas quanto nas páginas das EC na Internet, expressões como “agora vamos dar uma paradinha” ou “temos que rever como atuar” e “é a hora de sermos realmente solidários” foram identificadas com muita frequência. Sobre um dos restaurantes que atende a algumas EC (Dos cadernos de campo):

“Agora não vamos abrir todos os dias, nem no final de semana. Quem quiser aproveitar nossas comidinhas vegas deliciosas tem que encomendar e a gente leva quentinho até você, é só liga. Queridos!! Vocês gostariam que o nosso restaurante avisasse quando o café ficasse pronto? E o que estamos produzindo a cada dia? Temos que fazer só o necessário nestes tempos.”

“Pessoal, agora na pandemia nosso horário vai ser alterado para não termos tanta despesa. Vamos trabalhar mais de casa e só abriremos a Galeria (é uma galeria de artistas iniciantes colaborativa no 4º Distrito), se houver condições sanitárias para isso. Vai ser difícil para todo mundo, mas também temos de manter tudo funcionando, por mais que nos doa fazer isso.”

Parece que, apesar do discurso sobre formas alternativas de ser e viver dos colaborativos, algumas formas tradicionais de gestão se impõem em momentos de aguda crise. O olhar para os recursos, sejam eles humanos ou físicos, exigiu de pessoas que têm na solidariedade sua construção simbólica uma escolha pragmática: ou se mantinha o que já havia sido conquistado ou se geria os recursos, negando a realidade, mantendo a EC funcionando mesmo sem a entrada de receitas em função da alteração da circulação e aglomeração de pessoas.

Sobre esta intervenção em específico, o imaginário deu lugar ao pragmatismo na gestão das EC e trouxe uma maneira cotidiana de pensar as práticas, ou seja, observar os recursos para planejar até onde é possível continuar colaborando e obtendo renda. A colaboração, pelas observações de campo desde o início desta pesquisa, prescinde sobretudo de sociabilidades para se manter funcionando. Nesta fase de racionalização de recursos, a ideia de “fazer juntos” ou “investir primeiro” na busca de um lugar como colaborativo se altera radicalmente. Sendo assim, os espaços para colaboração ou a integração de novos membros ficou muito restrito, conseqüentemente, o pragmatismo, mesmo que contraditório aos ideais construídos simbolicamente por este circuito, foi chamado ao palco em nome da continuidade geral das EC.

Quando da intervenção junto à comunidade eletrônica, visando perceber qual seria o futuro imaginado para as EC a partir deste momento que a epidemia alterou completamente as relações sociais, o que foi possível notar é que o discurso dos colaborativos assumiu um caráter de não expansão dos usos de recursos, como injeção de investimentos externos ou endividamento, nem tão pouco houve movimentos de racionalização de recursos ampliados, como transferência da titularidade para outrem da unidade de EC, por exemplo. O que houve foi o encerramento generalizado de empreendimentos deste tipo ou a buscas de

sobrevivências baseadas em outras estratégias, muitas delas necessitaram novas ações como enfrentamento da crise por parte dos colaborativos.

Os grupos políticos, como o Pais e Mães pela Democracia, tornaram sua atuação exclusivamente virtual. Na página da comunidade em rede social, os organizadores indicam que as reuniões presenciais e atividades externas, como intervenções, passeatas e encontros em escolas estão temporariamente suspensas. Já EC como as de moda e confecção de roupas transferiram suas atividades do 4º Distrito para a residência de seus idealizadores. Dos cadernos de campo eletrônicos:

Comitê Popular Estadual de Acompanhamento da Crise Educacional no RS

CONVITE REUNIÃO 21 DO COMITÊ POPULAR ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE EDUCACIONAL NO RS

Prezadas e Prezados,
Encaminho abaixo convite para Reunião que ocorre amanhã das 9h às 11h. Na nossa atividade de amanhã teremos um primeiro momento das 9h até às 9h30 para organização e das 9h30 até às 11h teremos a apresentação do relatório geral da nossa pesquisa e receberemos a Anelise Manganelli, Economista do DIEESE; e também receberemos Paulo Fochi, Doutor em Educação e especialista da área da educação infantil. O link para participar da reunião online pode ser obtido pelo e-mail: comitepopulardeeducacao@gmail.com. A atividade também poderá ser acompanhada pela nossa página: <https://www.facebook.com/CPEAEnoRS>. Um abraço e até amanhã.³²

Bom dia, queridos! Venho comunicá-los em meu nome e do (colaborativo) que a Coleção está deixando a salinha. Infelizmente, tornou-se insustentável e enquanto não tivermos vacinados e as crianças na escola, trabalharemos de casa. Agradecemos de ❤️ toda a parceria e os momentos felizes que passamos aí. Desejamos poder retornar... desejamos saúde a todos e coragem pra continuar. Obrigada! 🙏🙏

Também foi possível observar que, além das mensagens diretas de despedida, EC que eram muito ativas nas redes sociais reduziram ou quase extinguiram suas postagens no campo eletrônico observado por esta pesquisa. Nestas mensagens e na forma com que são tratadas nas sociabilidades as EC que estão se extinguindo por falta de recurso, há elementos interessantes para se pensar os limites da colaboração.

³² Disponível em: <https://www.facebook.com/MaesePaiselaDemocracia>. Acesso em: 13 jan. 2021.

São inúmeros os exemplos de EC que como (QUINN; CAMERON, 1983) entraram em fase de declínio e encerram as atividades em função da extinção de recursos. Mesmo sem uma resposta clara, a intervenção desta netnografia foi respondida de forma inequívoca por algumas EC na forma da simples interrupção total da atividade.

Mas ainda fica um aspecto interessante do enfrentamento de organizações em declínio, que estava presente na primeira versão deste artigo em 2019, e que agora se faz presente, e de forma mais evidente, em sua atualização na pandemia de COVID-19 no final de 2020. A Síndrome do Sobrevivente e seus aspectos deletérios na saúde dos colaborativos, em alguns casos, e a busca por alternativas de manutenção das EC foram fatos interessantes observados no campo.

Diversos foram os relatos de “tristeza”, “compaixão”, “solidão” e “desespero” encontrados nas trocas de mensagens e nas páginas na rede mundial de computadores das EC. Dos cadernos de campo eletrônicos:

“ é cada coisa que tem acontecido! que tristeza” (sobre mais um fechamento de uma atividade colaborativa no 4º Distrito).

Mas o enfrentamento à realidade adversa também foi muito frequente durante todo o tempo de pandemia no ano de 2020 e início de 2021. Foram inúmeras transmissões ao vivo pela internet dos mais variados assuntos, projetos que começaram agora e serão desenvolvidos quando “tudo voltar ao normal”, lançamento de novos modos de ser e viver nesta visão de mundo particular, como o pagamento e mensalidade ou assinatura para ser “amigo” dos colaborativos e um sem-número de tentativas para que a colaboração não se extinguisse por completo em função das restrições impostas pela COVID-19. Dos cadernos de campo eletrônicos:

“hoje tem *live* #featpederneiras no canal do Armazém Sonoro³³ na Twitch! 20h aqui >>> <https://www.twitch.tv/armazemsonoro>.”

Figura 34 - Live Armazém Sonoro



Fonte: Redes sociais de EC.

Queridos, convite para essa *live* direto de Salvador. *Live* da resistência e do “Sorriso Negro”. Essa é a nossa mais nova estampa e é a coisa mais linda. Curtam o som! As 16:20 nos canais do @nitiseletor

Figura 35 - Live Sorriso Negro



Fonte: Redes sociais de EC.

³³ O Armazém Sonoro é um exemplo de EC no 4º Distrito.

Em função de objetividade e espaço neste trabalho, optei por somente demonstrar estes dois exemplos do uso da tecnologia como enfrentamento às restrições da pandemia na forma de manter atuantes as EC durante o período pesquisado. A realização de transmissões ao vivo, usualmente identificada no termo em inglês *live*, foi uma forma de enfrentamento utilizada em larga escala nos mais diversos âmbitos da Economia. Nas EC, em específico, esta ação foi um relevante instrumento para o lançamento de novos produtos, discussões de ideias e manutenção da militância de alguns grupos políticos, talvez como reação em forma de luta mais intensa por hegemonia de discurso e, como já foi referenciado, no enfrentamento do cotidiano imposto pelas restrições sanitárias advindas da pandemia de COVID-19.

Diante de todo o exposto, em atualização às primeiras considerações deste capítulo, talvez seja possível avançar na compreensão das interrelações sociais (baseadas na camaradagem e na solidariedade), discursivas (busca de linguagem hegemônica na forma de expressões afetivas) e simbólicas (criação de um imaginário alternativo para a ordem real) que constroem um circuito comercial e uma rede de sociabilidades de EC no 4º Distrito em Porto Alegre.

Durante o período observado, entre os anos de 2019 e 2021, o campo netnográfico apresentou EC em três tipos de estágios em seu desenvolvimento (CHANDLER, 1962) (i) acumulação de recursos (com baixa ou nenhuma ocorrência), (ii) racionalização de recursos (altamente utilizada para manter as EC em funcionamento) e (iii) declínio por restrição de recursos (QUINN; CAMERON, 1983).

Em todas estas fases, a Síndrome do Sobrevivente (HOEFEL, 1996) foi a base para a construção discursiva e simbólica que manteve as interrelações possíveis e voltadas para redução dos níveis de sofrimento psíquico dos integrantes do circuito comercial, assim como fez parte dos enfrentamentos cotidianos para manutenção das atividades, como foi visto nos registros de cadernos de campo expostos no final deste capítulo.

De uma forma geral, esta atualização do artigo original traz alguns avanços em relação ao texto publicado em 2019, principalmente no que tange à questão linguística relativa à luta por hegemonia de linguagem não abordada naquela primeira edição. Após a inserção de novos olhares e teorias sobre o campo, foi possível perceber de forma mais clara a disputa de poder que ocorre no território e identificar os instrumentos para esta concorrência pela construção de sentido, que são a linguagem e suas retóricas.

Este estudo requer outras abordagens por sua natureza exploratória e qualitativa. Os campos ligados à relação com a comunidade, no ponto de vista sociológico, as manifestações culturais típicas deste circuito comercial, na Antropologia assim como todos os ramos da Administração, sejam elas no campo de Relações de Trabalho, inovação ou sustentabilidade podem, a partir deste estudo, podem servir bases para novos e cada vez mais robustos trabalhos que auxiliem na compreensão ampla do campo e das teorias ora em discussão.

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRAZÃO, José Paulo Gomes. O diário etnográfico electrónico, um instrumento de investigação: três testemunhos. *In*: FINO, Carlos Nogueira (Org.). **Etnografia da educação**. Funchal: CIE-Uma, 2011. p.303-323.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.

CAVEDON, Neusa Rolita. **Antropologia para administradores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CAVEDON, Neusa Rolita. O método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional: implicações positivas e negativas. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu. Anais [...]. Foz do Iguaçu: EnANPAD, 1999.

CHANDLER, Alfred. **Strategy and structure**: chapters in the history of the industrial enterprises. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1962.

CHANNON, Duncan. **Strategy and structure of British enterprise**. Boston: Harvard University, 1973.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). **The sage handbook of qualitative research**. 3th ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005.

FISCHER, Rosa Maria. Pondo os pingos nos is sobre as relações de trabalho e políticas de administração de recursos humanos. In: FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria (Coords.). **Processo e relações do trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HABERMAS, Jürgen. **Textos selecionados**. São Paulo. Atlas, 1990.

HOEFEL, Maria da Graça Luderitz. Lesões de esforços repetitivos. In: DUCAN, Bruce B.; SCHMIDT, Maria Inês; GIUGLIANI, Elsa R. J. **Medicina ambulatorial**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

HOEFEL, Maria da Graça Luderitz; JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Síndrome do sobrevivente: um estudo comparativo entre trabalhadores de um banco privado e um banco público. **Boletim de Saúde Pública**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, jan./jun. 2006.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LACERDA, Carlos César de Oliveira; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar: conflitos sociais no organizar do espaço urbano e a luta pela significação entre discursos e [r]existência. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 27, n. 95, p. 787-819, dez. 2020.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Editora Paulus, 2010.

LOPES, José Sergio Leite. O trabalho visto pela antropologia social. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 65-84, nov. 2013.

LOSEKANN, Raquel Gonçalves Caldeira Brant; MOURÃO, Helena Cardoso. Desafios do teletrabalho na pandemia covid-19: quando o home vira office. **Revista Caderno de Administração**, Maringá, v. 28, p. 71-75, jun. 2020.

MARTINS, Alexandre Andrade. Antropologia integral e holística: cuidar do ser e a busca de sentido. **Bioethikos**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 87-99, jan./jun. 2009.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: _____. Marcel. **Sociologia e antropologia**. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MEIRA, Fabio Bittencourt; COSTA, Pedro de Almeida; ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Quando o velho e o novo se encontram: espaços urbanos e novas formas de organização. *In*: MARX, Vanessa; COSTA, Marco Aurélio (Orgs.). **Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições ao Habitat III**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016.

MESQUITA Marcos Ribeiro. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 81, p. 179-207, 2018.

NOVELI, Márcio. Do off-line para o online: a netnografia como um método de pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a etnografia para a internet? **Revista Organizações em Contexto**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 107-133, jul./dez. 2010.

QUINN, Robert E.; CAMERON, Kim. Organizational life cycles and shifting criteria of effectiveness: some preliminary evidence. **Management Science**, Hanover, v. 29, n. 1, p. 33-51, Jan. 1983.

RUMELT, Richard Post. **Strategy, structure and economic performance**. Boston: Harvard Business School, 1974.

SAIS, Rafael Martins; BERGUE Sandro Trescastro. Comunicação organizacional: um estudo de caso na Embrapa Pecuária Sul. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2010.

SANTOS, Elisabeth Cavalcante; HELAL, Diogo Henrique. Relações de trabalho e práticas: aproximações teóricas. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 9., 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: EnANPAD, 2016.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo. Editora Ática, 1983.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. São Paulo. Editora Autêntica, 2013.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. Por uma antropologia da comunicação: a construção de um campo e suas pesquisas. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p.113-132, ago./dez. 2008.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. *In*: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VICTORIA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre. Tomo Editorial, 2000.

VIEIRA, Carlos Roberto Santos; ANTUNES, Elaine Di Diego. O trabalho nas economias colaborativas: a precarização e o discurso da glamourização. *In*: GUILHERME, Willian Douglas (org.). **A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 4**. Ponta Grossa: Atenas Editora, 2019. p. 236-242.